

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

FRANCISCO COELHO CUOGO

**O PROTAGONISMO DAS POTÊNCIAS MÉDIAS NO CAPITALISMO
INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
DO CANADÁ NO ÁRTICO**

Porto Alegre

2021

FRANCISCO COELHO CUOGO

**O PROTAGONISMO DAS POTÊNCIAS MÉDIAS NO CAPITALISMO
INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
DO CANADÁ NO ÁRTICO**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Cuogo, Francisco Coelho

O protagonismo das potências médias no capitalismo informacional: uma análise do comportamento do Canadá no Ártico / Francisco Coelho Cuogo. -- 2021.
183 f.

Orientador: Luiz Augusto Estrella Faria.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Economia Política Internacional. 2. Acumulação flexível. 3. Ártico. 4. Potências médias. I. Faria, Luiz Augusto Estrella, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FRANCISCO COELHO CUOGO

**O PROTAGONISMO DAS POTÊNCIAS MÉDIAS NO CAPITALISMO
INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
DO CANADÁ NO ÁRTICO**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2021.

-

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria – Orientador
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Nadia Barbacovi Menezes
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Profa. Dra. Cecilia Rutkoski Hoff
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

“Em última instância, os processos de desenvolvimento econômico também são lutas de dominação” (Max Weber)

RESUMO

O Sistema Internacional (SI) contemporâneo tem a sua origem no continente europeu, a partir do século XI. Os efeitos de longo prazo nas esferas da política e da economia internacional evidenciam que as ações dos primeiros estados que se formaram naquele momento perpetuaram as disputas pelo poder. Para alcançar poder os Estados nacionais se associaram às suas economias nacionais e alavancaram novas relações de produção e de comércio, garantindo acúmulo de capital. Este seria revertido em recursos que permitissem ao Estado competir com outros Estados, mas, também contribuiria na expansão de territórios e das estruturas económicas. Esta incessante busca pelo poder através dos recursos econômicos estimulou o avanço da revolução industrial na Inglaterra. Os países que assumiram a vanguarda dos processos de produção industrial aceleraram o consumo e garantiram maior arrecadação de capital, acumulando riquezas e convertendo-as em recursos militares e em estruturas políticas que lhes permitiram propagar seu sistema para além de seus territórios. No entanto, visto que o jogo de disputas pelo poder sempre foi dinâmico e assimétrico, a industrialização, depois de consolidada em diversos territórios do globo, já não seria mais um diferencial competitivo para os países pioneiros deste processo. As limitações nas margens de lucro seriam inevitáveis, contribuindo para a crise do sistema capitalista nos anos 1970 que, conseqüentemente, impulsionou o surgimento de um novo modelo de produção e acumulação. Através da produção descentralizada e interdependente surgiu o modelo de acumulação flexível. Este baseava-se numa estrutura produtiva, organizada em redes globais de produção e de consumo. E em reação à crise alguns Estados reorganizaram as suas estruturas de produção numa dinâmica de atuação global que acabou por contribuir num acúmulo ainda maior capital e de poder. O novo modelo flexível afetou o modelo fordista de acumulação e impulsionou a emergência das novas condições sociais e econômicas que também apresentaram novas possibilidades para o protagonismo de atores que antes eram considerados de pouca relevância na ordem mundial: as potências médias. A lógica fordista, orientada para estruturas verticais, em cadeia de comando e orientada pela centralização do poder, associada à força da ótica positivista e ao realismo nas Relações Internacionais, na primeira metade do século XX, direcionava toda a atenção para as grandes potências. E atribuía a estes atores uma relevância exclusiva na dinâmica do Sistema Internacional. No entanto, a interdependência

evidenciada na economia informacional, não só enfraquecia a eficácia da lógica fordista e o processo de acumulação das grandes potências, como destacava a importância do protagonismo de outros atores, incluindo as potências médias. Nosso argumento, portanto, é que as potências médias na ordem internacional ganham relevância, como protagonistas do SI, no período pós-industrial e sua capacidade de ação evidencia-se na acumulação flexível. Neste momento emerge uma estrutura global de produção, distribuição e consumo que se intensifica a partir de relações interdependentes que envolvem corporações, governos, organizações internacionais, Estados etc, e todos precisam operar em uma complexa rede transnacional que afeta, de maneira sistêmica, questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Assim, buscamos analisar o papel das potências médias no contexto pós-industrial e no capitalismo informacional. Pois, a condição de regulação e de dominação passa a se articular em estruturas horizontais e enfraquece a lógica de predominância vertical – tendo em vista a necessidade da coexistência entre os diversos protagonistas deste novo cenário. Para apresentar a nossa linha argumentação aplicamos a lente teórica da Teoria Crítica das Relações Internacionais no comportamento de um ator que é reconhecido como uma potência média por excelência, a saber, o Canadá. E definimos um recorte geográfico na sua atuação. Isto é, delimitamos a análise do Canadá na região ártica, pois o Ártico é uma região que tem recebido cada vez mais atenção mundial e crescido em relevância econômica e política no SI,. Assim, conseguiremos analisar o protagonismo de uma potência média num contexto sensível à nível de preocupação e atenção globais, mas também uma região onde o Canadá tem sido sempre presente e atuante. Logo, conseguimos perceber se o Canadá, como uma potência média e, especialmente uma potência média no Ártico, posiciona-se de maneira contra-hegemônica, tendo em vista que nesta região ele interage diretamente com grandes potências do Sistema Internacional, ou se ele segue uma orientação compatível com as ordens hegemônicas do SI. Isto nos permite ainda considerar se o destaque e a importância que estas potências receberam no novo modelo de acumulação flexível continuam mantendo-as subjugadas aos interesses dominantes da economia mundial, ou se este novo cenário abre espaço para ações contra-hegemônicas destes atores na sua relação com as ordens hegemônicas globais.

Palavras-chave: Economia Política Internacional. Acumulação flexível. Ártico. Potências Médias.

ABSTRACT

The contemporary International System (IS) has its origin in the European continent, from the 11th century. The long-term effects in the spheres of politics and the international economy show that the actions of the first states that formed at that time perpetuated the power struggles. And in order to achieve power, national states joined their national economies and leveraged new relations of production and trade, guaranteeing capital accumulation. The accumulation of capital would be invested in resources that would allow the state to compete with other states but would also contribute to the expansion of territories and commercial structures. This incessant search for power through economic resources stimulates the advance of the industrial revolution in England. And the countries that took the lead in industrial production processes accelerated consumption, guaranteeing greater capital collection, accumulating wealth and converting it into military resources and political structures that allowed them to propagate their system beyond their territories. However, given that the game of disputes over power has always been dynamic and asymmetrical, industrialization, after being consolidated in several IS territories, would no longer be a competitive differential for the pioneer countries in this process. And, therefore, the crisis of the capitalist system of the 1970s drives the emergence of a new model of production and accumulation. Through decentralized and interdependent production, a flexible accumulation model emerges and a productive structure organized in global production and consumption networks. Among the various states affected by that situation, some countries overcome the crisis by reorganizing their relations of production and consumption in a global and interdependent structure that allows them to accumulate even more capital and power. The new flexible model affects the Fordist model of accumulation and drives the emergence of new social and economic conditions that also present new possibilities for the protagonism of actors who were previously considered of little relevance in the world order: the middle powers. Fordist logic, oriented towards vertical structures, in a chain of command and guided by the centralization of power, associated with the strength of the positivist and realistic optics, in the first half of the 20th century, directed all attention to the great powers. And they attributed such an exclusive relevance to the dynamics of the International System. However, the interdependence evidenced in the informational economy, not only weakened the effectiveness of the Fordist logic for the accumulation of the great

powers, as highlighted the importance of the protagonism of several actors, including the middle powers. Therefore, our argument is that the middle powers in the international order gain relevance, as important actors in the SI, in the post-industrial period and their relevance is justified in the flexible accumulation. At this moment, a global structure of production and consumption is taking place that intensifies based on interdependent relationships that involve corporations, governments, transnational organizations, ordinary citizens, etc., and all functioning in a complex global network that affects political, economic, social issues, cultural and environmental. And so, we seek to analyze the role of the middle powers in this context, in particular. For, the very idea of regulation and domination starts to be articulated in horizontal structures and weakens the conditions of vertical domination - in view of the need for coexistence between the different protagonists of this new scenario. To present our line of argumentation we apply the theoretical lens of Critical Theory of International Relations in the behavior of an actor who is recognized as an average power par excellence, namely Canada. And we defined a geographic cut in his performance. That is, we delimit Canada's analysis in the Arctic region, as the Arctic is a region that has received increasing worldwide attention and has grown in economic and political relevance in the IS. Thus, we will be able to analyze the role of a medium power in a context sensitive to the level of global concern and attention, but also a region where Canada has always been present and active. Therefore, we can see if Canada, as an average power and, especially an average power in the Arctic, is positioned in a counter-hegemonic manner, considering that in this region it interacts directly with great powers in the International System, or if it an orientation compatible with the hegemonic orders of the IS. This also allows us to consider whether the prominence and importance that these powers received in the new model of flexible accumulation continue to keep them subjugated to the dominant interests of the world economy, or whether this new scenario opens space for counter-hegemonic actions by these actors in their relationship. with global hegemonic orders.

Keywords: International Political Economy. Industrialization. Flexible accumulation. Middle powers.

RESUMEN

El Sistema Internacional (SI) contemporáneo tiene su origen en el continente europeo, a partir del siglo XI. Los efectos de largo plazo en las esferas de la política y la economía internacional muestran que las acciones de los primeros estados que se formaron en ese momento perpetuaron las luchas de poder. Y para alcanzar el poder, los estados nacionales unieron sus economías nacionales y apalancaron nuevas relaciones de producción y comercio, garantizando la acumulación de capital. La acumulación de capital se invertiría en recursos que permitirían al Estado competir con otros estados, pero también contribuirían a la expansión de territorios y estructuras comerciales. Esta búsqueda incesante de poder a través de los recursos económicos estimula el avance de la revolución industrial en Inglaterra. Y los países que lideraron los procesos de producción industrial aceleraron el consumo, garantizando una mayor captación de capital, acumulando riqueza y convirtiéndola en recursos militares y estructuras políticas que les permitieron propagar su sistema más allá de sus territorios. Sin embargo, dado que el juego de disputas por el poder siempre ha sido dinámico y asimétrico, la industrialización, luego de consolidarse en varios territorios del EI, dejaría de ser un diferencial competitivo para los países pioneros en este proceso. Y, por tanto, la crisis del sistema capitalista de los años setenta impulsa el surgimiento de un nuevo modelo de producción y acumulación. A través de la producción descentralizada e interdependiente, surge un modelo de acumulación flexible y una estructura productiva organizada en redes globales de producción y consumo. Entre los diversos estados afectados por esa situación, algunos países superan la crisis reorganizando sus relaciones de producción y consumo en una estructura global e interdependiente que les permite acumular aún más capital y poder. El nuevo modelo flexible incide en el modelo fordista de acumulación e impulsa el surgimiento de nuevas condiciones sociales y económicas que también presentan nuevas posibilidades para el protagonismo de actores antes considerados de poca relevancia en el orden mundial: los poderes medios. La lógica fordista, orientada hacia las estructuras verticales, en una cadena de mando y guiada por la centralización del poder, asociada a la fuerza de la óptica positivista y realista, en la primera mitad del siglo XX, dirigió toda la atención a las grandes potencias. Y atribuyeron una relevancia tan exclusiva a la dinámica del Sistema Internacional. Sin embargo, la

interdependencia evidenciada en la economía informacional, no solo debilitó la efectividad de la lógica fordista para la acumulación de las grandes potencias, como se resaltó la importancia del protagonismo de varios actores, incluidos los poderes medios. Por tanto, nuestro argumento es que las potencias medias en el orden internacional ganan relevancia, como actores importantes en la IS, en el período postindustrial y su relevancia se justifica en la acumulación flexible. En este momento, se está produciendo una estructura global de producción y consumo que se intensifica a partir de relaciones de interdependencia que involucran a corporaciones, gobiernos, organizaciones transnacionales, ciudadanos de a pie, etc., y todos funcionando en una compleja red global que afecta políticas, económicas, sociales, temas, culturales y ambientales. Y así, buscamos analizar el papel de las potencias medias en este contexto, en particular. Porque, la propia idea de regulación y dominación comienza a articularse en estructuras horizontales y debilita las condiciones de dominación vertical, ante la necesidad de convivencia entre los diferentes protagonistas de este nuevo escenario. Para presentar nuestra línea de argumentación aplicamos el lente teórico de la Teoría Crítica de las Relaciones Internacionales en el comportamiento de un actor reconocido como potencia media por excelencia, Canadá. Y definimos un corte geográfico en su desempeño. Es decir, delimitamos el análisis de Canadá en la región ártica, ya que el Ártico es una región que ha recibido una atención mundial cada vez mayor y ha ganado en relevancia económica y política en la IS. Así, podremos analizar el papel de una potencia media en un contexto sensible al nivel de preocupación y atención global, pero también una región donde Canadá siempre ha estado presente y activo. Por tanto, podemos ver si Canadá, como potencia media y, sobre todo, potencia media en el Ártico, se posiciona de manera contrahegemónica, considerando que en esta región interactúa directamente con grandes potencias del Sistema Internacional, o si sigue una orientación compatible con los órdenes hegemónicos de la IS. Esto también nos permite considerar si el protagonismo e importancia que estos poderes recibieron en el nuevo modelo de acumulación flexible continúan manteniéndolos sometidos a los intereses dominantes de la economía mundial, o si este nuevo escenario abre espacio para acciones contrahegemónicas por parte de estos actores en su relación con los órdenes hegemónicos globales.

Palabras clave: Economía política internacional. Industrialización. Acumulación flexible. Poderes medios.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Relação entre o Estado, o poder e a riqueza.....	39
Quadro 1 - Fases e consequências da pressão competitiva.....	43
Figura 2 - Relação entre a burguesia e o Estado inglês no século XVI.....	48
Quadro 2 - Comparação entre o Modelo Fordista e o Modelo Toyotista.....	68
Figura 3 - Plano material, institucional e ideológico dos poderes hegemônicos.....	95
Figura 4 - Áreas de potencial econômico no Ártico.....	109
Figura 5 - Rotas de navegação que abrem-se com o degelo no Ártico.....	114
Figura 6 - Rota marítima da Passagem Noroeste.....	114
Figura 7 - Média anual da extensão da camada de gelo no Ártico.....	116
Figura 8 - Fronteiras geográficas e os limites do Ártico.....	121
Figura 9 - A diversidade de Estados no Ártico.....	124
Figura 10 - A divisão territorial dos Estados Árticos.....	125
Figura 11 - Linha imaginária do Círculo Polar Ártico.....	130
Figura 12 - Território dos Arctic Five e respectivas ZEE.....	132
Figura 13 - Número total de habitantes no Círculo Polar Ártico.....	133
Figura 14 - Crescimento e declínio populacional no território dos países do Ártico.....	136
Figura 15 - Recursos naturais com potencial de exploração no Ártico.....	141
Figura 16 - Fronteira marítima entre Canadá e Dinamarca.....	144
Figura 17 - Acordos ativos assinados por empresas de exploração e mineração com comunidades ou governo indígena.....	149
Figura 18 - Principais minerais comercializados em 2018 por valor da produção.....	150
Figura 19 - Projetos de desenvolvimento de recursos naturais e infraestrutura no Norte.....	151
Figura 20 - Componentes utilizados na composição do NEI.....	152
Figura 21 - Gráfico indicativo da renda disponível das famílias no Norte.....	153
Figura 22 - Gráfico indicativo do lucro médio semanal nas regiões do Ártico canadense.....	154
Figura 23 - Áreas com potencial de exploração petrolífera dentro Círculo Polar Ártico e regiões imediatamente ao sul do CPA.....	156
Figura 24 - Áreas com potencial de exploração petrolífera dentro Círculo Polar.....	157
Figura 25 - Áreas com potencial de exploração de gás natural dentro Círculo Polar Ártico.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Arctic Council
ADHR	Arctic Human Development Report
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
CA	Conselho do Ártico
CARA	Circum-Arctic Resource Appraisal
CE	Comissão Europeia
CPA	Círculo Polar Ártico
EPI	Economia Política Internacional
EUA	Estados Unidos da América
GRID	Global Resource Information Database
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIASA	International Institute for Applied Systems Analysis
NEI	Índice Econômico do Norte
NOAA	National Oceanic and Atmospheric Administration
NORDREGIO	Nordic Centre for Spatial Development
NPMO	Escritório de Gerenciamento de Projetos do Norte
NSR	Passagem do Nordeste (Northeast Passage)
NWP	Passagem do Noroeste (Northwest Passage)
OCDE	Organisation for Economic Co-operation and Development
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIOMAS	Pan-Arctic Ice Ocean Modeling and Assimilation System
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RI	Relações Internacionais
SDWG	Sustainable Development Working Group
SI	Sistema Internacional

TC	Teoria Crítica
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UN	United Nations
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA EPI E SUA RELAÇÃO COM ESTA PESQUISA.	23
1.2	JUSTIFICATIVA PELA TEORIA CRÍTICA E HIPÓTESES.....	28
1.3	OBJETIVOS	31
1.4	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	32
2	AS ORIGENS DO SISTEMA INTERNACIONAL MODERNO	35
2.1	A ASSOCIAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ECONOMIA	36
2.2	A PRESSÃO COMPETITIVA NO CENÁRIO MUNDIAL.....	42
2.2.1	A industrialização inglesa e a superioridade econômica e militar	45
3	A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E OS MODELOS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	51
3.1	A INDUSTRIALIZAÇÃO E MODELO FORDISTA	51
3.2	O INCREMENTO DA ACUMULAÇÃO ATRAVÉS DA DIVISÃO DE TAREFAS.	54
3.3	O MODELO FORDISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	56
3.4	O CAPITAL INFORMACIONAL E A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	61
3.4.1	Adaptação produtiva para uma estrutura pós-industrial	64
3.4.2	A influência do toyotismo na acumulação flexível	66
3.5	A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O INFORMACIONALISMO	69
4	MAINSTREAM E PÓS-POSITIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	74
4.1	O <i>MAINSTREAM</i> TEÓRICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	75
4.2	AS ABORDAGENS PÓS-POSITIVISTAS E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	83
4.3	HEGEMONIA, PODER E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....	88
5	AS POTÊNCIAS MÉDIAS NA SISTEMA INTERNACIONAL E O PROTAGONISMO CANADENSE NO ÁRTICO	97
5.1	A QUESTÃO DO PODER E AS POTÊNCIAS MÉDIAS	97
5.2	O CANADÁ COMO POTÊNCIA MÉDIA	104
5.2.1	Caracterização do Canadá	107

5.3	CARACTERIZAÇÃO DO ÁRTICO	112
5.3.1	Tensão ou cooperação no Ártico?.....	118
5.3.2	A Governança do Ártico.....	125
5.3.3	Os dois principais organismos políticos do Ártico	129
5.4	O CANADÁ COMO POTÊNCIA MÉDIA NO ÁRTICO	131
5.4.1	Expressões contra-hegemônicas do Canadá o Ártico	138
5.4.2	As potencialidades econômicas do Ártico para o Canadá	148
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	REFERÊNCIAS	171

1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX presenciou eventos expressivos na constituição do cenário geopolítico e geoeconômico internacional. A crise do capitalismo na década de 1970 e as reações políticas e econômicas que provocaram a reestruturação da economia foram acompanhadas pelo desmantelamento do bloco soviético, pela crise do petróleo, pela alavancagem da globalização, pelo início da desindustrialização das potências ocidentais e pela revolução tecnológica. Estes foram fenômenos marcantes no curso da economia mundial e provocaram transformações de ordem social, cultural, política e econômica. E, de maneira geral, contribuíram para a alavancagem do capital financeiro em uma escala global, cujos fluxos e processos assumiram um caráter integrado através de novas estruturas que foram constituídas a partir do último quarto do século passado. A ocorrência quase simultânea de todos esses eventos assentados em um novo modelo de acumulação, impulsionado pelos avanços da tecnologia de informação e comunicação, propiciou que novas estruturas produtivas emergissem e alcançassem novos mercados, criando condições para que certos atores da geopolítica e da geoeconomia internacional garantissem a liderança nos novos modelos de acumulação.

Assim, o processo de competição e expansão que marcou a atitude dos primeiros estados nacionais constituídos no continente europeu, entre os séculos XI e XVI, foi definido entre os séculos XVIII e XX a partir da industrialização. Logo, um comportamento que todos os Estados nacionais apresentavam nos primeiros séculos de sua formação – o comportamento competitivo e expansivo – foi finalmente assentado em estruturas políticas e econômicas robustas a partir da consolidação da industrialização. Pois, os estados que tiveram sucesso nesse processo foram aqueles que se destacaram na arrecadação de tributos, na organização econômica e na consequente disputa pelo poder e pela sobrevivência. A partir da industrialização, a consolidação do modelo de acumulação fordista garantiu a formação de uma estrutura vertical, centrada na consolidação do poder político através das capacidades econômicas. Nesse contexto, a dominação era evidente – aqueles que consolidaram a produção industrial, dominavam os fluxos de produção e consumo e subjogavam os demais atores que dependiam da produção manufaturada. A disputa pelo poder, contudo, nunca foi um fenômeno regular e estável. Pelo contrário, foi sempre contínuo e assimétrico. Os polos de poder com

influência global alteraram-se sucessivamente entre os séculos XV e XX. Ou seja, após o processo inicial de formação dos primeiros estados nacionais, aqueles que alcançaram o status de poder e influência política e econômica global perderam esse posto de maneira sucessiva, entre o início do século XV até a segunda metade do século XX, quando os Estados Unidos se projetam com uma capacidade econômica e militar sem precedente no sistema internacional. Isto é, a posição de potência global inicia com o domínio português dos mares e territórios ultramarinos, mas, é substituído pela Espanha, que é sucedida pela França, seguida da Holanda e depois Inglaterra. No entanto, a ascensão do poder norte-americano no século XX, fortemente condicionada pela sua capacidade produtiva e pela sua sólida estrutura industrial, desenvolve uma influência mundial cuja capacidade excede os centros de poder anteriores e dificulta a emergência de um novo ator capaz ocupar o mesmo posto, a mesma influência e a mesma estrutura econômica e militar.

A partir da segunda metade do século XX, entretanto, a revolução tecnológica e a emergência do capital financeiro impactaram as relações de poder, contribuindo para um protagonismo mais relevante de outros estados – e não apenas aqueles com poder militar – no sistema internacional, tendo em consideração o seu posicionamento geoeconômico. O novo aparato tecnológico que surge neste período permite a constituição de nova estrutura produtiva, horizontal e flexível, orientada pela produção puxada. O modelo toyotista, aplicado neste contexto, estabeleceu um sistema de produção descentralizado, e que envolvia uma diversidade de atores. Embora sugerisse uma diluição do poder e do acúmulo capital – até então centralizado no modelo fordista – seria na verdade uma nova condição para o incremento do poder, agora partilhado na multipolaridade, entre atores estatais e não estatais. O modelo flexível que nasce a partir dos eventos da década de 1970 consolida novas relações internacionais e cria uma situação de interdependência, ainda que assimétrica, entre diversos atores do SI.

Além disso, o fim de bipolaridade do sistema internacional foi outro fator que contribuiu na formação de um novo cenário na economia política internacional, pois, o novo modelo de produção e de acumulação, ao integrar e envolver um maior número de atores, criou também uma maior diversidade de protagonistas que passaram a ocupar diferentes papéis e se posicionarem em diferentes níveis no SI. Assim, a multipolaridade da nova ordem internacional é uma condição necessária para

a fluidez do modelo de acumulação flexível, pois, as potências regionais contribuem na estabilidade local, garantindo a produção e o fluxo dos negócios e do capital nas diversas regiões do globo.

Ainda que os Estados Unidos continuem a articular o papel de principal superpotência, especialmente em questões militares e securitárias, as potências regionais apresentam uma condição essencial nesta nova ordem global. E, são também atores com um posicionamento ambíguo nesse sistema, pois, ao mesmo tempo em que os poderes regionais tentam alcançar seus interesses em um balanceamento com a superpotência, os poderes hegemônicos dependem do protagonismo das potências locais para a estabilidade das regiões, a fim de garantir os fluxos produtivos. E para isso é necessário garantir a estabilidade de atuação de cada ator no seu devido lugar na estrutura produtiva e flexível, sendo essa uma área crucial para o protagonismo das potências médias (middle powers) no sistema internacional. Logo, a interdependência por trás do modelo de acumulação flexível, ao mesmo tempo em que favoreceu o acúmulo de capital e de poder em determinados centros, fortaleceu a capacidade de barganha de outros atores, com especial destaque para as potências médias.

Mesmo que o sistema internacional, no pós-guerra fria, tenha se organizado em grandes e médias potências, cuja relação assimétrica de recursos políticos e econômicos foram determinantes no jogo de poder, as potências médias conseguiram, apesar de suas limitações demográficas e militares, no cenário multipolar fazer oposição às grandes potências. Pois, elas encontraram posições essenciais para a organização de uma estrutura econômica de global e que se organizou em uma rede interdependente de atores, regras, sistemas e estruturas, onde o abalo de um dos nós desta rede pode comprometer o fluxo contínuo e dinâmico de toda a estrutura. Essas potências alcançaram preponderância, especialmente regionais, tornando-se relevantes na EPI e integrando-se nos fluxos dos mercados globais. Assim, apesar de serem nações com delimitações geográficas, demográficas, militares, políticas e tecnológicas, elas conseguiram um posicionamento estratégico na dinâmica do sistema internacional, ao articularem relações econômicas e culturais em subsistemas de poder regional. Além disso, destacamos que a transição do modelo fordista de acumulação para o modelo de acumulação flexível afetou as estruturas de dominação e de poder, promovendo alguma possibilidade de transição para relações horizontais, e, portanto,

favorecendo atuações mais relevantes de outros atores no SI, nomeadamente as potências médias.

Em nossa análise, delimitamos a investigação ao comportamento de uma potência média do Sistema Internacional – o Canadá –, fazendo também uma delimitação geográfica do seu protagonismo. Portanto, olharemos para o comportamento canadense no Círculo Polar Norte por quatro principais razões:

- a) a análise doutoral requer uma delimitação na pesquisa, evitando generalizações nas conclusões. E o Canadá, enquanto potência média e enquanto nação industrializada e economicamente desenvolvida, atua em diferentes áreas e tem comportamentos adaptáveis (tal como espera-se de uma potência média na era da acumulação flexível) à diferentes contextos. Portanto, restringir a análise da sua atuação numa determinada área ou zona geográfica contribui no direcionamento dos resultados da investigação.
- b) no Ártico o Canadá estabelece relações diretas com duas grandes potências globais (Estados Unidos e Rússia). E também no Ártico o Canadá precisa lidar com questões e interesses não-árticos de atores igualmente relevantes na Economia Política Internacional, tais como China e União Europeia (visto que ambos têm cada vez mais demonstrado interesse nas relações que se constroem no extremo norte do globo).
- c) o Ártico tem ganho notoriedade à nível mundial por causa das alterações climáticas que têm sido evidenciadas em toda a Terra. E sendo o Ártico um vértice da Segurança Humana, muitos olhares têm se dirigido ao Círculo Polar Norte, propagando a ideia de uma região geograficamente delimitada (pelo Círculo Polar), mas econômica e politicamente globalizada. E o Canadá está presente nesta região, tanto territorialmente, quanto econômica e politicamente.
- d) os efeitos das mudanças climáticas na Terra têm afetado a largura e a espessura do gelo no Ártico, e a redução da camada congelada no Oceano Ártico tem alterado as capacidades de navegação nesta zona. Uma das principais rotas de navegação encontra-se em território canadense. Sendo por isso um caso relevante para se analisar, a fim de identificar se o Canadá se mostra a favor das ordens hegemônicas ou se ele se articula numa direção contra-hegemônica. Conforme o resultado da

análise pode-se ponderar se, no modelo de acumulação flexível, a importância conquistada pelos diversos atores do Sistema Internacional concede um grau de atuação mais autônomo e não tão dependentes das grandes potências tal como se dava na era fordista.

Esta teste, portanto, está organizada em 5 partes: no capítulo 1 apresenta-se as considerações iniciais, a contextualização do assunto, os objetivos e os aspectos metodológicos. No capítulo 2 discorremos sobre a origem do Sistema Internacional, considerando o contexto de desenvolvimento e de formação dos primeiros estados nacionais. No capítulo 3 apresentamos as relações entre a organização do trabalho, a industrialização e os modelos de acumulação do capital para destacarmos como as forças hegemônicas incorrem nas estruturas produtivas para consolidaram-se. Tais condições são também emergentes das relações competitivas entre os Estados nacionais que refletem nos modelos de acumulação que espantam das relações entre a política e a economia. Na quarta parte mencionamos os conceitos e as definições sobre as potências médias e sugerimos como essas ocupam uma posição essencial nesse novo modelo de acumulação que se apresenta antagônico na constituição de um poder global. Pois, enquanto esse modelo surgiu afim a de propagar a acumulação de poder das grandes potências, ele também passou a apresentar ameaças ao protagonismo exclusivo das forças hegemônicas a partir do crescimento das potências médias no Sistema Internacional. E na quinta parte direcionamos a análise para um caso prático, avaliando o protagonismo do Canadá (uma potência média) no Ártico (nosso recorte geográfico em uma região que cresce em termos de globalização, atrai olhares de grandes atores do Sistema Internacional e tem dentro dos seus limites geopolíticos a ação de poderes hegemônicos, tais como Estados Unidos, Rússia e União Europeia, com os quais o Canadá precisa interagir, reagir e dialogar em questões econômicas e políticas).

Portanto, iniciamos numa leitura historicista, descrevendo as características que marcaram a formação dos primeiros estados nacionais, na Europa, e que logo se empenharam em uma luta assimétrica pelo poder. Visto que o poder não é estático, apontamos alguns desdobramentos que se deram a partir do século XVIII como uma expressão das relações econômicas, sociais e políticas nos Estados europeus em busca do acúmulo de poder. Nesse momento, apontamos que um fenômeno em particular – a revolução industrial – provocou uma drástica mudança na história moderna, uma vez que seus desdobramentos ocasionaram uma transição

paradigmática. Ou seja, as nações que experimentaram esse processo passaram de uma estrutura socioeconômica agrícola para uma estrutura socioeconômica industrial. E seus efeitos foram tão intensos que os impactos provocados, inicialmente na sociedade europeia, se repetiram, posteriormente nas colônias e ex-colônias daqueles estados expansionistas e imperialistas, com especial destaque nas sociedades americanas e asiáticas.

Nosso foco, porém, não é olhar a revolução industrial, nesta parte da tese, como um fenômeno socioeconômico, mas sim ponderar, ainda num olhar historicista, a radicalidade das mudanças e dos impactos - inclusive negativos - que esta revolução provocou na vida política, reordenando a divisão e a organização do trabalho e contribuindo na consolidação das forças hegemônicas. Por isso, direcionamos a nossa análise para a revolução industrial como uma decorrência da pressão competitiva entre os Estados nacionais e que encontrou, inicialmente, no contexto político e econômico britânico uma condição ideal para sua incidência, estabelecendo todas as condições necessárias para consolidação do poder do Reino Unido no Sistema Internacional.

E como as relações de poder “tem mais a ver com a ideia de fluxo do que com a de estoque”, pois, “o poder é uma relação social assimétrica indissolúvel, que só existe quando é exercido; e para ser exercido, precisa se reproduzir” (FIORI, 2010, p. 6), consideramos que a estrutura econômica, social e política consolidada a partir revolução industrial não se manteria perpetuamente imutável. Pois, a luta pelo poder sempre teve uma relação direta com a acumulação de riqueza.

E, para garantir a acumulação de capital, as estruturas produtivas e comerciais precisaram adaptar-se continuamente e manter-se num alto nível de competitividade em busca de maior lucratividade. Logo, a revolução industrial, que teve início em um momento peculiar no território britânico¹ foi decorrente de uma condição também peculiar no continente europeu; a pressão competitiva entre os Estados-economias nacionais. E, portanto, o exercício do poder – fluxo essencial para a sua reprodução – expandiria aquele movimento economicamente

¹ Referimo-nos à tensão e as disputas com o império espanhol, por parte da Inglaterra, e aos cerceamentos de terras promovidos pela nobreza e burguesia inglesa, aumentando o número de desempregados nos centros urbanos. Abordaremos em mais detalhes ambas as ocorrências mais adiante.

revolucionário² para outros países e continentes, provocando uma segunda revolução³ e cujos efeitos foram decisivos na constituição da estrutura do sistema mundial moderno, ao longo do século XX.

Essas revoluções foram essenciais na dinâmica do jogo de poder e nas disputas da pressão competitiva, pois, as transformações por elas provocadas, impeliram, inevitavelmente, o surgimento de mudanças nas estruturas produtivas e econômicas dos países. Sendo que tais condições elevaram alguns e rebaixaram outros, estabelecendo uma relação de dependência destes últimos para com os primeiros. De fato, a constituição deste cenário seria inevitável em um mundo onde as relações econômicas e políticas entre atores, especialmente entre os estados, era cada vez mais articulada em laços de dependência e interdependência. Assim como o espaço europeu tornara-se “cada vez mais unificado precisamente por causa do internacionalismo do poder do dinheiro” (HARVEY, 2008, p. 227), o mundo todo também se constituiria em relações de disputas pelo poder que, dada a construção de laços de dependência, principalmente na esfera econômica-financeira-comercial, elevaria a pressão competitiva para o plano intercontinental. Ou seja, as disputas entre os Estados-economias nacionais europeus estabeleceriam, a partir da industrialização, um o jogo de poder entre nações de diferentes continentes.

Logo, as transformações que vinham sendo puxadas pela reestruturação econômica e produtiva, a partir das revoluções industriais que, por sua vez, garantiram aumento na produção e no excedente de capital aos países industrializados, acabaram por consolidar aquelas estruturas – econômicas e produtivas – assegurando a manutenção do poder, bem como o seu fluxo, por parte das nações sujeitas a pressão competitiva. Porém, visto que o poder é fluxo e precisa ser exercido e não só exercido, mas, reproduzido, foi necessário a ocorrência de outra revolução a revolução tecnológica. No último quarto do século XX, as nações com tendências imperialistas buscavam o restabelecimento das forças hegemônicas em um cenário instável e assentado em novas mudanças, onde se evidenciava o fortalecimento de empresas multinacionais, a proliferação de novas tecnologias, o emprego destas tecnologias no processo produtivo (tais como a microeletrônica e as tecnologias da

² Referimo-nos à revolução industrial inglesa, também chamada de primeira revolução industrial.

³ Referimo-nos à segunda revolução industrial, com especial destaque para a industrialização americana e asiática.

informação e comunicação), o alcance global dos meios de transporte etc, sendo que todos estes fenômenos tiveram um crescimento exponencial ao longo do século passado. Essa última revolução articulou relações e dinâmicas entre Estados e entre atores transnacionais em um cenário altamente complexo que despontava a partir de 1970. Mas, acima de tudo, foi uma revolução artificialmente suficiente para garantir a reprodução do poder e manter as disputas acirradas entre as nações hegemônicas no fluxo do poder mundial.

Para garantir a continuidade no uso do poder em um cenário globalizado, com permanente interação entre os atores e demonstrando sinais futuros de multipolaridade, as nações líderes e com tendência imperialista teriam agora de articular também novas relações com potências regionais que começaram a buscar espaço para a sua articulação e protagonismo no SI. A partir deste novo cenário constroem-se debates que apontam o surgimento de uma sociedade pós-industrial cujo modelo de acumulação se altera do modelo fordista (da era industrial) para um modelo flexível (da era informacional). Essa mudança não é local ou regional, mas, internacional. Ou seja, ela não ocorre apenas em um continente ou em alguns países, mas, expressa-se em todo o mundo, através de relações interdependentes constituídas em redes de comércio, produção, consumo, decisões políticas, fluxos financeiros e através de transmissão de ideias e valores. Não obstante, essa mudança afetou organizações e países de todo o mundo que, a partir dessas relações (em rede) potencializadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação, passaram a integrar uma estrutura global que passou a envolver atores de todas as esferas do sistema internacional.

Nesse cenário, como sugere Nye (2012) o mundo ficou dividido em diferentes tabuleiros e o poder econômico ocupou um lugar de multipolaridade, onde diversos outros países (além das grandes economias, isto é, além dos Estados Unidos, Japão, União Europeia e China) estão ocupando espaços cada vez mais relevantes. Muitos desses atores, especialmente os países que se enquadram na condição de potência média não tem capacidade de competir e de resistir no nível militar – ou na esfera do hard power – com as grandes potências. No entanto, eles conseguem fazer uso do poder brando (soft power) e ocupar lugares estratégicos no sistema interestatal capitalista. Os recursos para fazer uso desse tipo de poder é diversificado e não segue um padrão único, mas, adapta-se às capacidades de cada país, cabendo a ele atuar estrategicamente para garantir seu posicionamento e sua influência no

sistema internacional.

Segundo Nye (2012, p. 80):

Os recursos econômicos básicos subjacentes ao poder duro e ao poder brando são coisas como o tamanho e a qualidade do produto interno bruto (PIB), renda per capita, o nível de tecnologia, os recursos naturais e humanos, as instituições políticas e legais para os mercados, e também uma variedade de recursos estruturados para domínios especiais, como comércio, finanças e concorrência.

Portanto, na era pós-industrial, onde o modelo de acumulação flexível predomina na lógica da economia internacional e onde as sociedades se conectam em redes globais que alcançam comunicações, produções, consumos, transportes e fluxos financeiros, “os estados se tornam conectados pela força de mercado”, estruturando relações de interdependência “para conseguir ganhos conjuntos”, onde a tomada de ações unilaterais pode prejudicar a todos quando se estabelece a interdependência (NYE, 2012, p. 83-85). Assim, entendemos que faz-se relevante tecer relações entre as revoluções indústrias e tecnológica, os modelos de acumulação capitalista e os atores do sistema internacional, especialmente as médias potência. Uma vez que identificamos que seu papel na política internacional está intimamente relacionado com a sua projeção econômica e esta se dá a partir de dinâmicas que se iniciaram no plano econômico, mais especialmente, com a transição da estrutura industrial para uma estrutura pós-industrial e informacional.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EPI E SUA RELAÇÃO COM ESTA PESQUISA

Sabe-se que a Economia Política Internacional (EPI) tem um histórico de construção teórico-científica há, pelo menos, seis séculos. Desde o nascimento do mercantilismo, na Europa do século XVI, passando pelas formulações de Adam Smith, no século XVIII, por David Ricardo, no século XIX, pelo processo de industrialização no mundo ocidental, entre o século XIX e XX, e pelos efeitos e consequências econômicas do avanço do capitalismo no século XX, foi possível a construção de um número expressivo de ideias, conceitos, teorias e pesquisas que avançassem no domínio da EPI ao longo da era moderna. A diversidade de assuntos que foram apontados no constructo teórico e conceitual da Economia Política Internacional,

revelaram não apenas a dimensão do seu campo de estudo, mas, também a sua característica interdisciplinar.

Para além de teóricos da ciência econômica, a EPI debate com flexibilidade e dinamismo com autores da ciência política, das relações internacionais, da administração, da sociologia, da história, da geografia etc. E é nessa dimensão em que posicionamos a nossa pesquisa. Buscamos um olhar interdisciplinar para construir relações entre o desenvolvimento econômico e a formação dos modelos de acumulação com a estrutura do sistema internacional moderno, onde buscamos evidenciar a relação do protagonismo de novos atores com a realidade do cenário internacional contemporâneo, a partir do viés da Economia Política Internacional.

Por isso, nossa investigação não se restringe à uma análise economicista, mas, considerando a evolução de uma estrutura produtiva, com efeitos da organização da produção sobre a estrutura econômica e social, expandimos essa percepção para o cenário internacional e para as relações entre os atores do sistema internacional. Pois, entendemos que há uma articulação de longo prazo que vem se estabelecendo entre os Estados do SI e a luta pelo poder tem uma relação direta com o modelo de acumulação do excedente produtivo. O movimento que se estabelece entre economias nacionais, Estados nacionais e atores globais desse sistema, compreendem o sistema interestatal capitalista.

Logo, o sistema político e econômico que se formou na Europa a partir século XVI, estabeleceu uma relação estreita entre decisões políticas e interesses econômicos que logo se estenderam para um contexto mundial, onde os processos de conquista, de colonização, de luta pelo poder e de conflitos constantes são decorrentes destas relações. E, mais ainda, são decorrentes de interesses econômicos influenciados por decisões políticas em um nível global que afeta o mundo e todo o sistema internacional em uma relação de interdependência com reflexos diretos sobre os atores desse sistema.

Nosso interesse, contudo, não está na análise da Economia Política Internacional desde o século XVI. Embora façamos diversas menções ao mercantilismo, assim como à fenômenos até mesmo anteriores, tais como as condições prévias que contribuíram para a influência da economia na consolidação do estado nacional, na formação do estado moderno e nas questões relacionadas tanto à economia quanto à política no sistema interestatal capitalista, nosso foco está em uma análise que se inicia a partir do último quarto do século XX. Pois, foi a partir

dos anos de 1970 que a Economia Política Internacional passou por um esforço intelectual, na tentativa de desenvolver estudos sistematizados sobre os problemas internacionais, considerando o viés econômico na sua relação com a política e com outras áreas da ciência.

Além disso, autores como Kindleberger (1973), Gilpin (2002), Strange (1988) e Keohane e Nye (1989), despontaram na comunidade epistêmica a partir desse período, trazendo importantes contributos para a EPI. Gilpin (2002) apontou a existência de uma tensão constante entre os interesses do mercado – cujo objetivo é identificar onde as atividades econômicas podem ser mais produtivas e lucrativas – e os interesses do Estado – cujo objetivo se expressa no controle do processo de crescimento econômico e de acumulação de capital. Além de apontarem a tensão entre atores estatais e privados, tanto Charles Kindleberger quanto Robert Gilpin consideravam também que a economia mundial só seria estabilizada através da concentração do poder político e do poder econômico em um Estado dominante com capacidade de garantir a abertura global do mercado. Essa seria a Teoria da Estabilidade Econômica e seria garantida, apenas, se houvesse uma potência hegemônica que assumisse a liderança do sistema internacional. Gilpin (2004, p.26) sugere que o avanço tecnológico e as forças de mercado representam “motivos suficientes para ampliar a integração da economia mundial, as políticas de apoio dos Estados mais fortes e as relações de cooperação entre eles”, constituindo assim “a base política necessária para uma economia mundial estável e unificada”.

Susan Strange, por sua vez, apresentou a ideia do poder estrutural, onde, para além do poder relacional, o Estado que dispuser de quatro estruturas fundamentais, quais sejam; conhecimento, segurança, produção e finanças, consegue exercer poder e condicionar outros atores a se comportarem segundo seus interesses, mesmo quando não haja o exercício de um poder relacional direto sobre determinado país. Na perspectiva de Strange o poder não seria decorrente da capacidade militar ou do posicionamento geográfico/territorial. Mas, segundo a autora, decorrente das quatro estruturas citadas acima que, por sua vez, garantiriam controle sobre a informação e sobre a capacidade de inovação científica e tecnológica (conhecimento); capacidade de proteção nacional e projeção de poder internacional (segurança); capacidade de influenciar redes comerciais e estruturas de distribuição e consumo (produção); capacidade de controlar circulação monetária (financeira).

A proposta da Strange (1988) se enquadrava com perfeição dentro do contexto

da Economia Política Internacional no último quarto do século XX. Pois, segundo a autora, a EPI deveria ser analisada a partir de fatos e não a partir de leis gerais das Relações Internacionais (STRANGE, 1988). Logo, a confluência das dimensões econômicas e políticas para a compreensão do cenário globalizado, a partir dos anos 70, era um fato que deveria ser observado e que não poderia ser resumido em leis gerais baseadas em pressupostos teóricos sugeridos no início do século XX. Portanto, a realidade do final do século passado, com a emergência de empresas multinacionais e atores transnacionais, cada vez mais poderosos e cada vez mais influentes na política internacional evidenciaram uma nova abordagem sugerida por Robert Keohane e Joseph Nye.

Para Keohane e Nye (1989) a condição do cenário político internacional compreende uma estreita relação com a economia internacional e a partir da década de 1970 tornou-se incontestável o protagonismo de instituições não governamentais e de atores não estatais no cenário internacional.

These actors are important not only because of their activities in pursuit of their own interests, but also because they act as transmission belts, making government policies in various countries more sensitive to one another. As the scope of governments' domestic activities has broadened, and as corporations, banks, and 40 (to a lesser extent) trade unions have made decisions that transcend national boundaries, the domestic policies of different countries impinge on one another more and more. Transnational communications reinforce these effects. Thus, foreign economic policies touch more domestic economic activities than in the past, blurring the lines between domestic and foreign policy and increasing the number of issues relevant to foreign politics. Parallel developments in issues of environmental regulation and control over technology reinforce this trend. (KEOHANE; NYE, 1989, p.26)

Os meios de comunicação, as organizações internacionais e empresas transnacionais ocuparam posições estratégicas no cenário mundial, construindo um novo e complexo cenário, globalizado e interdependente, onde a hierarquia de assuntos a serem tratados pela política internacional não seguia mais a lógica low politics e high politics, e nem as questões políticas e econômicas ficariam claramente separadas entre contexto interno e externo.

Many issues arise from what used to be considered domestic policy, and the distinction between domestic and foreign issues becomes blurred. These issues are considered in several governments departments (not just foreign offices), and at several levels. (KEOHANE; NYE, 1989, p.25)

Conseqüentemente, emergiu também a relevância de outros tipos de poder para garantir aos Estados alcançarem seus objetivos. E, portanto, o uso de força, especialmente a militar, deixou de ser efetivo. Ainda que a interdependência não sugira a ausência ou o fim da manutenção do poder (e sim novas maneiras de usar o poder), visto que ela não foca no poder bélico/militar, mas, no atingimento de objetivos por outras vias que não sejam guerras e ocupação de territórios alheios – ela aponta a necessidade de aumento do poder. No entanto, esse poder pode ser brando, através da propagação de conceitos culturais, de valores, normas ou mesmo através de atores não estatais e transnacionais, com vistas à cooperação entre os atores para alcance de objetivos mútuos. Por isso, a ideia da Interdependência Complexa, proposta Keohane e Nye (1989), sugeria a relevância de uma multiplicidade de atores e de organizações internacionais, minimizando o papel do Estado como principal ator do cenário mundial, apontava para uma ampla variedade de temas importantes para a política internacional, reduzia a importância do debate sobre segurança militar e a considerava que os Estados não seriam unidades políticas coesas (KEOHANE; NYE, 1989).

O terreno da Economia Política Internacional, além de multidisciplinar, é também direcionado para a análise de fatos e para uma compreensão da realidade que se apresenta nos diferentes momentos do desenvolvimento da sociedade contemporânea, especialmente nos campos políticos e econômicos, visando entender a aproximação e a relação entre ambos. Além disso, a EPI não descarta a fundamentação em teorias, mas, busca aportes teóricos que explicam os fatos e ajudam na sistematização de ideias e análises da conjuntura que se apresenta no cenário internacional. Assim, a partir de uma perspectiva de fundo econômico-social, abordamos a formação dos modelos de acumulação capitalista, descrevemos como esses modelos eclodiram em determinado momento na história da humanidade, mas, ainda mais, consideramos como o modelo de acumulação fordista atendeu o ímpeto do desejo de acúmulo de poder de certos estados nacionais através de relações de produção, de organização do trabalho e estruturas sociais, culminando numa condição favorável para o posicionamento destes Estados no sistema internacional.

A EPI é, portanto, a liga que conecta nossas ideias. Mas, entendemos que o constructo teórico dessa disciplina, por basear-se em fatos, principalmente, nem sempre consolidou de maneira plena e completa as suas previsões e análises. E

compreendemos que tal condição seja plausível, visto que ao tratar-se de análises de conjuntura econômica, política e social – e principalmente quando estes campos estão em plena transformação – percorre-se um caminho um tanto quanto obscuro na tentativa de compreender todos os fenômenos que se observam em interações sistêmicas e globais. Mas, tendo também que compreender as diversas relações – diretas e indiretas – entre assuntos que se relacionam no campo econômico, político e social e ainda sugerir um desfecho sobre os resultados que podem emergir a partir das interações entre estas áreas que, apesar de próximas, têm características e peculiaridades particulares.

1.2 JUSTIFICATIVA PELA TEORIA CRÍTICA E HIPÓTESES

A Teoria Crítica (TC) no campo das Relações Internacionais surge como uma alternativa às teorias positivistas (realismo, neorealismo, liberalismo etc). A proposta dos seus autores sempre esteve relacionada com a necessidade de uma análise histórica do cenário internacional, apontando para a importância de conciliar teoria e prática, a fim de explicar os acontecimentos a partir das transformações vivenciadas pela ordem social vigente. Assim, a ontologia não deve mais ser vista como a priori, isto é, como sendo constitutiva e anterior à realidade, mas, em vez disso, como um produto social em andamento, em contínua transformação e transversal à história. Logo, ao invés de servir como uma teoria problem-solving (como um guia para a solução de problemas postos por uma determinada perspectiva), a TC se apresenta com uma teoria que analisa criticamente o contexto sob os seguintes pressupostos:

- a) a observação não deve ser feita fora do contexto, mas, analisada dentro de uma conjuntura que é responsável pela constituição do problema em questão;
- b) o contexto da ação muda conforme o tempo e o principal objetivo da TC é compreender essas mudanças e os seus efeitos sobre o problema;
- c) o contexto da estrutura, no qual as ações ganham forma, não é o fim da ação, mas, justamente o cenário a ser analisado.

Por isso, a Teoria Crítica não considera a ordem da política internacional como “dada”, isto é, pronta ou resolvida. Pelo contrário, ela não toma nem as instituições, nem os atores, nem as relações sociais e nem a dinâmica de poder como elementos dados, mas coloca-os em questão para investigar a sua origem e a construção das suas relações, numa dinâmica de interações sociais, no decorrer da história.

Dito isto, sugerimos a relevância da TC para analisar o papel das potências médias no contexto do capitalismo informacional e cujo panorama descrevemos nos tópicos anteriores. E, a partir da Teoria Crítica questionamos como este tipo de Estado se relacionada com as potências hegemônicas, pois, consideramos que há, por trás da integração e da interdependência que estes Estados articulam com as grandes potências, duas possibilidades:

- a) ou as potências médias atuam contribuindo na construção de hegemonias globais e, portanto, intensificando o poder hegemônico no sistema internacional moderno;
- b) ou elas atuam de maneira contra- hegemônica e seu papel na manutenção das estruturas internacionais, bem como a sua progressiva adaptação às mudanças que ocorrem no plano político e econômico mundial são tentativas de impor o seus interesses ao invés de serem apenas seguidores dos poderes dominantes.

Logo, a reflexão sobre a hegemonia na ordem internacional é também um ponto crucial para a Teoria Crítica, pois, a TC sustenta que a hegemonia se constitui através de instituições e de ações que visam ajustar a dinâmica do poder a partir de estruturas materiais e da transmissão de imagens ou de ideias coletivas ao mundo, a fim demonstrar a importância universal das instituições que administram a ordem mundial.

Ora, as potências médias têm sido apontadas como Estados que se associam às grandes potências, especialmente na solução de questões de interesse global e, especialmente, em temas cujo efeitos das mudanças são de preocupação de toda a humanidade. Assim, conforme ocorre a internacionalização de certos problemas regionais, como por exemplo, violação de direitos humanos, mudanças ambientais, migrações etc, potências médias como o Canadá, Austrália ou os países Escandinavos, participam de ações que sugerem a tentativa de resolver estas questões, contudo, através de ações de soft power.

E, sustenta-se em grande medida que estes atores são aptos a lidar com as questões atinentes aos interesses globais por causa da cooperação que eles tendem a articular no Sistema Internacional. Sendo assim, resgatamos os pressupostos da Teoria Crítica para ponderar sobre o papel destes Estados e levantamos duas hipóteses:

- a) a atuação do Canadá, enquanto potência média e seu protagonismo no

Sistema Internacional é decorrente de manobras hegemônicas que criam a ideia – e internacionalizam esta ideia – de que Estados não centrais do SI, por representarem valores mundialmente admirados (como respeito à democracia, à segurança humana, defesa dos direitos humanos etc), são justamente aqueles atores que dispõem de condições e de experiências para lidar com estas questões. E, assim, buscam convencer o mundo sobre a necessidade de seu papel no Sistema Internacional, mas agem, contudo, em concordância com os interesses das grandes potências à quais eles se associam. E, tais Estados consolidam influências regionais que, em grande medida, são apoiadas pelas potências hegemônicas, o que acaba por contribuir na influência de hegemonias globais. O recorte temporal e geográfico para esta análise é o comportamento do Canadá no Ártico, por ser uma área de interesses atuais, contemporâneos e condizentes com o cenário econômico e político que descrevemos nos primeiros capítulos;

- b) a atuação do Canadá, enquanto potência média é justamente uma estratégia de atores com menos poder e influência na nova ordem mundial que, embora busquem ganhar espaço através da transmissão de valores de interesses coletivos, não conseguem projetar-se como atores influentes nas decisões mais sensíveis, em termos políticos e econômicos, no plano internacional. Logo, num movimento contra-hegemônico estes atores se apoiam na internacionalização de temas sensíveis ao bem-estar mundial e, assim, estabelecem relações entre a sua atuação e seus valores e os problemas que a humanidade enfrenta no século XXI, articulando a ideia de que são eles que realmente podem contribuir na resolução destes problemas. Pois, seus interesses não são os mesmos das grandes potências e, portanto, conseguem resguardar o cenário político e econômico mundial da influência desenfreada dos atores que atuam de maneira hegemônica na geopolítica global. Igualmente, o recorte temporal e geográfico para esta análise é o comportamento do Canadá no Ártico, por ser uma área de interesses atuais, contemporâneos e condizentes com o cenário econômico e político que descrevamos nos primeiros capítulos, mas também uma área sensível em termos ambientais e para o desenvolvimento sustentável. Por isso, é possível aqui analisar se o Canadá busca articular ações contra- hegemônicas, a fim de ganhar

espaço no Sistema Internacional, como um ator relevante na resolução dos problemas coletivos e mundiais.

1.3 OBJETIVOS

Para responder o questionamento que apresentamos na introdução deste projeto e elucidar as hipóteses que aqui apontamos, definimos como objetivo geral: identificar como a práxis de uma potência média do Sistema Internacional desenvolve seu protagonismo econômico e político, estabelecendo um posicionamento estratégico na Economia Política Internacional, tendo o comportamento canadense no Ártico como objeto de análise.

E como objetivos específicos:

- a) Estabelecer relações entre a economia política internacional e o sistema internacional, a partir dos modelos de acumulação do capitalismo;
- b) Investigar a emergência de novos atores no sistema internacional a partir das revoluções industriais e tecnológicas, considerando seus reflexos na lógica de acumulação do capital;
- c) Analisar sob a lente da Teoria Crítica, a relevância estratégica de uma potência média no contexto político e econômico mundial;
- d) Verificar que tipo de poder uma potência média, tal como o Canadá, utiliza para ser um protagonista relevante no Sistema Internacional, a partir de seu posicionamento no Ártico, a fim de identificar se ele acompanha o poder hegemônico ou se atua ordem contra-hegemônica.

Tais objetivos servem para nortear a nossa investigação e também para contribuir na resposta das hipóteses que apontamos. Entendemos que há uma estreita relação entre as temáticas apresentadas nesta tese e, por isso, não queremos analisar os contextos de maneira isolada. Mas, antes, estabelecer as relações e consequências de um tema sobre o outro, culminando na verificação das hipóteses.

1.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Frente a realidade política e econômica a qual nos propomos investigar, delimitando a análise para um determinado ator e sua ação numa zona geográfica e geopolítica – o Canadá como potência média no Ártico – entendemos que será importante três técnicas de pesquisa que ajudarão a responder o nosso problema de pesquisa. A pergunta que norteará a investigação é: qual a importância estratégica das potências médias no modelo de acumulação flexível?

Para responder essa pergunta classificaremos a pesquisa da seguinte maneira

- a) Quanto a sua natureza: analítica, descritiva e exploratória;
- b) Quanto a abordagem: qualitativa e interpretativista;
- c) Quanto ao procedimento técnico: um estudo de caso, orientado por uma leitura historiográfica e documental.

Por natureza analítica e descritiva da nossa orientação metodológica entendemos a adoção de uma estratégia de investigação que nos permita abordar um fenômeno existente, estabelecendo relações entre as variáveis do objeto de estudo, articulando relações entre as premissas teóricas e o trabalho de campo. De igual modo, procuraremos assumir uma atitude analítica, fundamentada em evidências e em teorias testadas, de tal forma que o nosso trabalho resulte num contributo pertinente e útil para a Economia Política Internacional e para as Relações Internacionais.

Considerando, ainda, que nosso interesse é contribuir com novas perspectivas na realidade do fenômeno estudado, a pesquisa exploratória se apresenta válida. Pois, este tipo de pesquisa tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” e a grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

As abordagens qualitativas e interpretativistas se mostram válidas pois, não há preocupação com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão do problema. E nossa perspectiva corrobora com Vromen (2010, p. 255) no que diz respeito aos quatro atributos da abordagem qualitativa em ciência política, quais sejam:

Inductive analysis that is premised on discovering categories and being exploratory with open questions. Holistic perspective that seeks to understand all of the phenomenon and the complex interdependence [...] This also demonstrates sensitivity to context as analysis is located in the social, historical and temporal context [...]. Qualitative and adaptive data collection based on detailed thick description and depth. The researcher's agenda is to understand the complex social world with empathy, while also attempting to be non-judgemental.

Esse método contribui em nossa pesquisa, pois, ele salienta “os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32) e uma “explanation and understanding of human social and political behaviour” sem que isso seja independente do seu contexto (VROMEN, 2010, p. 263). Assim, buscamos compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos, uma vez que estamos preocupados com a importância das interpretações dos dados coletados.

O estudo de caso enquanto procedimento técnico será relevante para o alcance dos objetivos uma vez que ele nos permite “conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.39). Além disso, ao propor o estudo de caso nos preocupamos em descobrir o que o nosso objeto de estudo tem como característica peculiar dentro do contexto de nossa investigação. Além disso, como sugerem Gerhardt e Silveira (2009), não temos intenção de intervir sobre o objeto analisado, mas, através do estudo de caso nos importa revelar aspectos pertinentes ao objetivo e sua articulação na dimensão política e econômica à qual nos propusemos estudar.

A técnica historiográfica atende nossos critérios de investigação, pois, ela pode ser entendida como 'writing of history based on a selective, critical reading of sources that synthesizes particular bits of information into a narrative description or analysis of a subject' (THIES, 2002: 351 *apud* VROMEN, 2010, p. 258). E a análise documental nos permitirá consultar documentos oficiais produzidos e divulgados pelos governos das potências médias que vamos abordar em nossa pesquisa. Essa análise nos permitirá entender:

- a) como essas potências enxergam a si mesmas no cenário de nossa investigação;
- b) (como os seus governos se posicionam no plano político e econômico no século XXI;

- c) como essas potências percebem a relação com outros atores do sistema internacional e, mais especificamente, como elas percebem suas relações com as potências dominantes;
- d) como as potências médias sugerem seu posicionamento em uma economia interdepende;
- e) que tipo de políticas elas utilizam para garantir o alcance de seus interesses em um cenário cujo poder e capital tendem a se acumular em determinados centros.

Ademais, leitura historicista é também apoiada na trajetória acadêmica e profissional do doutorando, cujas pesquisas e cuja atividade profissional sempre estiveram em harmonia com o campo da história. Portanto, sua leitura do Sistema Internacional, da construção de forças hegemônicas e da atuação dos atores numa perspectiva sistêmica na Economia Política Internacional sempre estiveram igualmente apoiados nos eventos históricos que foram moldando e construindo a realidade política contemporânea.

Nossa intenção ao propor a busca para entender estas questões é discutir uma realidade contemporânea que se evidencia no cenário político e econômico global. Como cientistas sociais queremos começar a partir daquilo que alguns de nossos predecessores falaram (HANCKÉ, 2010) e queremos debater com as teorias até então existentes a fim de contribuir com nosso campo de estudo, apresentando “better logical constructions of arguments, more accurate data, or a combination of the two” (HANCKÉ, 2010, p.234).

Nosso objetivo pode ser mais bem compreendido na afirmação de Hancké (2010, p. 234):

Research in the social sciences thus has three crucial components. Social science engages an existing debate (and is not about finding a hidden law of society), through the construction of puzzles that engage a theory on its own terrain (and does not just disagree and come up with an alternative answer), and about finding the most convincing solution to the puzzle (relying on a combination of logic and data).

E não estamos também discordando de um argumento ou teoria existente, mas, queremos entender uma condição complexa e que demanda um olhar e uma análise sistêmica de uma realidade que não chegou ao esgotamento das investigações.

2 AS ORIGENS DO SISTEMA INTERNACIONAL MODERNO

O sistema político e econômico que se desenvolveu entre os estados europeus, entre os séculos XII e XVIII, foi o modelo que se internacionalizou e que constitui a conjuntura global onde todas as nações do globo passaram a estabelecer suas relações políticas e econômicas. Além disso, aquele modelo foi também responsável pela constituição da arquitetura do sistema mundial moderno, contribuindo na definição do que viriam a ser potências grandes e médias. Ademais, importa referir que as teorias clássicas das Relações Internacionais olharam para a condição desse sistema e, por causa da intensa competição que marcou a luta pela sobrevivência dos Estados nacionais no continente europeu, propuseram as suas bases teóricas e epistemológicas.

A nossa preocupação em apresentar a relação entre um cenário histórico muito particular e geograficamente localizado, ou seja, a relações entre os estados europeu do século XII ao XVIII, se justifica, pois, de acordo com Fiori (2008, p. 11) “toda análise da conjuntura internacional supõe uma visão teórica de longo prazo a respeito do tempo, do espaço e do movimento histórico do sistema mundial”. Portanto, embora reconheçamos que a partir de 1970 despontou uma nova configuração no contexto internacional da política e da economia, entendemos que os fenômenos sociais, políticos e econômicos têm efeito de longo prazo e que estes atravessam a história, imprimindo na contemporaneidade consequências resultantes de suas causas originais.

Por isso, entendemos que o sistema mundial contemporâneo não é decorrente, apenas, de movimentos e transformações oriundas do último quarto do século XX, quando as mudanças sócio-político-econômicas no cenário mundial imprimiram novas relações e interações entre Estados e novos atores transnacionais. Antes, consideramos que o sistema mundial no século XXI carrega em sua dinâmica atual muitos resquícios e características do período em que se deu a constituição dos primeiros Estados nacionais. E as influências ideológicas até hoje são preservadas no que diz respeito ao comportamento dos Estados que são os principais protagonistas do SI.

2.1 A ASSOCIAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ECONOMIA

Com a queda do Império Romano do Ocidente iniciou-se no continente europeu um processo de (re)centralização do poder. Os territórios antes ocupados pelo Império empreenderam uma nova organização social e política que culminou na formação de feudos. Estas deram origem a inúmeros reinos que ganharam autonomia política e econômica. A queda do Império, contudo, representou a queda de um poder central dentro do qual as delimitações territoriais, culturais e sociais eram organizadas e respeitadas. A partir desse momento, as unidades políticas autônomas que se constituem no território europeu precisaram garantir a sua sobrevivência de maneira independente. Não havendo mais um poder centralizador e regulador das relações entre os territórios que antes pertenciam ao Império, começava uma relação conflituosa entre aquelas unidades políticas, em vistas da sobrevivência.

As disputas, no entanto, não se davam exclusivamente em uma dimensão interna no continente europeu. Além de conflitos por domínio de território e acesso a recursos naturais e terras produtivas para a agricultura, as unidades políticas passaram a enfrentar pressão de invasões externas tais como as invasões mongóis a partir do leste e a presença dos muçulmanos a partir do sul. Diante de um cenário tão acirrado, onde as unidades políticas europeias precisavam garantir a sua sobrevivência em um jogo de disputas interno e resistência as invasões externas, estabelece um cenário de intensa rivalidade e competitividade no continente europeu. Tal condição provocou um conjunto de fenômenos que impulsionaram aquelas sociedades a um “processo social de auto-perpetuação” (ELIAS, 1998), a fim de superarem as ameaças tanto de fora (mongóis e muçulmanos, por exemplo) quanto de dentro (Guerra dos Cem anos, Crise de sucessão portuguesa, Revolta dos Camponeses etc).

Fiori (2009; 2014) aponta que aquelas unidades políticas, pressionados pelas guerras constantes, por períodos de fome intensa, por epidemias e ameaças (internas e externas), foram forçados a um processo de desenvolvimento autônomo a fim de garantir sua sobrevivência. O objetivo seria desenvolver uma posição, em meio ao intenso jogo de poder daquele sistema político, que fosse duradoura e garantisse a segurança e a soberania de cada unidade política. Por isso, a pressão sob aquelas regiões que buscavam estabelecer seu domínio territorial e proteger as suas populações fez com que aquelas unidades políticas se deparassem com a necessidade de competição e de expansão. Ou seja, elas precisam competir umas

com as outras, de maneira a alcançar superioridade (política, econômica, cultural, militar etc), e expandir seus territórios, de maneira a impedir que os adversários avançassem sobre os territórios vizinhos.

Por isso, tais condições contribuíram para a consolidação de três situações bem específicas e características daquele espaço geográfico, quais sejam:

- a) aprimoramento de processos produtivos – de bens e de alimentos;
- b) aceleração no desenvolvimento de tecnologias – que seriam empregadas em combate militar;
- c) articulação na relação entre as unidades políticas e a economia local.

Estes fenômenos que se desenvolveram na Europa, a partir do século XII, foram essenciais para a supremacia política e econômica entre aquelas unidades políticas, pois, eles garantiriam o fomento dos mercados locais, o crescimento da produção alimentícia e o excedente econômico. Onde a pressão competitiva a qual aqueles estados estavam submetidos impunha-lhes, para a sua sobrevivência e para a manutenção do seu espaço territorial, a necessidade de fortalecimento interno. As economias nacionais, por sua vez, se apresentavam como um mecanismo essencial para a estabilidade interna e como uma condição imprescindível para a construção do poder com vistas a expansão dos estados.

Aquelas unidades políticas que lutavam pela sua sobrevivência, e para isso precisavam garantir a centralização do poder em seus territórios, construíram uma articulação profícua entre as condições políticas e as suas economias nacionais. Pois, assim, seria possível fomentar seus mercados locais, produzir excedentes e, posteriormente, iniciar processos de expansão territorial utilizando-se de recursos acumulados com os excedentes produzidos pelo mercado interno. Portanto, “forjou-se no continente uma associação indissolúvel e expansiva entre a ‘necessidade da conquista’ e a ‘necessidade do excedente’, que se repetiu, da mesma forma, em várias unidades territoriais soberanas e competitivas (FIORI, 2008, p. 25).

Tais unidades políticas soberanas se mostraram dispostas (e capazes) de expandir seu poder por meio de suas economias através do acúmulo de capital a fim de realizar conquistas territoriais com uso da força militar. A competição – militar e econômica – entre esses estados provocou um movimento expansivo e contínuo cujos reflexos se fazem sentir no decorrer dos séculos seguintes, envolvendo todo o globo.

Foi a luta pelo poder que implodiu os mercados locais e estimulou a produção agrícola e a multiplicação do excedente econômico. E a cunhagem das moedas soberanas facilitou a troca destes excedentes e a autonomização da 'economia de mercado'. Mas, ao mesmo tempo, estas mesmas guerras criaram as oportunidades de multiplicação do dinheiro pelo dinheiro, longe da produção, e que está na origem do capital e do capitalismo (FIORI, 2008, p.26-27).

A associação entre poder e capital foi responsável pelo fomento dos “Estados-economias nacionais” (FIORI, 2008). Ao longo desse processo, onde evidencia-se a constante competição política e econômica, originando uma condição que Fiori (2014) chama de “pressão competitiva”, a guerra foi presente quando os capitais sofriam algum tipo de bloqueio. Logo, o fluxo dos capitais dependia da guerra para liberar as barreiras que impediam sua dinâmica, e as guerras recorriam ao capital para seu financiamento e continuidade. Em meio a simbiose estabelecida entre eles, o poder iria se consolidando naqueles estados com maiores excedentes de capital e maiores qualificações militares, caracterizando relações assimétricas de poder político, tipificando um “jogo de soma zero”, onde toda a relação acabaria exercendo a “pressão competitiva” sobre si mesma (FIORI, 2014).

Segundo Nye (2012) a força militar – que é a expressão da forma fundamental e clássica de poder do Estado – depende de uma economia próspera para produzir (e reproduzir) esse tipo de poder. Similarmente a isso, a pressão competitiva levou estados e capitais privados a se aproximarem visando incrementar o poder nacional, avultando as relações comerciais e as estruturas financeiras da nação, o que ampliaria o acúmulo de riqueza e contribuiria, como consequência, no acúmulo de poder, visto que o núcleo do poder se alicerça sobre bases materiais (FIORI, 2014). Essas bases foram, inicialmente, construídas a partir de meios econômicos, ou seja, a partir da produção, do comércio e das finanças, mas, não se limitaria a tais meios. Se uniria a meios coercitivos e projetaria as economias locais para outros territórios através de um movimento expansivo de forças militares e econômicas. Assim, promoveu-se um processo de conquistas territoriais que se converteram em territórios econômicos supranacionais, para onde os “Estados-economias nacionais” estenderiam seus capitais privados juntamente com suas moedas nacionais a fim de perpetuar seus lucros e garantir o fluxo do seu poder (FIORI, 2014).

Importante destacar que a riqueza em si não traria poder naturalmente. Mas, o emprego da riqueza acumulada por cada Estado é que daria condições para a sua projeção sobre seus competidores e para um processo contínuo de acúmulo de poder.

Tal como afirma Smith (1983, p. 88):

Riqueza é poder, como diz Hobbes. Mas a pessoa que adquire ou herda uma grande fortuna não necessariamente adquire ou herda, com isto, qualquer poder político, seja civil ou militar. Possivelmente sua fortuna pode dar-lhe os meios para adquirir esses dois poderes, mas a simples posse da fortuna não lhe assegurará nenhum desses dois poderes.

Portanto, o modo como os primeiros Estados nacionais utilizaram a riqueza acumulada através de suas economias nacionais contribuiu para o estabelecimento de seu poder no sistema interestatal capitalista. Pois, a associação entre os estados nacionais e as economias nacionais foi fator decisivo no acúmulo de riqueza que foi convertido em poder através do emprego do excedente na produção interna e, principalmente, no desenvolvimento e manutenção de forças militares.

Figura 1 - Relação entre o Estado, o poder e a riqueza



Fonte: Adaptado de Fiori (1997, 2008 e 2009)

Assim, a (re)centralização do poder territorial e a mercantilização da economia foram dois requisitos essenciais para o nascimento dos Estados Nacionais europeus e para a consolidação do sistema interestatal capitalista (FIORI, 1997, 2008,2014).

Por isso, aquelas unidades políticas soberanas estabeleceram sistemas próprios de tributação e de moeda, impulsionando a aproximação entre os Estados e suas economias nacionais. Estas se tornaram um componente fundamental não só para a consolidação da soberania daquelas unidades políticas, mas, também para a sua expansão, visto que a pressão competitiva do cenário europeu levou os

Estados nacionais do continente a se expandirem, ampliando seu poder mediante a ocupação territorial de outras regiões do mundo, através do capital.

Um pequeno número de unidades políticas soberanas conseguiu expandir seu poder para além dos seus limites territoriais, constituindo estruturas imperialistas. Os atores que assim procederam, e que tiveram êxito nesse processo expansionista, impingiram em suas decisões políticas os seus interesses econômicos. E exportaram a mesma relação de associação do Estado nacional com a economia nacional para suas colônias, de forma que o excedente da colônia tinha como fim o acúmulo de riqueza da nação colonizadora. A expansão territorial destes Estados tornou-se inseparável de sua sobrevivência, visto que a relação entre poder e capital, compreendia, inevitavelmente, um crescimento contínuo e, portanto, expansivo. Assim, os Estados nacionais e o capitalismo germinaram conjuntamente e com uma mesma necessidade de internacionalização que transformou os primeiros estados “em impérios coloniais, e fez do capitalismo, imediatamente, uma economia-mundo” (FIORI, 1997, p. 135).

Tal condição foi consolidada no decorrer dos séculos seguintes, especialmente entre 1450 e 1650 quando se intensificou a pressão competitiva pelo “expansionismo do Império Otomano e do Império Habsburgo e pelas guerras da Espanha com a França, os Países Baixos e a Inglaterra” (FIORI, 2008, p. 23). Nesse período - entre meados do século XV e meados do século XVII - o cenário político e econômico europeu nutriu um acúmulo de poder e riqueza sem precedentes na história da economia política internacional, impulsionando a constituição dos “primeiros Estados europeus, com suas economias nacionais e com uma capacidade bélica muito superior à das unidades soberanas do período anterior” (FIORI, 2008, p. 23). A força militar daqueles estados, bem como de suas economias nacionais fomentavam condições para uma explosão expansiva, decorrente da pressão exercida entre os Estados soberanos da Europa.

Estando o sistema estatal europeu sob constante pressão e competitividade, em função de um “pequeno número de ‘Estados-impérios’ que se impuseram dentro da própria Europa”, as disputas internas e o estreitamento das relações entre poder e capital conduziram os estados nacionais a uma projeção externa de poder que alcançasse territórios e economias estrangeiras (FIORI, 2008, p. 28). Tal condição seria inevitável, pois, poder é uma relação que se constitui e se define a partir da disputa e da luta contínua pelo próprio poder, ou seja, “poder é ação e movimento, e

só existe enquanto exercido de forma contínua” (FIORI, 2014, p. 19). A continuidade do exercício do poder se expressava na expansão dos Estados nacionais a partir da relação com suas economias nacionais que se tornaram em “instrumento de poder e num fator decisivo de sua expansão imperial” (FIORI, 2008, p. 29). Uma vez que a expansão dos estados estava, invariavelmente, atrelada às guerras de conquista seria necessário, então, que cada unidade política e soberana estabelecesse um sistema nacional monetário próprio do seu território de maneira a gerar excedentes que pudessem financiar os gastos militares que fomentariam essas guerras e que, por sua vez, aumentariam a pressão competitiva no território europeu.

Uma vez que a necessidade primordial dos estados que compunham o sistema interestatal europeu era a manutenção da sua sobrevivência por meio do poder - em um cenário competitivo -, onde o poder era fluxo contínuo e se expressava na expansão territorial, pode-se compreender que a razão para a guerra não estava na capacidade de produzir armas, mas sim na intenção de sobrepor-se aos inimigos, demonstrando superioridade sobre os demais (ELIAS, 1998). Logo, a causa das guerras não foi a habilidade dos ferreiros em aprimorarem as lâminas das espadas ou robustecer as armaduras dos cavaleiros, e tão pouco foi a aceleração tecnológica desenvolvida por engenheiros e cientistas que usaram seu conhecimento no aprimoramento de armas (ELIAS, 1998).

Esses personagens foram - e são - apenas “servidores ou consultores de políticos partidários e de outros grupos dominantes” que constituem, de fato, os principais atores desse jogo cuja essência é a busca pelo poder. Logo, a essência da guerra está na interação entre grupos de seres humanos “que se reconhecem e se relacionam como rivais ou inimigos. Esses grupos, neles incluídas as nações, delicias-se com sua própria superioridade sobre os outros, particularmente a superioridade militar, passada ou presente (ELIAS, 1998, p. 15).

E como superioridade militar demanda tecnologia, infraestrutura e investimentos constantes em inovações no setor armamentista, percebe-se uma relação necessária entre a superioridade econômica e a superioridade militar. Ou seja, a capacidade de uma nação em estabelecer sua superioridade militar exige que ela consiga, paralelamente, estabelecer uma estabilidade econômica. E através do excedente gerado pelo crescimento econômico ela pode, então, direcionar investimentos para a produção e a inovação no setor militar, visando alcançar a superioridade sobre os demais atores que disputam pela supremacia. Por isso,

apontamos que o terceiro momento da pressão competitiva entre os Estados da conjuntura europeia foi decisivo na consolidação do poder britânico em função de suas características: alavancou os processos produtivos na Inglaterra, fomentou o crescimento econômico interno, promoveu excedente necessário para investimento militar e para o processo de expansão inglês e, posteriormente, garantiu a réplica do mesmo processo em suas colônias, tal como argumentamos no tópico a seguir.

2.2 A PRESSÃO COMPETITIVA NO CENÁRIO MUNDIAL

Entre os séculos XVIII e XIX, deu-se um conjunto de atividades e de condições políticas e econômicas que promoveram as ações competitivas e expansionistas em um movimento que replicou nas colônias as estruturas produtivas que vinham sendo construídas na metrópole e, neste caso, colocamos maior importância na Inglaterra. Pois, o contexto nacional inglês apresentou, nesse período, duas situações, sendo uma de cunho político e outra de cunho econômico, que contribuíram fortemente no desenvolvimento industrial do país e que, posteriormente, foi também propício para a exportação do modelo produtivo e econômico para o resto do mundo e também promotor da pressão competitiva em âmbito global.

Na tabela abaixo apresentamos um comparativo entre as fases de desenvolvimento da pressão competitiva por questões políticas entre os estados nacionais e suas consequências no campo da Economia Política Internacional.

Quadro 1 - Fases e consequências da pressão competitiva

Causa políticas	Período	Consequências na EPI
Desintegração territorial decorrente do fim do Império Romano, conflitos internos, invasões externas, escassez terras para produção agrícola, revoltas populares.	Séculos XII e XIV	Nascimento dos Estados Nacionais europeus através da (re)centralização do poder territorial e a mercantilização da economia.
Expansionismo dos Impérios Otomano e Habsburgo, guerras internas, simbiose entre estados nacionais e econômicas nacionais, investimento constante no contexto militar para ampliação do poder e da influência territorial.	Entre 1450 e 1650	Constituição dos Estados Westfalianos, acúmulo de riqueza com reflexo na consolidação do poder dos estados, relação do acúmulo de poder com potencial bélico e militar, expansão territorial e colonização.
Incremento da acumulação de capital através da industrialização. Expansão marítima e colonial da Inglaterra. Início dos processos de independências de estados americanos. Fortalecimento econômico e militar de estados não europeus (Estados Unidos e Japão)	Meados do século XVIII e início do século XX	Constituição do modelo fordista de acumulação. Enriquecimento de países antes periféricos. Ameaça ao núcleo central do sistema mundial a partir do nascimento de novos estados não- europeus. Corrida imperialista.
Revolução tecnológica. Surgimento do capital informacional. Expansionismo norte-americano. Ascensão do mercado financeiro. Surgimento de novos atores no cenário internacional. Surgimento da multipolaridade do sistema mundial e a ocupação de posições importantes por outros Estados.	A partir de 1970	Reestruturação do capitalismo. Dispersão da produção em redes globalmente constituídas a partir do uso de novas TIC's. Transporte e deslocamento global, contribuindo para ocupação global dos sistemas de produção e consumo do capitalismo. Formação de relações de interdependência entre diversos atores do SI. Espaço para protagonismo de pequenas e potências médias e de atores não estatais.

Fonte: Adaptado de Fiori (1997, 2008, 2009) e Hobsbawn (1982, 2012).

Em termos políticos destaca-se a crescente tensão entre Inglaterra e Espanha desde o século XVI. O crescimento exponencial do império espanhol – e de tradição católica – que, além de dominar rotas marítimas, controlava territórios na África e

expandia sua atuação no continente americano alargando suas colônias pelo norte do continente, onde localizam-se as colônias britânicas, expandia, também sua zona de influência para os Países Baixos no norte da Europa. Logo, o caráter competitivo evidenciado nas ações dos estados europeus nos séculos anteriores demonstraria a necessidade de decisões e ações igualmente competitivas e que projetassem a Inglaterra no cenário europeu (e mundial - tendo em vista que a explosão expansiva iniciada no primeiro período e alavancada a partir do século XV levou a processos de dominação de territórios ultramarinos). Assim, a pressão competitiva conduzia os britânicos a investimentos militares e, especialmente, marítimos, a fim de sobrepujar o poder espanhol, afetando suas relações no mar e, conseqüentemente, sua capacidade de administração e manutenção dos territórios ultramarinos.

Em termos econômicos destaca-se o conjunto de decisões do governo inglês a partir de pressões exercidas pela nobreza em relação ao uso de terras. O desenvolvimento das manufaturas, principalmente de lã, era financiado por nobres e exigia grandes espaços de terra para a criação de ovelhas. Logo, a nobreza – que precisava proteger e aumentar seus rebanhos – iniciou um processo de cercamento de terras que até então eram utilizadas na produção agrícola e constituíam o trabalho e o sustento de aldeias e de comunidades de artesões e agricultores. Com a permissão dada pelo governo inglês para que cada cidadão se apossasse de terras, cercando-as conforme a extensão até então utilizada, ocorreu um acúmulo de propriedades privadas nas mãos dos nobres, visto que até a promulgação da lei eles eram os que mais utilizavam terras para a criação de ovinos. Tal ação provocou a restrição de uso da terra por parte da camada pobre da população inglesa – que constituía a grande maioria do povo – obrigando-os a migrarem para centros urbanos em busca de trabalho. No entanto, como a oferta de oportunidades laborais não acompanhava o volume de desempregados que chegavam nos centros urbanos, foi-se se constituindo um exército de cidadãos desejosos de trabalho, mas privados do labor pelas condições estruturais da economia inglesa.

Ambas as situações – tanto a de cunho político quanto a de cunho econômico criaram a condição ideal para um fenômeno cujo processo inicial ocorreu no território britânico: a revolução industrial. A pressão competitiva provocada por questões política com a Espanha fomentou investimentos britânicos no desenvolvimento de inovações – especialmente militares – a fim de superar a Espanha, ocupando espaços marítimos e territórios ultramarinos. A produção de navios foi um fator decisivo na

busca por esses objetivos e, paralelamente, empregava a mão de obra excedente na Inglaterra, adequava, gradualmente, o trabalhador à produção em série e acelerava o ritmo de invenções e inovações que inicialmente recebiam incentivos para fins militares, mas, que depois contribuiu no desenvolvimento do maquinário e dos processos industriais.

A mão de obra que se acumulava nos centros urbanos foi outra condição favorável para o processo de industrialização, uma vez que a o trabalho industrial organizava os processos produtivos em série e focava na produção em larga escala. Para tanto, era necessário um número elevado de trabalhadores para ocuparem postos de trabalho operacional nas linhas de produção de diversos tipos de negócios. E como o trabalho seguia processos sequenciais e repetitivos, não era exigido trabalhadores experientes ou qualificados. Bastava um pequeno tempo de treinamento para adequar o trabalhador aos movimentos (repetitivos e sequenciais) das linhas de produção e da máquina industrial, permitindo empregar o contingente que antes havia perdido suas terras e que agora se apresentava disposto a submeter-se às condições e aos salários que os capitalistas definiam em relação ao trabalho contratado. Assim, a revolução industrial atendeu uma condição interna do cenário britânico que permitiu à Inglaterra assumir uma posição de liderança no sistema internacional. Dada a importância da revolução industrial em nossa argumentação, pois, esse fenômeno representou uma mudança paradigmática (de uma era agrícola para uma era industrial) no plano econômico de uma das nações que tinham tendências imperialistas e, portanto, expansivas dentre os estados europeus, vamos dedicar um tópico em nossa pesquisa para abordar algumas características sociais e econômicas a partir do processo de industrialização.

2.2.1 A industrialização inglesa e a superioridade econômica e militar

Até o advento da revolução industrial na Inglaterra – bem como na Europa, de maneira geral – uma parcela significativa da população concentrava-se no campo, trabalhando em manufaturas, desempenhando atividades manuais e produzindo, em grande medida, para a sua própria sobrevivência. Assim, naquelas sociedades agrícolas o principal objetivo do trabalho era produzir, tanto em qualidade quanto em quantidade, o necessário para o consumo próprio. O artesão aprendia o trabalho através do compartilhamento de conhecimentos, onde o processo de aprendizagem

de ofícios era informal e “desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações” (ARANHA, 2006, p. 166). Essa condição, todavia, não contribuía para a formação de um excedente de produção e tão pouco para o acúmulo de capital. Era um trabalho organizado a partir das necessidades de subsistência e não da necessidade de acumulação.

No entanto, a pressão competitiva exigiria uma transformação dessa condição, tendo em vista que o acúmulo de capital era requisito fundamental para a expansão econômica e militar das nações. Logo, a competitividade imposta pela disputa territorial e econômica com a Espanha, fomentando a aceleração do processo produtivo inglês em busca da maior acumulação de capital e demandando inovações nas relações de produção (mas, também inovações comerciais e até mesmo no campo militar), impulsionou a descoberta de novas tecnologias. Estas marcaram o processo de disputas e conflitos entre as unidades políticas europeias e a frequência de inovações tecnológicas, especialmente no norte da Europa, favoreceu o surgimento de uma maquinaria que seria empregada no processo produtivo e que revolucionaria as relações de produção e consumo na Inglaterra e, sequencialmente, no restante da Europa.

Segundo Diamond (2014, p. 416):

A polarização entre os Estados na Europa e a multiplicidade de unidades políticas resultou “em muitos pequenos Estados independentes e rivais, e centros de inovação. Se um Estado não tratasse de descobrir uma determinada inovação, outro o faria, obrigando os Estados vizinhos a fazer o mesmo, do contrário seriam conquistados ou deixados para trás no aspecto econômico. As barreiras da Europa eram suficientes para evitar a unificação política, mas insuficientes para deter a expansão de tecnologias e ideias.

Essas novas ideias, a partir do século XVII, trouxeram inovações tecnológicas que deram origem às máquinas de produção industrial que facilitavam e abreviam o trabalho, garantindo economia de tempo e incremento no volume produzido. Além da agilidade no processo produtivo, esse tipo de trabalho garantia aumentos consideráveis nos ganhos do capitalista que empregava um grande número de trabalhadores por salários baixos e ambientes de trabalho calamitosos. Essa condição só era possível em função do elevado número de trabalhadores que haviam migrado para os centros urbanos – devido ao cercamento de terras no campo pela burguesia e nobreza – e agora aceitavam qualquer proposta de trabalho, sujeitando-se a salários baixos e, muitas vezes, em ambientes insalubres.

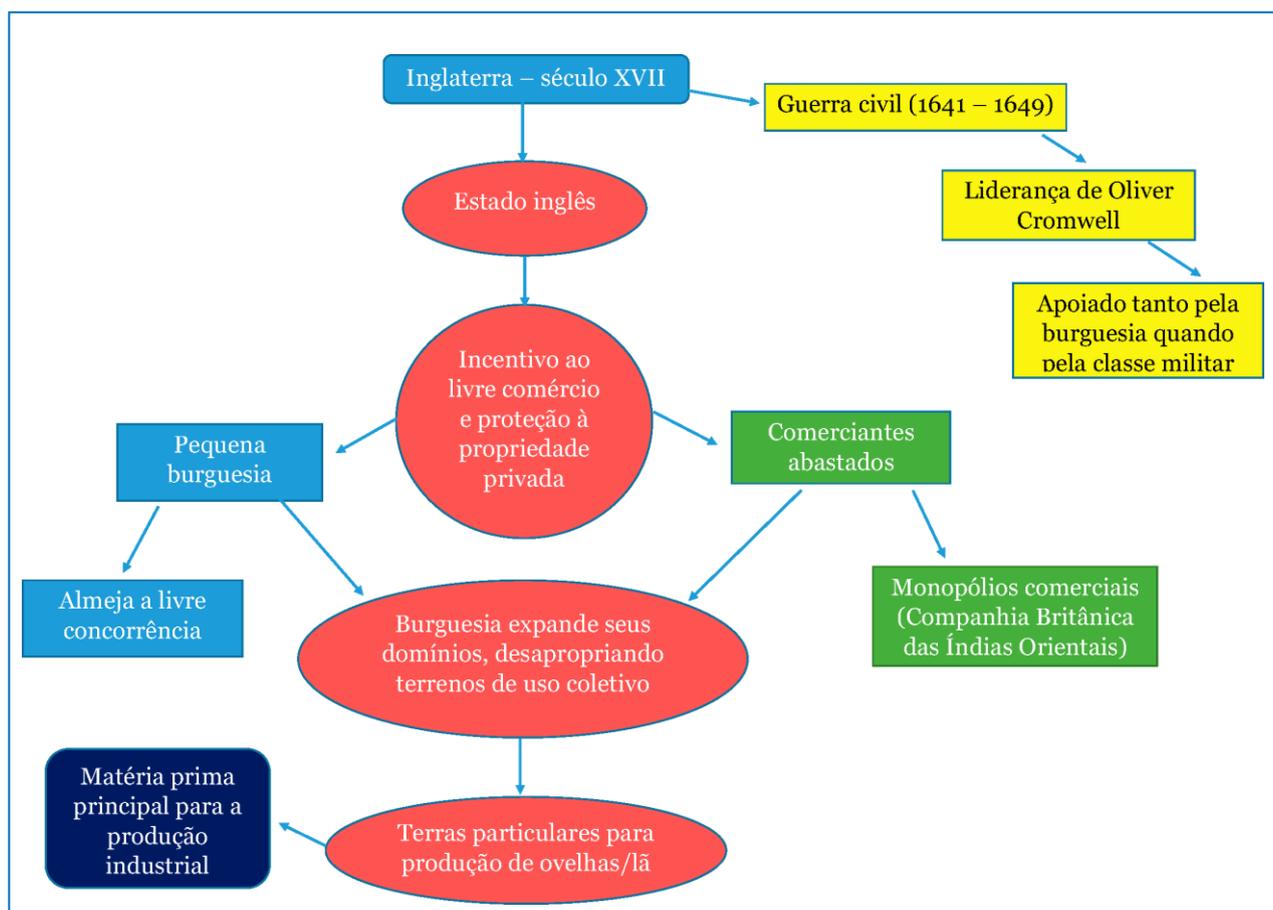
Assim, os interesses do capital⁴, sob a égide da revolução industrial, conseguiram transformar a economia agrária, baseada no trabalho manual, em uma economia de acumulação, baseada em um trabalho mecanizado. Ou seja, a produção em larga escala associada a salários baixos e a uma rotina de trabalho repetitivo e mecanizado, garantia o baixo custo da produção e altas margens nas taxas de lucro. Segundo Hobsbawm (1982), este sistema colocava o proprietário do dinheiro de um lado, acumulando capital continuamente - visto que a produção seriada e em larga escala nunca cessava e as margens de lucratividade almejavam sempre o crescimento - e os trabalhadores do outro, uma vez que os meios de produção e de subsistência ficavam sob controle do proprietário do dinheiro que, por sua vez, buscava aumento de seus ganhos de todas as formas, inclusive pagando baixos salários e realizando investimentos mínimos para o bem-estar do trabalhador nas estruturas laborais. Logo, a industrialização promoveu a implantação de um maquinário que transformou a produção de um contexto de subsistência para um contexto de acumulação em todas as relações produtivas.

O princípio da acumulação era indispensável para a estrutura de poder, pois, a pressão competitiva indicava a necessidade de uma estabilidade econômica que gerasse um excedente que, por sua vez, permitisse o investimento em recursos militares que contribuiriam para o processo expansionista. A associação entre o Estado britânico, o capitalismo⁵ e a burguesia contribuíram imensamente para a conjuntura que vinha desenvolvendo na Inglaterra e que culminou no processo de industrialização, tal como apontamos no esquema abaixo. A liderança da guerra civil inglesa, no século XVII, foi tanto apoiada pela burguesia quanto pela classe militar, fortalecendo a estrutura que seguiria no governo do Estado britânico ao fim da guerra. Esse Estado promoveu políticas que favoreciam as classes burguesas e comerciantes, permitindo a expansão dos negócios, ocupando terras (apoiados pelo Estado) que produziram a matéria prima responsável pela fabricação têxtil industrial.

⁴ Estamos de acordo com o pensamento braudeliano: o capitalismo não é o mercado e tão pouco um modelo de produção. O capitalismo está acima do mercado e acima dos modelos e métodos produtivos. Nesse caso, o modelo de produção industrial serviu para atender o desejo de acumulação do capital.

⁵ Ao mencionarmos a associação do Estado com o capitalismo, novamente concordamos com Braudel (1987) no sentido de que o Estado não "fez o capitalismo, mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas" (BRAUDEL, 1987, p.44).

Figura 2 - Relação entre a burguesia e o Estado inglês no século XVI



Fonte: produzido pelo autor

A lógica da acumulação e do lucro, fortalecida pela forma como o trabalho se organizava no período de industrialização, reduziu as relações sociais à economia e, enquanto os trabalhadores perdiam ostensivamente o controle do processo produtivo, os detentores do capital obtinham mais capital através de um processo produtivo altamente lucrativo, permitindo a acumulação de capital capaz de financiar o progresso técnico, o alto custo das instalações industriais e o movimento expansivo dos países com tendências imperialistas, destacando-se assim a capacidade de investir em recursos e tecnologias militares. O modo como trabalho foi organizado nesse período atendia ao processo produtivo industrial e este, por sua vez, atendia aos interesses do capital, especialmente se considerarmos a lógica dos economistas clássicos, tal como Adam Smith (1723 - 1790) e David Ricardo (1772 - 1823). O primeiro defendia que a riqueza de uma nação é decorrente do seu produto anual per capita que, por sua vez, é determinado pela produtividade do trabalho "útil", ou seja, o trabalho que produz um excedente de valor sobre seu custo de reprodução.

O segundo sustentava que a riqueza de uma nação é a abundância de mercadorias que contribuam para a comodidade e o bem-estar de seus habitantes. A industrialização suscitou ambas as condições; levou ao excedente na produção e abundou a sociedade de novas mercadorias que promoveram o bem-estar de sua população.

No entanto, para garantir o excedente foi necessário um modelo de organização do trabalho que assegurasse o máximo de lucro para o capital e, por isso, a aquisição da força de trabalho precisava estar associada ao trabalho mecanicista (tarefas extensamente repetitivas, desenvolvidas sob um rígido controle de tempos e de movimentos). Os trabalhadores tinham suas tarefas limitadas ao controle das máquinas que pertenciam aos donos dos meios de produção e que recebiam os lucros do trabalho alheio. E os proprietários dos meios de produção e de subsistência conseguiam desta maneira incrementar seus ganhos, controlando a qualidade e a quantidade de produção de cada trabalhador. Logo, o mecanicismo se mostrou eficaz na organização do trabalho da era industrial, pois trazia consigo uma importante característica para o incremento do processo produtivo: aumentava o volume de produção através da subjugação da força de trabalho e garantia crescimento exponencial aos lucros – que era a principal intenção da lógica capitalista.

Os detentores do capital – burgueses donos de terras, de fábricas e de indústrias - aumentavam seu poder e suas riquezas concomitantemente a sua associação ao Estado, cujas políticas favoreciam esta classe, que se beneficiava do excedente produtivo avultando sua acumulação através dos impostos e edificando, assim, uma estrutura orgânica entre a economia e a política. Pois, o acúmulo de capital por parte de certas classes da sociedade inglesa combinava os ganhos financeiros dessa classe com os ganhos do Estado, uma vez que este último acumulava riqueza através da cobrança de impostos.

A riqueza do Estado garantia capacidade de investimento em recursos militares e ampliava, consideravelmente, sua capacidade expansiva. Seu processo de expansão encontrava novos territórios que ainda não haviam enfrentado as transformações ocasionadas pela industrialização e eram, portanto, territórios propícios para serem explorados, fosse através da obtenção de matéria prima, fosse através da implantação de infraestrutura industrial com o fim de gerar comércio nestas regiões, culminando na acumulação de capital através do comércio e convertendo parte dos ganhos dos capitalistas em impostos para o Estado. Este, seguia, assim,

seu processo expansivo, superava os competidores e estabelecia uma condição dominante no campo militar e tecnológico, impulsionado pela necessidade de inovação progressiva na produção de novos produtos e nos processos produtivos, resultando na perpetuação das estruturas de comércio, nos meios de comunicação, no transporte e nos investimentos em tecnologia (civil e militar), garantindo de maneira cíclica e constante o acúmulo de capital e o aumento do poder político e econômico. Estes garantiram ao Estado britânico o sucesso nas suas ações expansionistas, dominando rotas marítimas e territórios ultramarinos que consolidaram a força do império britânico.

3 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E OS MODELOS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Os três séculos de evolução do capitalismo mercantil conduziram as relações político econômicas dos estados e sociedades europeias em direção ao capitalismo produtivo e industrial, especialmente, os estados do norte de Europa. Esse processo ocasionou uma revolução nas relações de trabalho e de produção, articulando uma economia de escala com a materialização das margens de lucro através do consumo (TAULIE, 2001). Essas transformações provocaram a transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial onde os novos padrões e processos produtivos levaram a um novo modelo de organização social da produção com reflexos no “aprofundamento das estruturas de poder econômico que progressivamente se tornavam hegemônicas” (TAULIE, 2001, p. 17).

3.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO E MODELO FORDISTA

A partir do século XVIII as características e a organização do trabalho artesanal/manual - da era agrícola - converteram-se em operações e processos fragmentados - típicos da era industrial. E provocaram a sujeição do trabalho ao capital sob duas condições específicas que coadunam com a proposta da busca pelo poder (apresentado na parte inicial deste projeto de tese) através do acúmulo de capital:

- a) o trabalhador só conseguia trabalhar em condições de assalariamento;
- b) o trabalhador ficava sujeito ao ritmo da produção imposto pelo maquinário industrial.

Tais condições expressavam marcadamente a “lógica dominante da acumulação capitalista” (TAULIE, 2001, p.17) e, conforme apontamos anteriormente, o poder se consolidava naqueles estados com maiores excedentes de capital (e que, conseqüentemente, possibilitava mais investimento no campo militar). Tais Estados se associavam às suas economias nacionais, incrementando o poder econômico através do maior ganho de tributos e, conseqüentemente, as suas estruturas financeiras internas se ampliavam através do crescimento de rotas comerciais e relações de produção e consumo.

Na segunda metade do século XVIII a industrialização se concentrou, predominantemente, na Inglaterra e, posteriormente, se expandiu para a França, para os países baixos e para a Escandinávia. No século seguinte - século XIX - a revolução industrial foi mais difusa, ocorrendo em países de diferentes continentes: Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão, Austrália etc. Naquele momento, a revolução industrial sob a lógica do capital afetou diretamente os meios de produção, e a indústria se consolidou como o principal meio de desenvolvimento econômico. Sob esta lógica, os capitalistas se propunham a empregar um grande número de trabalhadores assalariados, a fim de ampliar a capacidade produtiva e fornecer produtos em escala quantitativamente maiores. Condições estas que impactaram a economia, assim como as relações sociais e, conseqüentemente, a organização do trabalho.

O aporte dado à lógica de acumulação de capital, por parte das revoluções industriais, favoreceu o emprego da mão obra assalariada na execução do trabalho industrial. Até a primeira metade do século XVIII o trabalho se dava nas propriedades feudais de caráter autossuficiente, cujas terras eram arrendadas para camponeses que obtinham ganhos conforme a sua produção, ou nas oficinas de trabalho que, na era pré-industrial, eram conhecidas como manufaturas. Em ambos os casos o trabalhador era responsável pelo controle de todo o processo produtivo; desenvolvia tarefas manuais; não trabalhava sob uma rígida divisão de tarefas e tampouco trabalhava com uma jornada de horas imposta por um empregador.

Logo, os pequenos grupos de trabalhadores - artesãos e camponeses - eram responsáveis pelas etapas de todo o processo produtivo, do início ao fim. E o exercício de suas atividades estava relacionado à terra ou às tarefas artesanais. O trabalhador pré-industrial adquiria habilidades de maneira informal, sem padronização ou organização racional dos processos laborais, desenvolvia aptidões que lhes habilitavam manusear ferramentas e instrumentos de trabalho com os quais se identificava, na maioria das vezes a partir dos conhecimentos transmitidos por familiares de gerações anteriores, sem preocupação com o excedente de produção. Logo, o propósito do trabalho era sua subsistência e não o acúmulo de riqueza a partir do excedente. No entanto, essa condição foi gradualmente mudando quando se deu a transição da estrutura produtiva feudal para uma estrutura capitalista.

A transição do modo feudal de produção se dá por duas vias. O produtor torna-se um mercador e capitalista, em oposição à economia agrícola natural e ao artesanato controlado pelas guildas da indústria urbana medieval. Esta é a via realmente revolucionária. Ou então o mercador se apossa diretamente da produção. Esta via, apesar de servir historicamente de modo de transição — como, por exemplo, o negociante de tecido inglês do século XVII que controla os tecelões, ainda que estes trabalhem independentemente, vendendo-lhes a lã e comprando deles o tecido — não pode por si mesma fazer muito no sentido de derrubar o antigo modo de produção, mas, ao contrário, preserva-o e utiliza-o como premissa (MARX, 1983, p.393).

Em contrapartida, o trabalhador industrial – típico do ambiente fabril e industrial oriundo da revolução industrial - enfrentava a substituição das ferramentas manuais por maquinário tecnológico. Este trabalhador lidava com uma tecnologia alheia aos seus conhecimentos e às aptidões adquiridas pelos anos de experiência no trabalho artesanal. O conhecimento para o trabalho, herdado de parentes e familiares que anos antes também utilizavam as mesmas ferramentas e executavam os mesmos processos produtivos, tinha pouco valor no ambiente das fábricas e escritórios do período industrial. Enquanto o maquinário de produção fabril concorria com a produção artesanal, o trabalhador perdia sua autonomia diante das novas tecnologias, pois ele ficava sujeito ao ritmo de trabalho imposto pelo maquinário industrial e passava a desempenhar tarefas profundamente segmentadas e alheias às suas experiências e conhecimento profissional. Ou seja:

Em vez de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema econômico [...]. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. (POLANYI, 2000, p.77)

As transformações econômicas e sociais, provenientes do capitalismo e vivenciadas na revolução industrial, causaram tremendos impactos nos processos produtivos até então existentes. A população rural viu-se obrigada a deslocar-se do campo, em grandes contingentes, para os centros urbanos onde buscavam empregar-se nas empresas da época. Os antigos produtores eram, agora, obrigados a tornarem-se trabalhadores assalariados, estando a partir daí sob o controle do capitalismo. Artesãos e camponeses, privados dos seus meios de produção, transformavam-se em assalariados que, para sobreviver, eram obrigados a vender sua força de trabalho.

Nesse cenário o trabalhador se tornava um acessório do processo produtivo,

considerado uma peça que compunha a produção industrial, visto que as modernas máquinas tecnológicas eram tidas como os principais recursos para a produção daquele período. Toda essa condição era propícia para o processo de acumulação e para a produção de excedente. Pois, além de fortalecer uma minoria que detinha os meios de produção e que estavam, por sua vez, associados aos interesses do Estado, o Estado também se fortalecia, uma vez que com o aumento da produção e do consumo o comércio se consolidava, refletindo nos ganhos financeiros estatais através de impostos e tributos que aumentavam conforme aumentavam os ganhos privados. Esse processo contribuiu com os interesses do sistema capitalista e corroboraram com a lógica da acumulação e do lucro, fortalecida pela forma como o trabalho se dá no período de industrialização, tal como abordamos no tópico seguinte.

3.2 O INCREMENTO DA ACUMULAÇÃO ATRAVÉS DA DIVISÃO DE TAREFAS

Embora apresentemos neste tópico as ideias tayloristas acerca da organização e da divisão do trabalho como sendo estas um fato marcante na estruturação da industrialização americana, sendo também uma condição que garantiu de maneira ainda mais eficaz que a industrialização inglesa o excedente produtivo, entendemos que as perspectivas sobre a divisão do trabalho não nasceram no contexto industrial/organizacional norte americano. Já o economista clássico Adam Smith (1983), em 1776 na Inglaterra, defendeu que o aprimoramento das forças produtivas do trabalho se daria através da divisão de tarefas e que as principais causas dessa divisão seriam: a maior destreza existente em cada trabalhador, a economia de tempo – considerando o tempo que seria gasto pelo trabalhador ao passar de um tipo de tarefa para outra - e a invenção de um grande número de máquinas que facilitariam e abreviariam o trabalho, possibilitando que um único trabalhador realizasse tarefas que de outra forma teriam de ser realizadas por muitos trabalhadores. Estes três pontos - divisão do trabalho conforme a destreza existente em cada trabalhador; economia de tempo e invenção e uso de máquinas no trabalho – são aspectos que, desde a industrialização inglesa sustentam a lógica do capital, garantindo que se produza mais com menos esforço e menos tempo.

Naquele momento, considerava-se que o trabalhador que demonstrasse certa

destreza para uma tarefa específica deveria se especializar naquela determinada tarefa. Tendo como objetivo aprimorar a execução das tarefas, uma vez que o trabalho seria, então, desenvolvido com mais rapidez, agilidade e qualidade. Tais aspectos contribuíam para a lógica do capital que era o aumento dos lucros a partir de mais trabalho e mais produção com menos gastos e menos tempo. Questões estas que eram bem contempladas pela divisão do trabalho, visto que quanto mais especializado o trabalhador se tornava mais rápido ele produzia, com mais qualidade, reduzindo o tempo de trabalho e evitando desperdício de material com retrabalho.

Tais ideias foram ampliadas na industrialização norte americana à sombra dos pressupostos de Frederick Winslow Taylor (Filadélfia, 20 de março de 1856 - Filadélfia, 21 de março de 1915). O taylorismo estabeleceu um método científico de organização do trabalho, defendendo a fragmentação das tarefas ao mínimo possível, tornando sua repetição fácil e rápida. O objetivo era que o trabalho fosse o mais simples possível, garantindo que o trabalhador conseguisse repetir a mesma tarefa com rapidez e de forma assertiva. O tempo de execução das tarefas, assim como os movimentos que o trabalhador exercia na realização do seu trabalho, era rigidamente controlado de forma que cada trabalhador tinha um tempo específico para a realização de suas tarefas e seus movimentos deveriam seguir uma prescrição imposta pela supervisão da linha de montagem (TAYLOR, 1982).

O taylorismo contribuía para que as estruturas organizacionais fossem hierarquizadas, intentando uma rígida supervisão sobre o trabalhador, e sistematizadas, garantindo que o tempo de produção fosse adequado ao controle de tempo. Para Moraes Neto (1986, p. 32) o taylorismo resultava no:

[...] controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, claro que de forma necessariamente despótica. Em poucas palavras a transformação do homem em máquina, e não utilização da máquina. Liberta-se o capital da habilidade dos trabalhadores, só que, em vez de se libertar introduzindo a máquina, busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo.

A racionalização da produção, o aumento da produtividade no trabalho e o empenho em acabar com desperdício de tempo, perante a argumentação taylorista, tornaram o tempo em uma mercadoria. E ao trabalhador assalariado foi imputada a responsabilidade de realizar suas tarefas no menor tempo possível e de maneira

precisa, evitando gastos de material e de tempo (CARMO, 2001).

Assim, a forma de organização do trabalho baseada na separação e especialização das tarefas, e que foi característica presente nas unidades fabris da era industrial em todo o mundo, foi incrementada no contexto norte americano pela proposta taylorista, garantindo eficiência diferenciada no cenário econômico dos Estados Unidos e contribuindo para a projeção de suas empresas no comércio mundial. A organização das linhas montagem e da produção série nos moldes tayloristas refletia diretamente na redução de tempo de produção, bem como no controle sobre o operário, impondo mais disciplina na rotina de trabalho e tornando o operário mais eficiente, capaz de produzir grandes volumes de mercadorias padronizadas, em um menor tempo de produção, com menos desperdício de material e a um custo mais baixo. Ou seja, os produtos dessas empresas tornaram-se altamente competitivos e capazes de superar a qualidade e o preço de produtos originários de outros países industrializados ou em processos de industrialização.

3.3 O MODELO FORDISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

No século XIX, com o desenvolvimento das forças produtivas e a implementação do modelo de produção fordista, como caracterizou Gramsci (2001), uma vez mais, o trabalho sofreu grandes transformações. Este tinha como objetivo reduzir os custos da produção, a fim de reduzir o preço das mercadorias e aumentar a comercialização dos produtos com o maior número possível de consumidores. Para atender esta demanda de produção era necessário, então, um trabalho repetitivo, braçal e operacional, onde cada trabalhador executasse no menor tempo possível a mesma tarefa diversas vezes ao longo da jornada de trabalho.

A sistematização da produção em série, através das linhas de montagem para a produção industrial - baseadas nos princípios tayloristas - promoveu eficientemente a produção em massa, culminando com o aumento do consumo e um sistema de reprodução do trabalho marcado pelo controle do trabalho (HARVEY, 2008). Sob essa perspectiva se estabeleceu o modelo de produção fordista, onde o sistema produtivo (força de trabalho e relações sociais de produção) contribui para o aumento da estratificação social.

Segundo Aranha (2006) o aumento de produtividade nas organizações, buscando ampliar a eficiência e eficácia através de um trabalho realizado por trabalhadores especializados em áreas profissionais e o objetivo de reduzir os gastos com a produção era a ótica do modelo fordista de acumulação do capital. Por isso, a condição imposta ao trabalhador objetivava atender unicamente aos interesses capitalistas, onde a execução de atividades mecanicamente programadas e se mostravam eficientes para aumentar a produtividade, bem como para atender ao mercado e ao consumo de massa.

Essa proposta estava em conformidade com as ideias tayloristas, especialmente no que diz respeito ao controle de tempos e movimentos e à divisão das tarefas, pois, toda a atenção para a organização do trabalho estava na racionalização dos processos produtivos cujo propósito era garantir o máximo possível maiores margens de lucro. Havia um interesse desproporcional no melhor aproveitamento do tempo na execução de cada tarefa e no máximo rendimento que cada trabalhador poderia trazer a partir do seu desempenho profissional. E as características do trabalho nesse contexto contribuíram para a formação do modo de acumulação fordista. Segundo Harvey (2008) a industrialização contribuiu para a racionalização da produção capitalista, favorecendo os aprimoramentos propostos por Henry Ford, cuja intenção era aumentar exponencialmente a produtividade e reduzir os custos de produção.

Através do fordismo as atividades laborais, especializadas em tarefas simples, trouxeram inovações técnicas e organizacionais que se articularam de tal forma que a produção em massa e o consumo em massa se adaptavam perfeitamente às ofertas e demandas do período entre guerras. O trabalhador industrial era constantemente estimulado a consumir "os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores" (HARVEY, 1992, p. 122). Assim, as novas formas de consumo eram plenamente adaptáveis aos processos de trabalho - fragmentados e automatizados - organizados pelo fordismo, potencializando a construção do processo de acumulação fordista.

Em linhas gerais, o fordismo "foi uma associação das normas tayloristas do trabalho com a produção e o consumo de massa, o que levou o modo capitalista de produção a regular o valor muito além do movimento espontâneo do mercado" (BOTELHO, 2008, p. 31), tendo se apoiado cinco condições características do período industrial: produção em massa; parcelamento das tarefas; criação da linha de

montagem; padronização das peças; e automatização das fábricas (SANTOS, 2009).

Para Pedroso (2004, p.2):

O que havia em especial em Ford e que em última análise distingue o fordismo do taylorismo era o seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, em suma, um novo tipo de sociedade democrática e racionalizada. Em muitos aspectos, as inovações de Ford eram mera extensão de tendências bem estabelecidas, ele fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho pré-existente. Ford lançou as bases de um sistema em que os próprios trabalhadores – até então vistos como mão-de-obra a ser usada no limite de suas potencialidades – deveriam ser considerados também como consumidores.

Por isso, a sustentação do modelo fordista de acumulação exigia trabalhadores que produzissem e consumissem a produção em massa. Segundo Antunes (2009, p. 2):

Tratava-se de uma produção cronometrada, com ritmo controlado, produção homogênea, buscando, como disse Ford, que a opção do consumidor fosse escolher entre um carro Ford, cor preta, modelo T ou outro carro Ford, cor preta, modelo T. A linha de montagem, concebida em ritmo seriado, rígido e parcelar, gerou uma produção em massa que objetivava a ampliação do consumo também de massa, cujos salários operários também foram incrementados.

Para tal, foi necessário concretizar normas, comportamentos e hábitos da sociedade industrial, garantindo que os trabalhadores dedicassem seus salários para o consumo dos produtos produzidos em larga escala. Essa condição tornava o poder corporativo, no modelo fordista de acumulação, um agente econômico expressivo na sociedade capitalista. "As decisões das corporações se tornaram hegemônicas na definição dos caminhos do crescimento do consumo de massa [...] para manter a demanda efetiva em níveis capazes de absorver o crescimento sustentado do produto capitalista" (HARVEY, 1992, p. 129).

Além das características do trabalho e do modo de produção consolidados na era industrial, o estabelecimento do fordismo constituiu "uma miríade de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais" (HARVEY, 1992, p. 122). Sendo o keynesianismo um exemplo de como medidas estatais e práticas institucionais contribuíram para a solidificação fordista. O fordismo se associou "fortemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial" (HARVEY, 1992, p. 125). O sistema de Henry Ford encontrou

duras barreiras, por parte dos trabalhadores, para sua implantação na estrutura das organizações nas duas primeiras décadas do século XX. No entanto, o welfare state foi utilizado de maneira favorável para a expansão e consolidação do modo de acumulação fordista.

Segundo Harvey (1992, p. 123):

[...] o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo.

Por isso, o pacto social entre capital e sindicatos, através do “estado de bem-estar social” foi importante para a lógica fordista, uma vez que ele abrandou as resistências trabalhistas em relação ao sistema fordista. Os representantes da classe trabalhadora - as organizações sindicais - foram gradualmente aceitando acordos concernentes a questões salariais e jornadas de trabalho, tendo, em contrapartida que conscientizar a classe trabalhadora a se sujeitar ao trabalho alienante do sistema fordista de produção.

[...] as corporações aceitaram a contragosto o poder sindical, particularmente quando os sindicatos procuravam controlar seus membros e colaborar com a administração em planos de aumento de produtividade em trocas de ganhos de salário que estimulassem a demanda efetiva da maneira originalmente concebida por Ford. (HARVEY, 1992, p. 129)

E De Masi (2003, p. 82) afirma que:

As políticas keynesianas e o Estado do bem-estar tiveram crédito e sucesso nos países industriais do Ocidente a partir dos anos 30 e, sobretudo, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70. Elas conseguiram uma reestruturação da relação entre capital e trabalho que altera os objetivos, os instrumentos e o terreno do conflito de classe por meio de acordos entre empregadores e sindicatos.

Assim, o fordismo sobrepujou a concepção de ser um modo de organização dos processos de trabalho, apenas. Mas, além disso, expressou uma forma de acumulação do capital, estabelecendo uma determinada organização da sociedade capitalista, levando a sociedade industrial a um sistema socioeconômico orientado

para o progresso tecnológico e para a acumulação do capital. Introduzindo concomitantemente uma série de normas e padrões que deveriam servir de modelo para a maioria, objetivando a reprodução de padrões nas relações sociais. Logo, a institucionalização das decisões sociais, políticas e econômicas deveria orientar o comportamento dos atores envolvidos no processo de acumulação do capital sob a égide do fordismo. E, assim, o modelo de acumulação que se desenvolvera nos Estados Unidos foi além das capacidades produtivas iniciadas na Inglaterra em seu processo de industrialização. No cenário norte americano a industrialização não só alcançou patamares produtivos e econômicos até então inéditos, mas, também consolidou um modelo de acumulação que se tornou uma referência global, tendo sido copiado tanto por empresas de outros estados capitalistas quanto pelos próprios estados do regime comunista.

Logo, a economia americana replicava com mais força e alcance o modelo construído pelos estados europeus ao longo dos três primeiros momentos de pressão competitiva e explosão expansiva. Pois, o modelo norte americano, além de se tornar uma referência global, articulou relações entre o Estado e as empresas, aproximando o Estado da economia nacional e se valendo das empresas para ampliar seu domínio sob um viés econômico - em todos os continentes. Além disso, esse modelo garantiu uma pressão competitiva interna, onde disputas semelhantes àquelas vivenciadas pelas unidades políticas soberanas europeias, que Fiori apontou como sendo a formação do sistema interestatal capitalista⁶, se projetavam entre as empresas de negócios americanas. A disputa por maior fatia de mercado e consequente aumento nas margens de lucros levou aquelas empresas, primeiro, a um processo de competição intensa e, depois, a um processo expansionista se alastrando por todo mundo com sedes e unidades espalhadas em diversos estados, mas, sendo apoiada pelo Estado norte-americano.

⁶ Consideramos que o sistema interestatal esteve articulando-se, desde a sua formação, de maneira a estabelecer as autoridades políticas através de uma construção hierárquica da organização política e econômica do mundo. Assim, nas relações interestaduais as decisões adotadas por cada Estado são em prol de seus interesses e do bem-estar das suas sociedades. E Estado continua a ser a entidade órgão política-judicial mais importante. Esse sistema, no mundo contemporâneo, se mostra altamente complexo e compreende: a) Um sistema político global onde coexistem diferentes estados, regiões soberanas, regiões reconhecimento diplomático etc. Esses atores estabelecem entre si relações políticas, econômicas, militares, sociais e culturais em diferentes níveis. Este é, também, o lugar onde ocorrem vários conflitos de ordem geopolítica e se estende para disputas de territórios, mares, espaços econômicos etc. b) Organizações transnacionais e supranacionais como a ONU, a OTAN, o Mercosul, a União Europeia etc. c) Organização e estrutura político-administrativa do Estado: divisões políticas (províncias, municípios, departamentos, etc.) e os seus centros urbanos.

Tal condição era necessário, pois, o capital privado não tem êxito em se internacionalizar sem o apoio do seu Estado de origem e os “Estados que se expandem e conquistam ou submetem novos territórios expandem igualmente seu ‘território monetário’ e internacionalizam seus capitais” (FIORI, 2009, p. 172). Dito isso, pode-se considerar que a associação entre o Estado norte-americano e sua economia nacional, combinados com a pressão competitiva que as empresas privadas sofriam por maior espaço no mercado, foram fatores favoráveis ao processo de internacionalização das suas corporações que, paralelamente a sua busca por sobrevivência, permitiu que o próprio Estado conseguiu estender seus domínios por todo o mundo através da influência de sua economia liderada pelo movimento expansivo de suas empresas. Por isso, o processo de industrialização nos Estados Unidos não foi apenas um fenômeno que atendia interesses comerciais.

Mas, além disso, foi um fenômeno que atendia uma necessidade do próprio Estado que obtinha maiores ganhos através dos tributos angariados com o crescimento de sua economia nacional e, mais ainda, com o volume de negócios constituídos pelas empresas que avultavam sua produção através da comercialização de produtos. E estes, por sua vez, eram adquiridos por uma população que fora adestrada ao consumo e, especialmente, ao consumo de massa. Logo, tal como abordamos no início deste tópico, a industrialização foi uma decorrência na pressão competitiva dos estados europeus cujo destaque se centrou na Inglaterra, no século XVIII, mas que ganhou uma dimensão muito maior nos Estados Unidos, tendo sido acompanhada de um modelo de acumulação e um modelo que garantiu a projeção mundial de um Estado e seu domínio econômico em todo o globo.

3.4 O CAPITAL INFORMACIONAL E A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Os processos de acumulação da era industrial, vêm acompanhando desde o século XVIII, o sistema produtivo predominante. Este sistema está alicerçado em dois pressupostos: modo de produção e modo de desenvolvimento. O primeiro refere-se à forma como o produto do trabalho é distribuído, considerando como se dá sua apropriação e o uso do seu excedente. O segundo se refere aos recursos necessários para a produção. Assim, na era agrícola o principal recurso do modo de desenvolvimento agrário era a terra, enquanto na era industrial foram às fontes de

energia e, na era informacional, como outrora foi definida por Castells (1999), é a produção e o compartilhamento de informação. Condição esta que segundo Toffler (1995) afeta toda estrutura social, política e econômica da sociedade contemporânea. Segundo Castells (1999) o arranjo produtivo – com efeitos sobre o modo de desenvolvimento econômico e social - se qualifica de duas formas: capitalista ou estatista.

No arranjo capitalista o produto do trabalho, sua apropriação e o uso do seu excedente ficam sujeitos aos interesses do capital, e no arranjo estatista ficam sob o controle estatal. Nesse sentido, tanto o modo de produção quanto o modo de desenvolvimento têm causado efeitos diretos sobre a sociedade, impactando no comportamento dos indivíduos, bem como nas relações de trabalho e na sua organização. Historicamente, as forças produtivas influenciam a cultura das sociedades através relações sociais que são estabelecidas – a partir do modo de desenvolvimento – entre a sociedade e as organizações nela existentes. Logo, a sociedade industrial não é apenas uma “sociedade em que há indústrias, mas uma sociedade em que as formas sociais e tecnológicas de organização industrial permeiam todas as esferas de atividade” (CASTELLS, 1999, p. 65). O trabalho, por sua vez, está inserido nesse contexto, sofrendo modificações e variações em cada modo de desenvolvimento, como veremos no decorrer desta dissertação.

No sistema industrial – tanto no contexto capitalista, quanto no estatista – o trabalho estava diretamente relacionado com a produção em massa, em série e em constante busca pela eficiência produtiva, visando à redução do tempo de execução das tarefas e o aumento da capacidade de produção do trabalhador. Esta condição marca o estilo de trabalho da era industrial, submetendo o trabalhador a uma atividade mecanicista, braçal e alienadora. Embora os fundamentos do capitalismo e do estatismo divirjam no que diz respeito aos seus interesses – no capitalismo visa-se o aumento dos lucros, a partir do excedente determinado pela produtividade, enquanto que no estatismo, segundo Castells (1999), o aumento do excedente visa à maximização do poder estatal – o processo de produção industrial está baseado, principalmente, nos conceitos taylorista e fordista. Portanto, em ambos os contextos da atividade industrial – capitalista e estatista –, os fundamentos taylorista/fordista foram igualmente aplicados. Fundamentos estes que afetaram as estruturas políticas, econômicas e sociais, pois, no caso estatista o Estado organizava sua força de trabalho e os ciclos de produção para uma continuidade perene no consumo,

garantindo uma estabilidade de longo prazo no funcionamento dos processos produtivos e garantido, paralelamente, a centralidade do Estado com vistas ao incremento de seu poder. No caso capitalista, a força de trabalho e a produção eram continuamente transformadas para dar conta da competitividade e acelerar o consumo através do lançamento periódico de novos produtos e serviços. Ainda assim, por mais que o capitalismo apresentasse um maior viés na força do capital privado, o Estado continuava a acumular e ampliar seu poder, pois, enquanto a iniciativa privada crescia, cresciam também as taxas e impostos cobrados pelo Estado garantindo sua acumulação.

Todos os processos afetavam as relações políticas e econômicas dos Estados, pois, historicamente, as sociedades são organizadas em processos influenciados pelas relações de produção, de forma que estes processos influenciam as relações sociais, a apropriação e o uso do excedente (CASTELLS, 1999). E os processos de produção estruturados nos moldes da sociedade industrial e no modelo de acumulação fordista perduram em praticamente todo o globo até o último quartel do século XX. Quando, a partir da década de 1970, as complexas condições políticas e econômicas com as quais o mundo ocidental se confrontava, foram contornadas pelas principais potências do ocidente através de uma ideologia neoliberal onde suas políticas econômicas pressupunham uma retomada das ideias do livre mercado e do estado mínimo. Essa nova condição demandaria novos processos e novas estruturas de produção que atendessem aquelas políticas e fossem capazes de manter a condição dominante daquelas economias. Tem-se assim a migração de um cenário industrial para um cenário pós-industrial cuja relevância está na sua capacidade de influenciar os aspectos sociais, políticos e econômicos do mundo ocidental.

Castells (1999) aponta que a transição de um cenário industrial para um pós-industrial foi uma estratégia das grandes potências econômicas para tentar superar a crise dos anos 70 e que isso potencializou o surgimento de uma nova estrutura que o autor denomina “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999). Essa sociedade foi fortemente influenciada pela globalização neoliberal e adentrou em uma era de acumulação flexível que ao nosso ver foi altamente benéfica para a manutenção do poder e a sustentação de uma hegemonia global, tal como abordamos mais adiante.

3.4.1 Adaptação produtiva para uma estrutura pós-industrial

Conforme mencionamos no início deste tópico, o sistema econômico das sociedades modernas se organiza de acordo com o modo de produção e o modo de desenvolvimento. Os Estados nacionais que buscaram adaptar suas economias a um contexto pós-industrial precisariam assim adaptar a forma como o produto do trabalho é distribuído, reavaliando o modelo de sua apropriação e o uso do seu excedente, bem como os recursos necessários para a produção de bens de consumo. Logo, os Estados – assim como as grandes corporações privadas – precisariam aplicar um novo método de produção que atendesse as estratégias adotadas por aqueles Estados impulsionadores de políticas econômicas neoliberais e que visavam manter a sua superioridade econômica sobre outras unidades estatais. Assim, o toyotismo – que já vinha funcionando com um processo produtivo dinâmico e flexível no Japão há, pelo menos, duas décadas – foi absorvido pelo resto do mundo como um "novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota" e "conseguiu assumir um valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70" (ALVES, 1999, p. 90).

Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese quando surgiu no Japão em vista a atender uma realidade sócio-histórica do pós-segunda Guerra, mas, apoiado pela mundialização do capital e pela presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção ele se tornou um modelo mundial de produção nos países capitalistas – a partir no último quartel do século XX - quando nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de “mercados restritos” (ALVES, 1999, p. 90)

O toyotismo assumiu uma posição central na internacionalização do capital, pois, a reestruturação do capitalismo compreendia, para alcançar o novo complexo de produção sob o novo regime de acumulação flexível, o deslocamento de mão de obra e o enfoque da produção nacional em bens e serviços de alto valor agregado. Para tal seria necessária uma combinação de medidas políticas e econômicas alinhadas com um sistema produtivo que fosse adaptável e capaz de atender o consumo sob demanda, visando ampliar as margens de lucro através da

otimização da produção e da mão de obra. Assim, o processo de industrialização que garantiu a supremacia industrial, entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, de três regiões do planeta (Europa: Inglaterra, França, Alemanha e Holanda; Oeste da Ásia: Japão; América do Norte: Estados Unidos), conferindo a estes países um caráter exclusivo na produção e comercialização de produtos industrializados no cenário capitalista, foi impactado por novos modelos e estruturas produtivas, mas, que apesar de diferenças estruturais foi capaz de manter essas mesmas regiões e seus respectivos Estados na mesma condição de superioridade econômica global.

A exclusividade da produção industrializada permitiu (entre o século XIX e a primeira metade do século XX) que aqueles países consolidassem a estrutura industrial por meio da aquisição de matéria prima, da transformação dessa matéria através da produção industrial e a consequente venda desses produtos, primeiramente, no seu mercado interno, e depois nas regiões colonizadas ou periféricas. Portanto, é evidente que a condição que apresentamos no tópico 3 perpetuasse as características imperialistas das grandes economias capitalistas desde o século XVI, visto que os países colonizadores encontravam nas colônias a matéria prima necessária, utilizavam seus maquinários na metrópole para o processamento desta matéria e depois comercializavam em um amplo mercado que percorria o cenário nacional e internacional. Logo, o potencial de acúmulo de capital era amplo, pois, ao esgotar-se o consumo no mercado interno era possível estender as relações de comércio para as colônias (e também para os demais países que ainda não haviam se industrializado).

Foi através do movimento de expansão e de colonização que estes países dominaram outros e alargaram as suas fronteiras comerciais, ampliando a venda de produtos industrializados do seu mercado interno para as suas colônias. E, assim, estabeleceram relações econômicas dependentes por parte dos países periféricos em relação às economias centrais, criavam redes de relações políticas, econômicas e ideológicas que moldavam as formas de desenvolvimento nos países "periféricos" e acentuavam a sua dependência das economias aos países "centrais" (BAPTISTA FILHO, p. 22, 2009). Essa relação foi mantida, sob a lógica do modelo fordista de acumulação a partir da produção industrial até que esta estrutura deixou de ser lucrativa e interessante para os países centrais e, assim, adotaram em determinado momento a lógica de acumulação flexível apoiada pelo sistema toyotista.

3.4.2 A influência do toyotismo na acumulação flexível

Os procedimentos da operação industrial japonesa – berço do modelo toyotista eram muito similares ao modelo fordista, de origem norte-americana. Essa similitude se deve, principalmente, à influência dos Estados Unidos na abertura comercial do Japão na segunda metade do século XIX (CASTELLS, 1999). Naquele momento, a marinha americana, em busca de pontos estratégicos no Oceano no Pacífico, pressionou os japoneses a abrirem seus portos para comercialização com estrangeiros. Tal ação culminou na assinatura de tratados que estabeleciam relações comerciais e econômicas entre os EUA e o Japão. Conseqüentemente, os processos de industrialização que se consolidavam em solo americano, gradualmente se replicavam em solo japonês. Esse sistema originou-se da adaptação das rígidas etapas dos processos fordistas para uma estrutura flexível e contribuiu para o restabelecimento econômico do Japão no pós-guerra, diante de um cenário de restrições, limitações e carestia oriundos dos anos do conflito militar. Para Londero (2009, p.28):

O Japão foi o berço da automação flexível pois apresentava um cenário diferente do dos Estados Unidos e da Europa: um pequeno mercado consumidor, capital e matéria-prima escassos, e grande disponibilidade de mão-de-obra não-especializada, impossibilitavam a solução fordista-taylorista de produção em massa.

A superação da escassez se deu através da produção orientada pela demanda real e os processos produtivos eram direcionados para a "fabricação de pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos, voltados para o mercado externo" (LONDERO, 2009, p.28), fomentando o desenvolvimento da sua própria indústria. O sucesso desse modelo, segundo Londero (2009, p.28), se deu através de quatro aspectos principais:

mecanização flexível, uma dinâmica oposta à rígida automação fordista decorrente da inexistência de escalas que viabilizassem a rigidez; processo de "multifuncionalização" de sua mão-de-obra, uma vez que por se basear na mecanização flexível e na produção para mercados muito segmentados, a mão-de-obra não podia ser especializada em funções únicas e restritas como a fordista; implantação de sistemas de controle de qualidade total, nos quais [...] difundiu-se um aprimoramento do modelo norte-americano, em que, ao se trabalhar com pequenos lotes e com matérias-primas muito caras, os japoneses de fato buscaram a qualidade total; sistema just in time [...] que se caracteriza pela minimização dos estoques necessários à produção de um extenso leque de produtos, com um planejamento de produção dinâmico.

Através do toyotismo demonstrou-se que era possível desenvolver um novo método de produção capaz de aumentar as margens de lucros, pois, ele gerava menos gastos e menos custos, funcionava com estoques mínimos e era capaz de atender a demanda real de consumo da população. Características que eram possíveis porque no "sistema fordista de produção em massa, a qualidade era assegurada através de controles amostrais apenas em pontos do processo produtivo, no toyotismo, o controle de qualidade se desenvolve por meio de todos os trabalhadores em todos os pontos do processo produtivo" (LONDERO, 2009, p.28). Logo, evitar o máximo de custos fixos era essencial, pois a demanda era flexível e a produção era ajustava pelo consumo real.

Além disso, o emprego desse sistema nas linhas de produção de bens de consumo demandava uma reorganização do trabalho, pois, ele alocaria, em uma mesma linha de produção, porém geograficamente distante – em diferentes locais ou mesmo em diferentes países - desde trabalhadores submetidos a condições extremamente precárias de trabalho até trabalhadores altamente qualificados. Antunes (2005) considera que o sistema japonês de gestão da produção (toyotismo) já vinha construindo um novo padrão de organização produtiva desde antes da década de 1970 e sua principal caracterização foi a subcontratação da força de trabalho, visando reduzir custos fixos no processo produtivo.

Desta forma, os trabalhadores de postos de trabalho operacional e braçal estariam sujeitos a prestação de serviços muitas vezes em contratos de trabalho terceirizados ou mesmo sem vínculo empregatício. E os trabalhadores qualificados, ocupando cargos estratégicos nas grandes corporações desenvolviam resultados

complexos e em um plano intelectual. Essa condição seria viabilizada através de uma produção descentralizada, em vários níveis de subcontratação onde todos os trabalhadores envolvidos seriam formalmente independentes, constituindo uma rede de relações comerciais que abastece as grandes corporações (CASTELLS, 1999).

As políticas econômicas neoliberais, portanto, foram essenciais para alavancar essa realidade, apregoando uma suposta redução no papel do Estado enquanto regulador da economia e enquanto instituição de amparo social (ANTUNES, 2005). Assim, o toyotismo foi um alicerce para o desdobramento nos processos produtivos para as políticas neoliberais, visto que este modelo de produção ampliava as dimensões da acumulação flexível, se estruturando de maneira dinâmica, atendendo o consumo de maneira imediata e fomentando altas margens de lucros a partir da otimização de recursos materiais e humanos ao longo da linha de produção. Castells (1999) expõe que o toyotismo não ficou restrito ao Japão, mas, pelo contrário, dado sua capacidade de adaptação em suprir a demanda real de consumo e de maneira flexível, incremento a lucratividade dos negócios, ele foi absorvido por empresas de todos os continentes.

Quadro 2 - Comparação entre o Modelo Fordista e o Modelo Toyotista

Fordismo	Condições	Toyotismo
Economia de escala	Economia	Economia direcionada
Orientada para venda	Produção	Orientada para demanda real
Trabalhador alocado em uma tarefa, ou tarefas específicas	Trabalho	Trabalhador polivalente, responsável por várias tarefas
Massificava e de bens homogêneos	Comercialização	Diversificada e personalizada
Menor: mais despesas com funcionários e maiores estoque	Margem de lucro	Maior: trabalhadores desempenham múltiplas funções e estoque mínimo
Trabalho e gerenciamento organizado em espaço geográfico delimitado	Estrutural organizacional	Trabalho e gerenciamento descentralizado e organizado em rede
Reside no Estado e nos grandes atores econômicos/comerciais	Poder	Se diluiu em vários atores que conseguem integrar a rede global de produção-consumo

Fonte: produzido pelo autor

3.5 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O INFORMACIONALISMO

Uma vez que o sistema internacional apresenta um desdobrar de consequências de longo prazo, tal como já mencionamos nos tópicos anteriores, sugerimos que o movimento dinâmico e transformador que estamos descrevendo a nesta parte deste projeto é uma continuidade dos movimentos políticos e econômicos que estiveram presentes na formação dos primeiros Estados nacionais. Ou seja, não por acaso estas transformações têm um caráter evolutivo e se desdobraram em momentos e espaços em que foi necessária uma readequação de estruturas produtivas e financeiras para garantir as margens de lucro e através da acumulação de riqueza projetar a manutenção do poder.

Logo, ao longo dos séculos a expressão do conflito e da competitividade constante entre os Estados pode ser evidenciada a partir de transformações econômicas e nos modelos de acumulação que se constituem em cada época, tendo sempre como fim o acúmulo de capital que reverte no acúmulo de poder e na consequente dominação de uns Estados sobre os outros. E a partir da década de 1970, a relevância do contexto econômico nas relações políticas, especialmente na esfera internacional, assume um caráter tão proeminente no mundo capitalista que a dominação de um Estado ou a sua superioridade sobre outros estados passou a estar diretamente vinculado a sua capacidade de dominação econômica e sua flexibilidade de adaptar processos às novas tendências que se mostrem mais promissoras no aumento de ganhos de capital. E, embora isto não seja um fato novo nas relações políticas e econômicas internacionais, a intensidade e a velocidade que este movimento se expressa entre o final do século XX e início do século XXI são únicas na história do sistema mundial moderno.

Segundo Castells (1999) essas mudanças foram impulsionadas por uma condição muito peculiar no final do século passado: a reestruturação do capitalismo associado ao avanço das tecnologias da informação. A primeira condição fomentou o avanço de políticas neoliberais com vistas à concepção de um “Estado mínimo”, cuja ação se restringiria ao policiamento, a aplicação da justiça e a defesa nacional. A adoção de políticas neoliberais reduziria a intervenção e a regulamentação do mercado por parte do Estado, onde a proposta era que, ao passar por um processo de desburocratização, o Estado alcançaria maior eficiência administrativa. E a economia alcançaria um rápido desenvolvimento, tendo em vista que regras

econômicas mais simplificadas facilitariam o funcionamento das atividades econômicas privadas, principalmente, e alavancaria a privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e a abertura da economia para a participação de empresas multinacionais (CASTELLS, 1999).

A segunda condição provocaria a ampliação do conhecimento através de pesquisas com fins de comercialização, uma vez que as descobertas científicas teriam aplicação imediata nos processos produtivos. E isso só seria possível graças as novas tecnologias informação e comunicação que permitiram o emprego dessas descobertas em produtos e serviços, aumentando o seu valor agregado. Conseqüentemente, isso elevaria a competitividade do mercado e tornaria a economia mais dinâmica. Paralelamente, os conhecimentos empregados nos processos produtivos auxiliariam na redução de custos e no aumento da lucratividade, contribuindo para a obtenção de acúmulo de capital por parte dos principais atores políticos e econômicos que protagonizavam nesta conjuntura política e econômica. Desta forma, tornou-se possível realizar investimentos constantes no desenvolvimento de novas tecnologias a serviço de indústria.

Castells (1999, p. 50) afirma que esse movimento provocou uma revolução tecnológica que “originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica”. E, por isso, a sociedade que emerge desse processo de transformação continua a ser uma sociedade capitalista, mas, associada a um contexto informacional, visto que a informação passou a ser tão essencial para a o processo de reestruturação do sistema capitalista que sem as novas TICs, “o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada”. (CASTELLS, 1999, p. 50).

O uso dessas novas tecnologias e o conhecimento nelas empregado aceleraram exponencialmente a transformação das estruturas produtivas de tal forma que a produção se tornou otimizada para garantir lucros continuamente crescentes. Além disso, a informação se tornou tão relevante e inerente à produção desse período que ela assumiu uma dimensão cultural e social, diferente do ocorreu nas revoluções industriais anteriores quando havia uma clara separação entre vida social/pessoal e vida profissional. A partir dessa última revolução os conhecimentos obtidos através de pesquisas, nas quais foram investidos capital intelectual e capital financeiro, é indispensável gerar valor agregado ao produto final. Isso não significa, em contrapartida, que houve acréscimo de matéria prima ou aumento nos custos de

produção, pois o que confere esse valor agregado é justamente um acréscimo imaterial, ou seja, uma capacidade informacional onde o conhecimento é empregado nos métodos e processos produtivos com objetivo de valorizar o produto final.

Castells (1999 p. 69) afirma que:

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial.

Santos (2003, p.16) aponta que ao crescimento exponencial promovido pela revolução tecnológica soma-se também o processo de miniaturização, ou seja, “a possibilidade de fazer mais com menos: mais com menos trabalho, menos energia e menos matéria-prima”. Assim, a revolução tecnológica expressou uma nova fase de expansão e desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação, embora já tivessem demonstrado um alto grau de importância desde as descobertas científicas promovidas durante a Segunda Guerra, foram ampliadas e empregadas para uso comercial no pós-guerra. Logo, uniram-se os conhecimentos científicos desenvolvidos (durante a Segunda Guerra) com as necessidades da produção industrial do pós-guerra, tornando o processo produtivo da indústria condicionado pelo conhecimento científico. E o resultado foi o avanço de uma tecnologia condicionada pela informática, pelos softwares, pela robótica, pelas telecomunicações etc.

Importante frisar também que o desenvolvimento e as manifestações da revolução tecnológica foram “moldados pelos interesses do capitalismo, mas sem se limitarem às expressões desses interesses” (CASTELLS, 1999, p. 50). Pois, o desenvolvimento de novas TIC´s tinha como aliada uma rede de comunicação global a internet. Nye (2012) afirma que as transformações provocadas pela comunicação em massa afetaram diretamente as ações militares e abalaram a estratégia convencional de dominação de territórios, por exemplo, pois, a propagação de ideias e de valores pela sociedade, especialmente os conceitos de vertentes nacionalistas, obrigaram que os Estados com intenções de dominação assumissem novas táticas não convencionais para contornarem oposições e manifestações sociais das massas.

E Nye (2012) aponta que a Revolução da Informação despontou a tecnologia

como uma faca de dois gumes capaz de contribuir para o interesse do Estado, mas, também capaz de abalá-lo drasticamente, com especial destaque para a dimensão dos efeitos negativos ou positivos – na era da internet. A diferença, contudo, entre as tecnologias usadas nessa revolução da informação e aquelas geradas nas revoluções industriais é que as novas tecnologias convergem para espaços virtuais e fomentam conexões em rede - potencializadas pela internet – que ampliam exponencialmente o uso e a troca de informações. E, assim, ajudam a propagar ideias em uma proporção global e incontrolável por qualquer ator que tenha interesse em reter informações. Tais condições ajudaram a difundir uma cultura informacional, por onde decisões políticas e econômicas passaram a transitar.

Por informacional, entende-se um modelo de desenvolvimento que se fundamenta está no uso e no compartilhamento da informação.

Cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento fundamental à promoção da produtividade no processo produtivo. Assim, no modo agrário de desenvolvimento, a fonte do incremento de excedente resulta dos aumentos quantitativos da mão-de-obra e dos recursos naturais [...] No modo de desenvolvimento industrial, a principal fonte de produtividade reside na introdução de novas fontes de energia [...] No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação. (CASTELLS, 1999, p.53)

Logo, o modo de desenvolvimento informacional busca promover uma integração global de ideias, de tendências e de culturas através da troca de informação que se propaga em uma rede de conexão global e que opera através das tecnologias da informação e comunicação. De acordo com Castells (1999) o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade da informação, mas a aplicação da informação para geração de conhecimentos através de dispositivos de processamento e de comunicação. Para Nogueira e Ulbricht (2008, p.2) “estamos vivenciando uma sociedade conectada, onde grande parte do tempo, as pessoas estão em contato com a tecnologia”.

Castells e Cardoso (2005, p.19) definem que:

[...] a sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes.

Por isso, a emergência de uma sociedade em rede, fundamentalmente alinhada com o modo de desenvolvimento informacional, é uma condição potencializadora da acumulação flexível. Pois, a conectividade global entre seres humanos e organizações (comerciais, ONG's, estados etc) contribui na propagação de costumes e valores que geram novas tendências, especialmente tendência de consumo. Estas, por sua vez, estimulam a produção, mas de maneira menos massificada, visto que a informação atinge diferentes nichos e segmentos de forma direcionada através das TIC's. Tais condições ao afetarem a lógica de consumo, se compatibilizam com a produção puxada que atende esses mercados cada vez mais globais e menos regionais, e atende diretamente os desejos da sociedade que, apesar de informacional, continua a ser uma sociedade capitalista.

E assim, a nova dinâmica da economia funciona em linhas de produção descentralizadas, otimizadas para obter as melhores margens de lucro através da redução de custos com matéria prima e mão de obra. O controle e a gestão da organização das redes de produção e consumo, contudo, continuam sob a liderança dos atores que já protagonizavam um papel de liderança na era industrial e que migraram suas estruturas nos período pós-industrial apenas para se adaptar aos novos cenários, mas preservar as suas condições de acúmulo de poder e capital, propagando assim as relações de dominação.

4 MAINSTREAM E PÓS-POSITIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais (RIs), desde o surgimento do seu campo de estudo, nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, esteve inserida nos domínios teóricos das Ciências Sociais, sendo delimitada pela Ciência Política. Pode ser considerada uma área do conhecimento científico relativamente nova, visto que os primeiros esforços para sistematizar os estudos das RIs datam da segunda década do século XX. E suas teorias foram formuladas nos últimos cem anos, apresentando, ainda, diversos contrapontos em seus fundamentos epistemológicos e ontológicos. Condição esta que se revela como uma característica de campos científicos recentes e em construção.

As primeiras teorias que tiveram mais impacto na formulação do pensamento das RIs foram as teorias realistas. Embora haja diversidade de premissas que influenciam a construção teórica dos realistas, há algumas vertentes herdadas de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, e que são comuns a todas as correntes do realismo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Para os realistas, de maneira geral: o Sistema Internacional é anárquico (o Estado é soberano e não existe uma autoridade superior a ele); a sobrevivência é o principal interesse dos Estados (que os permite alcançar qualquer outro objetivo); a busca pelo poder é uma constante (pois, é o poder do Estado que vai determinar sua posição no SI); a auto-ajuda deve orientar o comportamento do Estado (os Estados agem – e devem agir - de forma egoísta porque nenhum outro Estado irá deliberadamente ajudá-lo); o Estado é o principal e o único ator importante no Sistema Internacional, não importando sua estrutura interna e nem doméstica, mas, somente a sua atuação no cenário internacional.

Resumidamente, tais fundamentos, levam a seguinte lógica: o Estado – enquanto ator central da política internacional – seria orientado por um caráter puramente pragmático e empírico, cujo objetivo é atender os interesses nacionais. Tais interesses se traduzem na sua sobrevivência e na sobrevivência de seus cidadãos em um ambiente anárquico cuja única opção é a auto-ajuda. Para tal, é necessário conduzir as ações do Estado no campo internacional com vistas ao acúmulo e a manutenção do poder. Por isso, os realistas colocam ênfase nos ganhos relativos, ou seja, “quanto um Estado ganha em relação aos demais” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Mais uma vez, apontamos que todos esses argumentos eram uma realidade no contexto político e econômico em que as unidades políticas europeias estavam inseridas e onde tentavam consolidar seus territórios, sua economia nacional e sua estrutura político-administrativa. Pois, entre os séculos XII e XVI o cenário anárquico da política internacional não dispunha de entidades supranacionais e atores transnacionais tão pouco existiam os Estados na concepção westfaliana. E tal cenário não era decorrente da essência do Sistema Internacional, mas, da ausência de atores internacionais, transnacionais, do direito internacional e de regimes de governança.

A busca pelo poder (político e econômico) era a alternativa para garantir a sobrevivência (contra tensões internas e invasões externas), de maneira independente, ou seja, a partir da auto-ajuda. Pois, nas incertezas daquele ambiente instável, onde formava um mosaico de pequenos centros de poder e de pequenas estruturas político-administrativas, as unidades políticas que buscavam fortalecer seu poder estatal eram os únicos atores capaz de acumular poder e atuar a partir de um conceito de self help.

Por isso, os Estados eram, naquele momento, os responsáveis pela construção de um cenário político e econômico que, futuramente, poderia vir a ser interdependente através de redes de produção e consumo mediante sistemas produtivos industrializados e tecnologias da informação e comunicação que permitissem a construção de relações comerciais e financeiras. Logo, a sobrevivência era o principal interesse daqueles Estados que estavam a se formar, pois, até então não havia um Sistema Internacional, não havia atores internacionais, não havia Estado e tão pouco havia segurança, nem para as populações e nem para as entidades políticas descentralizadas pela Europa. Não só os feudos eram sujeitos a inconstâncias políticas e econômicas, como também toda a sua população.

4.1 O *MAINSTREAM* TEÓRICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde o surgimento das relações internacionais há a tendência de prevalência de um corpo teórico tido como o mainstream desta área. Nomeadamente, as teorias de vertentes realistas e liberais são aquelas que tem exercido grande influência nos olhares da política internacional e do direito

internacional. Segundo Carmo (2013, p. 6):

De facto, inicialmente o estudo das relações internacionais estava voltado mais propriamente para a política internacional e o direito internacional, como duas áreas correlatas e integradas pelo mesmo ator, o Estado. [...] De um modo geral, a política internacional, enquanto relações interestatais, e o direito internacional, como um dos principais produtos gerados pelas relações interestatais, são as principais temáticas abordadas nas obras clássicas sobre relações internacionais. E, nesse contexto, na formação da área de relações internacionais como campo do conhecimento predominaram as interpretações realistas. Particularmente nos Estados Unidos, Guzzini (1992, p. 33) afirma que relações internacionais e realismo quase se confundiam.

No último quarto do século XX, quando novas abordagens e ideias começarem a emergir nos debates das relações internacionais, novamente, a proeminência do mainstream foi evidente no debate neo x neo (neorealismo x neoliberalismo). Isto é, as vertentes tradicionais se revitalizaram face aos novos acontecimentos globais e mantiveram sua influência como lente teórica das RI. Entretanto, tal como sugerem Nogueira e Messari (2005, p. 132):

Apesar de essas duas correntes continuarem a dominar a produção intelectual da academia até hoje, perspectivas alternativas começaram a surgir, também nos anos 80, desafiando a visão convencional das relações internacionais. Nesse sentido, os debates interparadigmáticos abriram a disciplina para uma diversidade de abordagens que, anteriormente, não encontravam espaço diante do predomínio incontestável do realismo nas áreas de pesquisa mais importantes dos estudos internacionais.

Assim, importa fazer aqui algumas considerações acerca do realismo e do liberalismo para depois expressar a importância da Teoria Crítica para esta investigação.

O realismo traz consigo uma característica que apresenta uma completa congruência entre as suas análises da política internacional e o cenário que fora construído entre os séculos XII e meados do século XX e cujas condições abordamos no tópico anterior. Ou seja, em determinado momento no desenrolar da história, estando a maioria dos estados nacionais já constituídos e suas relações políticas a desenvolverem-se no plano internacional, os realistas resgatam certos conceitos da política, de autores que vão desde o século IV a.C. até o século XVI d.C e aplicam suas análises no sistema internacional contemporâneo, sem olhar, contudo, para a construção histórica do Estado (que é o ator central em seus argumentos teóricos).

Portanto, os Estados são tidos como atores homogêneos e naturais no plano internacional que constrói uma relação pragmática com outros atores, visando sempre monopolizar a força coercitiva em sua dimensão interna para conseguir ordem e, assim, ser capaz de projetar seu poder e sua influência em um ambiente internacional anárquico, onde a soberania de cada Estado sobre o seu território e a sua população é constantemente ameaçada.

Para Nogueira e Messari (2005, p. 23):

De forma geral, os realistas tomam o Estado como uma “caixa preta” e o encaixam dentro do que chamam de modelo da “bola de bilhar” (billiard- ball). Isso os leva a abstrair os processos internos de tomada de decisão e as motivações políticas que levam os Estados a agir no plano internacional e a destacar exclusivamente a dinâmica da relação entre essas “caixas” ou essas “bolas”. Os realistas consideram que o Estado é um ator unitário e racional, o que significa que o Estado age de maneira uniforme e homogênea e em defesa do interesse nacional.

Por isso, reforçamos que o cenário político que reinou no continente europeu e marcou a constituição dos primeiros estados nacionais era sim um cenário constituído de unidades políticas que poderiam ser vistas como “caixas pretas”. Suas estruturas não estavam prontas e no momento em que Hobbes olhava para aqueles Estados e construía seu pensamento, os atores políticos eram efetivamente uma “caixa preta”, pois, era praticamente impossível escrutinar todos os detalhes, relações, jogos de poder e influências políticas que estavam se formando dentro daquelas estruturas. Era também um momento propício para o modelo billiard ball, onde não se considera que relevante o que existe dentro das bolas de bilhar (neste caso, dentro dos Estados), e nem como elas são feitas ou constituídas; importa apenas que elas se choquem umas nas outras para que se possa analisar como elas se batem (que, segundo o realismo, é que gera a dinâmica do Sistema Internacional).

Aquele cenário foi único e muito peculiar, onde não havia a existência anterior de Estados nacionais, tão pouco havia organização econômica nacional e mesmo a delimitação territorial era imprecisa, estando em constante mudança. Logo, as disputas que se deram ao longo dos séculos, até a formalização dos Tratados de Münster e Osnabrück – que deram origem ao modelo do moderno Estado westfaliano – e mesmo os conflitos que marcaram as relações políticas internacionais, a partir do século XVII, foram características de um cenário em construção. Um cenário

político e econômico que não existia anteriormente e que estava sendo formulado a partir de influências diversas que perpassavam por interesses de classes, por influências de ideias e por necessidades econômicas que visavam a organização de estruturas de produção e consumo que atendessem os interesses nacionais e suas tendências expansivas.

Assim, consideramos que o sistema internacional é socialmente construído. Não é dado e não está pronto. Aquele cenário analisado por Hobbes e cujo pensamento tem forte influência na construção do realismo político foi construído e não foi replicado e repetido em outro momento da história da humanidade. Por isso, nossa investigação se pauta em uma lógica diametralmente oposta ao mainstream das Relações Internacionais, uma vez que este, ao não olhar para o cenário histórico político e econômico em que se constituíram os estados nacionais, termina por apresentar um embasamento teórico que descreve o comportamento entre os Estados, mas, apresenta na contemporaneidade características que fizeram parte de um cenário temporalmente e geograficamente muito peculiar. Já no decorrer século XX, principalmente a partir do último quarto deste século, o comportamento dos atores estatais diferia grandemente do comportamento belicoso e, muitas vezes, intencionalmente imperialista das unidades políticas soberanas dos séculos XII ao século XVIII.

Ressaltamos, ainda, que aquelas unidades políticas lutavam em um cenário onde o sistema interestatal não havia sequer sido construído. O contexto político e econômico era um completo puzzle, pois, muitas regiões eram governadas por estruturas feudais, outras eram governadas por monarcas com poder parcialmente centralizado, outras nem sequer eram governadas por instâncias superiores, onde tribos e povos que emergiram da queda do Império Romano e do subsequente fim do Império de Carlos Magno controlavam regiões e territórios segundo suas próprias leis. Além disso, havia uma miscelânea de moedas circulando pelos territórios europeus. Cada região detinha uma moeda própria, com suas próprias taxas cambiais, onde o valor monetário era distinto de uma região para outra.

O feudalismo tomou-se comum no Ocidente após o colapso do Império Romano. Um indivíduo tinha obrigações perante um senhor local, mas podia também dever obediência a algum nobre ou bispo distante, assim como ao Papa, em Roma. As obrigações políticas eram, em grande parte, determinadas pelo que acontecia aos hierarquicamente superiores. Se um governante se casasse, uma determinada área e a sua população podiam ver

as suas obrigações reajustadas como parte de um dote de casamento. Uma população nascida francesa podia subitamente tornar-se flamenga ou mesmo inglesa. Cidades e ligas de cidades tinham por vezes um estatuto especial semi-independente. A louca manta de retalhos de guerras, que acompanhava a situação feudal, não tem nada a ver com o que consideramos modernas guerras territoriais. Tanto podiam ocorrer no interior - como atravessando territórios- e estavam relacionadas com esses conflitos e lealdades transversais, não-territoriais” (NYE, 2002, p. 3).

Foi nesse contexto que as unidades políticas do território europeu precisaram buscar a centralização do poder político e econômico para, então, consolidarem estruturas mínimas que dariam forma aos Estados nacionais. E entre os séculos XII e XV essas estruturas foram, gradualmente, se firmando até assumirem as características do estado westfaliano, tal como mencionamos anteriormente. Logo, esse cenário não se repetiu no mundo moderno. Uma vez que aquelas estruturas políticas foram fortificando sua autonomia, garantindo a centralização do poder, a autonomia na tomada de decisões políticas e o funcionamento das economias nacionais, não foi mais necessário que esse processo se repetisse. Ele iniciou uma única vez, seguiu uma direção única, no sentido de robustecer o Estado nacional e entre o final do século XIX e início do século XX o sistema interestatal já estava constituído com algumas dezenas de atores que tinham suas estruturas estatais, suas economias nacionais e sua moeda nacional estabelecidas.

Portanto, o realismo, ao afirmar que certas características – que citamos anteriormente – são a essência das relações internacionais e da política internacional, está na verdade destacando uma condição que se deu em um determinado contexto, em uma determinada época e em um espaço geográfico único, onde sociedades oriundas de povos e tribos diversas, carregados de traços culturais, línguas e idiomas peculiares de cada microrregião, se confrontavam na busca pela sobrevivência em um ambiente onde não haviam estados, não haviam leis universais, não haviam estruturas políticas definidas e, além das disputas internas, havia uma constante pressão externa – como dos mouros e dos mongóis, por exemplo – que continuamente ameaçavam a mínima sobrevivência daquelas sociedades. Essa condição não foi dada. Ela foi construída em determinado momento, mas, que se alterou a partir da consolidação de novas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Paralelamente ao constructo teórico e científico do realismo, uma outra abordagem surgiu nas Relações Internacionais compondo o quadro paradigmático dominante na teoria das Relações Internacionais: o liberalismo. A formulação dessa

teoria embasa nos pressupostos iluministas e no pensamento de Kant, foi proposto por Woodrow Wilson no final da Primeira Guerra Mundial. Partindo do princípio de que o ser humano é bom por natureza e olhando para a natureza humana sob uma perspectiva positiva, o liberalismo sugeriu que paz e a cooperação são possíveis no Sistema Internacional. E que tal condição poderia ser instituída a partir do crescimento do livre comércio e da universalização dos direitos humanos. Além disso, diferentemente dos realistas, os liberais sempre enfatizaram a atuação de diversos atores no Sistema Internacional para além dos Estados, tais como organizações internacionais, empresas multinacionais, instituições transnacionais e até mesmo os indivíduos. Pois, a “referência central dessa escola de pensamento é o indivíduo, cuja autonomia deve ser protegida e incentivada ao máximo de modo que a sociedade, como um todo, progrida” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 59). Logo, para os liberais, a possibilidade de os indivíduos buscaremos seus interesses livremente produzia um resultado social positivo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Ao assumir uma condição otimista para o contexto político e econômico internacional, o liberalismo considerava que a guerra poderia ser evitada e que a natureza anárquica do sistema internacional poderia ser refreada a partir da consolidação de organizações internacionais e do direito internacional. Pois, os Estados democráticos não buscariam expansão militar e nem territorial, apenas os Estados sem instituições representativas é que conseguiriam alargar seu poder de maneira centralizadora e autoritária através do governo de grupos autoritários. Para ambas as condições, o liberalismo considerava a necessidade do Estado, embora visto como um mal necessário. Ou seja, era necessário para a consolidação de acordos e relações políticas e econômicas no nível internacional, mas, que poderia, ainda assim, ferir a liberdade individual.

Segundo Nogueira e Messari (2005) esses pressupostos alçaram notoriedade com o fim da Guerra Fria, quando a relação política-economia estava fortemente entrelaçada e a diversidade de atores no Sistema Internacional já fazia parte do contexto político e econômico mundial. É importante ponderar que a corrente mais contemporânea e mundialmente difundida dessa teoria – o neoliberalismo – pode ser evidenciada a partir da década de 1990 com abertura das fronteiras nacionais para a expansão e a penetração do mercado internacional nos espaços regionais. Pois, o comércio sempre esteve presente no pensamento liberal e antes mesmo de adentrar no campo das Relações Internacionais, já havia se fortalecido no campo das ciências

econômicas como uma doutrina que fora densamente debatida desde o século XVIII. Assim, “certos mecanismos que caracterizam o funcionamento das sociedades, como o mercado, fazem com que o bem-estar geral cresça”, atendendo aos preceitos do liberalismo que defendia a “construção de uma sociedade bem-ordenada que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 59).

Todavia, entendem que o Estado é um mal necessário e este atua, principalmente no cenário internacional, em um ambiente ocupado por diversos atores, dentre os quais estão os Estados, mas, também as organizações internacionais, organizações transnacionais não-governamentais, empresas multinacionais e os indivíduos. Em função da multiplicidade de atores e das intrínsecas relações que se estabelecem entre eles, especialmente no campo comercial, os liberais imprimem um olhar otimista para as Relações Internacionais, de um cenário sem guerras. Pois, o comércio e as finanças necessitam de um ambiente pacífico e harmonioso para operarem. Um cenário conflituoso, em contrapartida, é sempre um empecilho para relações comerciais, desestabilizando o elo entre os múltiplos atores no ambiente internacional e afetando, também, a estabilidade econômica e financeira de todo o sistema cuja amalgama é o comércio global.

[...] a noção progressista e otimista sobre a natureza humana, a confiança no progresso humano, a partilha de responsabilidades comuns em prol da paz, da justiça e da cooperação, bem como a força normativa das instituições multilaterais, dos regimes internacionais e das regras pactuadas entre os povos são marcos do liberalismo” (CASTRO, 2012, p. 338).

O liberalismo, embora faça parte das teorias que constituem o mainstream das RIs, ganhou mais notoriedade através da sua vertente neoliberal que invadiu o campo das ciências sociais a partir de 1970. Naquele momento, o sistema econômico mundial passava por um processo de reestruturação nos ciclos de acumulação do capital e, portanto, foi propício uma adequação dos ideais liberais ao campo econômico, sociológico e político do último quarto do século XX. Logo, o neoliberalismo e seu contributo para tais áreas, foi também válido para as Relações Internacionais como embasamento teórico para as análises que se dariam a partir daquele momento, quando a globalização e o comércio mundial apontavam novas dimensões para a política e a economia internacional.

Contudo, à semelhança do realismo, o liberalismo também descreve um princípio que foi essencial na formação dos primeiros Estados nacionais. Pois, como já apontado no tópico anterior, a sobrevivência das unidades políticas soberanas no continente europeu sofria uma pressão competitiva entre as demais unidades políticas daquele cenário, demandando a consolidação da política e da economia com vistas ao fortalecimento do poder de cada Estado. Enquanto havia uma preocupação com a proteção do território, e mesmo com a expansão territorial e com áreas de influência para além do limite geográfico de cada Estado, havia também uma atenção especial para a consolidação da economia nacional que seria um componente essencial para a continuidade do acúmulo de poder. Ou seja, a estabilidade econômica de cada Estado garantiria a acumulação de capital e este seria revertido no desenvolvimento tecnológico e militar, dando proteção ao território ou mesmo expandindo os limites territoriais.

Logo, a preocupação com a economia, como sendo uma peça fundamental para a sobrevivência dos Estados, tem fundamentos resgatados do cenário em que se construíram e se consolidaram os primeiros estados nacionais. A diferença é que o liberalismo enxerga as relações econômicas e comerciais como determinantes para a paz entre as nações e naquele cenário de formação dos primeiros estados nacionais a economia era essencial para a sobrevivência de cada unidade política em um ambiente de constantes conflitos. De qualquer maneira, para ambas as teorias mainstream das Relações Internacionais, o ambiente internacional é anárquico e o Estado precisa existir. Para os liberais, “uma sociedade sem governo dá lugar a discórdias incessantes entre interesses divergentes” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 61).

No que concerne à natureza conflituosa da anarquia que caracteriza o sistema internacional, os liberais tendem a concordar com os realistas. Uma sociedade sem governo dá lugar a discórdias incessantes entre interesses divergentes” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 61).

Por isso, como ambas as teorias que formam o mainstream das Relações Internacionais sugerem paradigmas determinantes na formulação das interações políticas e econômicas que se apresentam no sistema internacional, bem como a anarquia desse ambiente como uma condição dada e inerente a estrutura do sistema, entendemos que as abordagens pós-positivistas, e mais especificamente a Teoria

Crítica, nos permite desenvolver as análises necessárias para responder as perguntas que norteiam essa investigação, tal como apresenta-se no próximo tópico.

4.2 AS ABORDAGENS PÓS-POSITIVISTAS E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A proposta das abordagens pós-positivistas nas Relações Internacionais aponta para cenários socialmente construídos a partir de ideias, valores e crenças intersubjetivas que contrapõe a ideia da racionalidade do Estado e da construção de metarrativas que determinam a ação e o papel dos atores no sistema internacional. Pois, este está constantemente sujeito a mudanças, por forças das influências sociais, e, por isso, não pode ser compreendido de maneira reducionista e material. Ou seja, os Estados “não são estruturalmente determinados, mas são construídos pelas interações históricas contingenciais” (WENDT, 1994, p. 385).

Castro (2012, p. 386) sustenta que o construtivismo, por exemplo, “associa a forma de mútuas ações com o processo dinâmico envolvendo agentes e estrutura de maneira a construir o ethos das Relações Internacionais”. Sendo que os agentes – capacidade de ação - são os Estados e a estrutura o macroambiente – ou meio. Portanto, tanto os Estados quanto o cenário internacional “interagem de maneira constante e intensa, revelando as complexidades de cada uma das partes e denotando as limitações pontuais de suas esferas específicas” (CASTRO, 2012, p. 387). Tal condição nos leva, imediatamente, a questionar qual a esfera de atuação e influência de um sobre o outro. Ou seja, o cenário internacional (estrutura) é definido pelo Estado (agente)? Ou seria o contrário? Isto é, o Estado (agente) é constrangido a agir e a se comportar a partir das imposições e influências do cenário internacional (estrutura?)

Para responder à tais questionamentos seria necessário definir a antecedência ontológica. Ou seja, definir quem surgiu primeiro (os agentes ou a estrutura?), “para depois saber quem influencia, constrange e/ou limita as opções e a evolução do outro” (Nogueira e Messari, 2005, p. 160). Pois, a ideia de que um veio antes do que outro, sugere que um tem precedência sobre o outro e, portanto, pode implicar um efeito determinante (do agente sobre a estrutura, ou da estrutura sobre

o agente). Logo, tal questão remete à crítica de que certas condições do sistema internacional são consideradas como dadas pelas teorias do mainstream das RIs. Entretanto, o pós-positivismo nas Relações Internacionais destaca que este mundo está em permanente construção e, por isso, não se trata de um mundo predeterminado e imposto às sociedades (Nogueira e Messari, 2005, p. 160). Mas, um mundo socialmente construído a partir de ideias, ações, relações e interações.

A Teoria Crítica se apresenta como crítica e pós-positivista, visto que rejeita a possibilidade de a razão instrumental ser a única forma de conhecimento.

A Teoria Crítica é uma das mais importantes, senão a mais importante, contribuição alternativa surgida desde então, apresentando uma crítica contundente à concepção realista das relações internacionais como política de poder e questionando a pretensão científica das teorias internacionais, em particular seu compromisso com o positivismo. Da mesma forma, a Teoria Crítica ampliou o leque de temas que deveriam ser prioritários em nossas pesquisas, indo além das esferas tradicionais da segurança e da política externa e incluindo questões como o problema da mudança nas relações internacionais; os temas da hegemonia, da emancipação e da desigualdade; a centralidade do Estado como ator; o meio ambiente; as questões culturais; a integração das estruturas econômicas na reflexão sobre a política mundial; a ausência de uma dimensão ética na reflexão da área; o conceito de sociedade civil global, entre outras. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 132-133).

Robert Cox, tido como um dos principais autores da Teoria Crítica no campo das Relações Internacionais, enfatiza a influência tanto do discurso quanto da linguagem na produção do conhecimento e de ideias. Para o autor, estas influências não ficam apenas restritas a esfera doméstica, mas, apresentam impactos também na esfera internacional. Aliás, o próprio Cox (1996) é quem formulou a ideia de que toda teoria é formulada alguém para o benefício de alguém.

Cox defende a ideia de que toda teoria é relativa ao seu tempo e lugar e, portanto, não pode ser transformada em um modelo absoluto, aplicável universalmente, como se não estivesse associada a certo contexto histórico e político. As teorias têm sempre uma perspectiva, um olhar engajado com a realidade sobre a qual está refletindo, sendo influenciada e influenciando tal realidade. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.138).

E, portanto, toda teoria ao se materializar, na prática, atende os interesses de alguém e observa um determinado momento historicamente recortado. Tal como observamos anteriormente, quando apontamos que as teorias mainstream da RI

remontam o contexto histórico de formação dos primeiros estados nacionais europeus, onde havia um cenário anárquico no qual as unidades políticas soberanas atuavam e onde o crescimento econômico-financeiro era necessário para o acúmulo de poder. Para Nogueira e Messari (2005) o realismo se limita a tentar compreender a realidade como ela é e ao evitar a influência de crenças e valores pode cometer erros em suas análises.

Daí a importância do que é considerado como a virada linguística nas ciências sociais para perceber-se a dimensão do pós-positivismo para as análises que se apresentarão nesta investigação. As influências de outras áreas das ciências sociais nas relações internacionais, especialmente no último quarto do século XX, começou a questionar a realidade como uma condição “dada”, que sempre existiu e que não teve influências sociais no seu processo de construção. Isto é, a realidade como algo passível apenas de ser observado. As premissas pós-positivistas é que formularam ideias opostas e com base, especialmente, nas teorias oriundas da sociologia – mas, não só – e sugeriram que o mundo é socialmente construído.

Em meio as diversas influências das ciências sociais nas RI, emergiu também a discussão acerca da importância da linguagem e do discurso na política internacional, sendo a linguagem não apenas um instrumento de explicação da realidade, mas, também como ferramenta capaz de construir a própria realidade. Dois principais autores do pós-positivismo nas Relações Internacionais, quais sejam, Friedrich Kratochwil e Nicholas Onuf consideram que o cenário em análise não pode ser compreendido por si só, de maneira isolada. Pois, ele resulta de práticas sociais historicamente construídas através das quais são atribuídos significados e linguagens próprias. Portanto, é a linguagem que permite atribuir significado à realidade, permitindo assim fazer descrições e análises de cada contexto.

É também através da linguagem e dos discursos desenvolvidos a partir dela que se constroem ideias de dominação e hegemonia. Foucault (1979), por exemplo, sustenta que o ideal de modernidade nada mais é que a formulação de discursos que buscam enfatizar o poder do conhecimento científico, elevando este ao status de verdade absoluta e, portanto, aqueles que produzem este conhecimento conseguem, na manutenção da hierarquia social, preservar a sua posição de poder e de influência. Na mesma linha de pensamento que Foucault, os autores pós-positivistas das relações internacionais destacam que também os Estados (e até mesmo outros atores do cenário internacional) criam discursos com o objetivo de

disseminarem ideais como a falta de moralidade na política internacional e a anarquia do sistema internacional, a fim de conseguirem projetar-se como atores dominantes no plano internacional. Os discursos destes protagonistas acabam por tornarem-se discursos hegemônicos e potencializadores da ideia de superioridade de uns sobre os outros na ordem global, contribuindo na hierarquização de atores principais ou centrais. Estes, por sua vez, através da propagação de valores, ideias e normas (que sejam compatíveis com seus interesses) se tornam mais eficazes nas suas capacidades de dominação, pois fazem uso de ideologias e aparatos culturais para transmitir sua superioridade hegemônica. Portanto, o sistema político e econômico mundial se constitui, de maneira gradual, a partir de uma construção social oriunda de valores e ideais, onde todos os atores, de alguma maneira exercem influência. Não ponderamos a supremacia de um tipo de ator nesta construção social, entretanto, nesta pesquisa destacamos o papel do Estado, pois como considera Alexandre Wendt, o Estado tem uma importância insubstituível nas RI, visto que “o Estado é o prumo, meio e fim das ações internacionais” (CASTRO, 2012, 389). E tal afirmação pode ser evidenciada naquilo que escrevemos até aqui, onde a construção dos primeiros estados nacionais esteve diretamente relacionada com o papel e a atuação das unidades políticas soberanas no continente europeu.

A evolução do sistema político-econômico mundial foi condicionada por uma miríade de fatores (sociais, econômicos, culturais e políticos) que levaram à definição de fronteiras nacionais, constituição de um sistema econômico nacional, centralização do poder político nacional etc. E, depois, o seu próprio movimento expansionista universalizou este sistema em longo processo de tensões sociais que ora concordavam com o modelo – político e econômico – das nações europeias, ora discordavam e protestavam contra ele.

A força vitoriosa dos poderes europeus sobreviria, principalmente, da articulação entre riqueza e poder no seio dos Estados nacionais. Além disso, a competição permanente e as guerras interestatais, marcantes na história do velho mundo, atuaram, simultaneamente, como força destrutiva e integradora, possibilitando a consolidação de um único sistema político na Europa a partir da Paz de Vestefália. O novo sistema político europeu obrigava os Estados a se expandirem constantemente até o limite do monopólio do poder global, monopolização esta que nunca se concretizou, pois, a competição pelo poder global se dava através do fortalecimento dos estados nacionais.

Esta condição, entretanto, não era originária de um sistema dado e pronto. Pelo contrário, foi um cenário socialmente construído e intensamente marcado por questões políticas e econômicas que se desdobraram no decorrer da história da humana. A contínua competição intra-européia promoveu a oligopolização do poder e da riqueza representada pelo nascimento das Grandes Potências. Mas, estas nasceram em um determinado contexto em que as condições históricas permitiram a emergência de atores com influência global. E ao alcançarem este patamar na política internacional, tais atores buscaram a consolidação da sua liderança a partir da criação de barreiras que dificultavam a entrada de novos players nesse sistema e manipulavam o crescimento de possíveis novas potências.

Portanto, evidencia-se que o atual sistema internacional é fruto de uma construção histórica e social. E isso coaduna com um dos princípios basilares da Teoria Crítica (TC) no campo das Relações Internacionais. Isto é, a TC considera que toda teoria tem uma perspectiva que deriva da posição no tempo e no espaço em que ela foi formulada. E a perspectiva que constituiu as formulações das teorias decorrem da pressão social, da dimensão política e do contexto econômico que decorrem no cenário que influencia a formulação da teoria. Portanto, as questões e as problemáticas apresentadas por cada teoria estão diretamente associadas a uma perspectiva particular e restringida pelas influências e pelo momento histórico de uma realidade específica.

Sendo assim, as abordagens que fogem ao mainstream das RI se mostram válidas para olhar o nosso objeto de estudo, visto tratar-se de um cenário particular com características específicas e não passíveis de ser olhada de maneira universal e padronizada. Logo, é necessário olhar para as potências médias numa vertente que se preocupe em estabelecer análises não embasadas em recortes temporais, mas olhar para cada realidade individualmente e olhar para as suas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas específicas, a fim de entender como protagonizam estes atores no sistema internacional em meio ao modelo de acumulação flexível.

E o nosso foco será a Teoria Crítica (TC) como lente teórica para esta investigação. A TC, no campo das Relações Internacionais, surge como uma alternativa às teorias positivistas (realismo, neorealismo, liberalismo etc) e a proposta dos seus autores sempre esteve relacionada com a necessidade de uma análise histórica do cenário internacional, apontando para a importância de conciliar teoria e prática, a fim de explicar os acontecimentos a partir das transformações vivenciadas

pela ordem social vigente. Assim, a ontologia não deve mais ser vista como a priori, isto é, como sendo constitutiva e anterior à realidade, mas, em vez disso, como um produto social em andamento, em contínua transformação e transversal à história.

E ao invés de servir como uma teoria problem-solving (como um guia para a solução de problemas postos por uma determinada perspectiva), a Teoria Crítica se apresenta com uma teoria que analisa criticamente o contexto sob os seguintes pressupostos: a observação não deve ser feita fora do contexto, mas, analisada dentro de uma conjuntura que é responsável pela constituição do problema em questão; o contexto da ação muda conforme o tempo e o principal objetivo da TC é compreender essas mudanças e os seus efeitos sobre o problema; o contexto da estrutura, no qual as ações ganham forma, não é o fim da ação, mas, justamente o cenário a ser analisado. Por isso, a Teoria Crítica não considera a ordem da política internacional como dada. Pelo contrário, ela não toma nem as instituições, nem os atores, nem as relações sociais e nem a dinâmica de poder como dados, mas coloca-os em questão para investigar a sua origem e a construção das suas relações no decorrer da história.

4.3 HEGEMONIA, PODER E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Na concepção de Cox, acerca das hegemonias globais, há um importante papel desempenhado pelas grandes organizações e corporações internacionais e cuja atuação faz-se sentir diretamente na ordem política e econômica mundial. Pois, elas contribuem na materialização de certas regras, especialmente econômicas e comerciais, que facilitam a expansão das ordens hegemônicas, elas mesmas são fruto da expansão dos interesses hegemônicos e que necessitam extrapolar fronteiras nacionais, alcançando projeção internacional, e elas ajudam legitimar ideologicamente normas, ideias e valores que se tornam modelos hegemônicos.

Assim, para a constituição de hegemonias é necessário estabelecer, e depois proteger, uma ordem mundial cujas relações de produção, de consumo, de políticas econômicas e mesmo de padrões sociais atendam os interesses hegemônicos. Na sua própria concepção, isto é, não seria uma ordem em que um Estado exploraria diretamente os outros, mas uma na qual a maioria dos outros Estados (ou pelo menos aqueles que estão dentro do alcance hegemônico) achariam compatíveis com os seus interesses.

Tal ordem dificilmente seria concebida em termos apenas estatais, provavelmente isso traria para primeiro plano as oposições entre os interesses dos Estados. Segundo Faria (2013, p. 210) o conceito de hegemonia “cumpre o imprescindível papel de manter estável a ordem social e sua forma de organização política superior, o Estado, cimentando a construção da estrutura social”. Para o autor a força da hegemonia se concretiza em dois níveis; no material e no ideológico. No primeiro exerce-se coerção, mas, não apenas pelo monopólio da violência legítima por parte do poder de Estado, e sim pela construção de uma ordem econômica (que condiciona a forma de acesso aos meios de produção e de subsistência controlados pela classe dominante). No segundo, é produzido um aparato de ideias e valores nos sujeitos sociais, conformando-os a uma determinada ética de condutas e padrões de comportamento que moldam as diversas formas de pertencimento à estrutura da sociedade.

Portanto, é relevante fazer uma descrição da relação que se propaga a partir do acúmulo de poder e de capital como decorrência da industrialização (abordada nos tópicos 2 e 3) e cujos reflexos incidem na constituição de poderes que se caracterizam como hegemônicos. Ademais, o conceito de hegemonia em Cox ganha vida a partir das ideias gramscianas que sustenta que as hegemônias se formam a partir de um conjunto de relações sociais de produção. E estas relações provocam efeitos diretos sobre o trabalhador e sobre os modos de organização do trabalho (tal como abordamos no tópico 3). Para Cox, a classe trabalhadora, embora constituía uma dimensão social nacional, sofre consequências diretas da internacionalização da produção (cujo ápice da mudança até o momento é o modelo de acumulação flexível descrito no tópico 4).

Ademais, a perspectiva gramsciana, e defendida por Cox, aponta que as hegemônias se consolidam a partir da classe dominante interna e esta associa-se ao Estado a fim de garantir o reforço estatal nos seus interesses, bem como na propagação da sua capacidade hegemônica. Depois, através do Estado conseguem transpor limitações nacionais e começam a atuar no contexto internacional, propagando um modelo cultural, ideológico e institucional. Tais condições podem ser observadas nos três séculos de evolução do capitalismo mercantil, quando as relações político-econômicas dos estados europeus foi propositalmente conduzido em direção ao capitalismo produtivo e industrial (especialmente, nos estados do norte da Europa).

Esse processo ocasionou, tal como discorremos anteriormente, profundas mudanças nas relações de trabalho e de produção, assim como no avanço de uma economia de escala com amplo crescimento nas margens de lucro através do consumo (TAULIE, 2001). Condição que foi intensificada no modelo de acumulação flexível e no modelo toyotista de produção e que também coaduna com a perspectiva de Cox na constituição da hegemonia, uma vez que esta perpassa por uma rede de fatores que se encadeiam de maneira sequencial e ao mesmo tempo dinâmica.

A materialização desta perspectiva se evidencia quando as classes dominantes associadas ao Estado se apropriam dos meios de produção e conseguem a aprovação de leis e determinações que alteram a organização do trabalho. Desta maneira a classe empresarial obtém (com estas mudanças) maiores margens de lucro através da maximização da produção e a consequente exploração da força de trabalho. O incremento nos lucros alarga e aprofunda a influência das forças hegemônicas e estas conquistam mais espaço à nível social, político e económico e, gradualmente, avançam para além da sua atuação interna, isto é, não ficam restritas às fronteiras nacionais. Pelo contrário, começam a atuar em contextos internacionais e junto exportam o seu poder ideológico e cultural, mas que também contribuem na exposição dos Estados, visto que o capital privado de apoia na força estatal e nos acordos políticos para internacionalizar-se, estabelecendo a relação simbiótica entre Estado e capital. Ou seja, mais uma vez tem-se a associação entre poder público e capital privado – condicionantes para a expansão das hegemonias globais.

A influência hegemônica se materializa em todo o mundo e tanto a organização do trabalho quanto os métodos de produção e consumo se estruturam em condições que atendam os interesses dominantes. O modelo flexível de acumulação do capital fortaleceu ainda mais o papel de certos atores ao criar uma rede global de relações económicas e comerciais que alastram por todo o globo a influência cultural e ideológica dos poderes hegemônicos. Entretanto, foi também neste contexto que emergiram os novos papéis das potências médias que ao ocuparem lugar na rede global de produção, distribuição e consumo, conseguiram também articular interesses próprios numa estrutura altamente conectada e interdependente.

4.3.1 Hegemonia em Gramsci e Cox

A Teoria Crítica, apesar de crítica e contestadora das ordens hegemônicas vigente não é propriamente uma teoria marxista, embora recorra à diversos conceitos e ideias marxianas para formular suas percepções críticas da história e da realidade contemporânea. E considera que a ontologia não deve ser ponderada por deduções e suposições como ponto de partida, mas, deve ser constitutiva da realidade e, portanto, decorrente de ações sociais concretas e em contínuo desenvolvimento no decorrer da história.

Tal condição sugere, inerentemente, oposição aos princípios a-históricos e abstrato do mainstream teórico das relações internacionais. E, por isso, TC contribui no alargamento analítico e investigativo no estudo das relações internacionais, aproximando a teoria da prática e vice-versa, e direcionando os olhares no cenário internacional para outros aspectos que não sejam apenas questões militares, guerra, poder e segurança.

Cox, apresenta três importantes conceitos para a investigação nas relações internacionais a partir da lente da Teoria Crítica, quais sejam:

- a) considerar a estrutura vertical das RI;
- b) ponderar a estreita relação entre o Estado e a Sociedade Civil;
- c) ter atenção às dinâmicas dos processos produtivos e conseqüentemente dos modelos de acumulação do capital.

Estes três pontos, para Cox, são responsáveis pelo acúmulo e pela manutenção do poder, criando condições que precipitam a formação de hegemonias globais.

A ideia de hegemonia em Cox emerge de Gramsci. Entretanto, Cox extrapola a ideia gramsciana, transpondo-a para o cenário internacional. Enquanto Gramsci considerava que hegemonia se expressa na capacidade de um grupo social exercer domínio (político e moral) na sociedade, Cox já pondera que esta capacidade se estende para a política mundial, expressando-se na capacidade de um Estado de influenciar outros Estados a seguirem um conjunto de ideias e de instituições preconizadas pelo Estado dirigente.

Entretanto, não estamos a dizer que há contradições entre Cox e Gramsci. Pelo contrário, há uma continuidade ou mesmo uma extensão do pensamento de Gramsci em Cox.

Segundo Gramsci (2001, p. 149):

No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico, etc., aliás, deve-se dizer que não há desenvolvimento no terreno econômico sem estes outros desenvolvimentos paralelos.

E, portanto, se a hegemonia, para além do campo político, é também econômica, “não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2007, p. 48). Conseqüentemente, na visão gramsciana, para o sucesso da hegemonia política é necessário a construção de uma hegemonia econômica e para tal é necessário ainda a consolidação de uma hegemonia cultural, tendo em vista a influência dominante de uma cultura sobre outras, a fim de alterar valores e padrões ou mesmo estabelecer novos hábitos ou princípios em outras culturas.

Por isso, para Gramsci (2007, p. 48-49) o Estado é concebido:

[...] como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima do próprio grupo, mas este desenvolvimento e expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, isto é, até o estreito interesse econômico-corporativo.

Logo, as hegemonias globais são a expansão (e a continuação) de processos de formação de hegemonias nacionais que, por sua vez, emergem de articulações internas de classes sociais que, na busca incessante pelo aumento do poder, internacionalizam-se. E associadas com o poder estatal fomentam capacidades de exportar valores e de transformar o Sistema Internacional. E embora Cox entenda que Gramsci não menosprezava o papel do Estado, a visão gramsciana apontava para a concepção reducionista do Estado, isto é, de um Estado que se expressava através do aparelho burocrático-militar envolto nos interesses das elites e que operava segundo os interesses dos grupos sociais dominantes.

Já Cox, olha-o como uma estrutura complexa, mas, essencial às Relações Internacionais, onde conflitos e tensões sociais se desenvolvem e, portanto, é também

onde a estrutura hegemónica é constituída e depois consolidada. Portanto, numa relação Cox-Gramsci, as hegemónias globais decorrem do alargamento da influência das hegemónias nacionais, cujos valores e ideologias são propagados do contexto nacional para o internacional, conseguindo estabelecer modelos político-económicos que passam a ser seguidos tanto pelos atores periféricos do SI quanto por atores de destaque, mas, não-hegemónicos.

Para Cox (1999) os poderes hegemónicos do cenário internacional não são, unicamente, poderes estatais. Antes, são poderes que organizam uma estrutura económica em escala global, em que se estabelece modos de produção dominantes e estes adentram em outros países, criando uma relação de dominação e subordinação nas relações económicas, produtivas e comerciais. Mas, é também uma dinâmica social complexa, pois, as relações económicas continuam a ser relações sociais e com interesses de classes. Estas, entretanto, se unem aos grupos dominantes de diferentes regiões do globo, estabelecendo vínculos e acordos que sejam benéficos para o alcance dos seus interesses.

Por isso, Cox (1999) identifica três forças essenciais na formação dos poderes hegemónicos, quais sejam: as capacidades materiais, as ideias (ou ideologias), e as instituições. Logo, um poder hegemónico se concretiza através da articulação de influências políticas, sociais, culturais e económicas, legitimando normas e regras que se globalizam e definem o comportamento dos Estados, assim como da sociedade civil. E, mediante o vínculo com instituições, tanto nacionais quanto internacionais, estabelecem mecanismos de controlo e de difusão de valores numa relação simbiótica entre capital privado e forças estatais.

Cox e Sinclair (1996) argumentam que as capacidades materiais são tanto as capacidades produtivas quanto organizacionais. Isto é, as capacidades de desenvolver e aplicar tecnologias capazes de incrementar a produção (e consequentemente, o comércio e a acumulação de capital) quanto a capacidade de estruturar a produção através de organizações (públicas e privadas) de maneira a otimizar o fluxo económico que decorre da relação produção x comercialização. Estas capacidades materiais também se aplicam à produção e aplicação de tecnologia militar, projetando força (ou a ideia de força) dos atores com tendências de dominação (regional ou global), assim como a capacidade de produzir conhecimento e, portanto, supremacia intelectual.

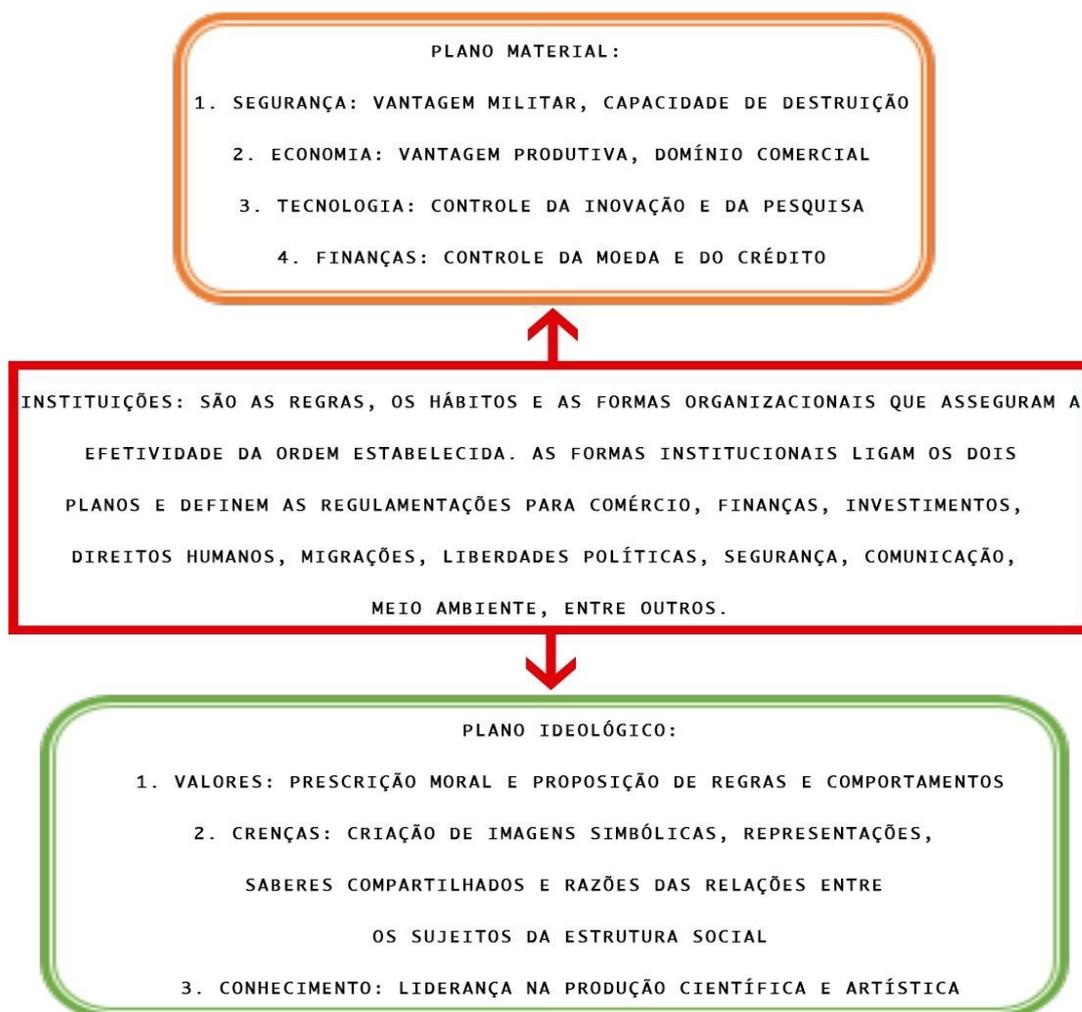
As capacidades ideológicas expressam-se no potencial de produzir, partilhar

e difundir ideias, padrões culturais e valores morais, criando assim uma estrutura social e coletiva que permita influenciar os padrões de comportamento, cujo objetivo do poder hegemônico é a aceitação, por parte dos demais atores, à submissão e ao cumprimento das regras que atendam os seus interesses. Segundo Faria (2013, p. 225), “tais valores precisam estar introjetados para que os comportamentos aconteçam de uma maneira proactiva à ordem internacional, para que eventuais ações anti-sistêmicas sejam evitadas”. Cox e Sinclair (1996) apontam que as capacidades ideológicas constituem padrões de comportamento que estabelecem a obediência geral às normas por parte dos diferentes grupos sociais e, assim, legitimando o poder (dominante), seja através de seus discursos seja através de hábitos e de aspectos culturais.

Faria (2013) considera que a capacidade institucional constitui o plano intermediária e de ligação entre as capacidades materiais e ideológicas, pois, ele cria formas organizacionais que asseguram a efetividade da ordem estabelecida, cimentando as regulamentações para o comércio, as finanças, as liberdades políticas, os meios de comunicação etc. Cox e Sinclair (1996, p. 11) sustentam que “as instituições fornecem a oportunidade para as forças sociais dominantes suavizarem sua dominação social através da compra de forças subordinadas, fortalecendo assim seu domínio através de um processo de construção de consenso”.

A figura abaixo ilustra a relação entre as capacidades sugeridas por Cox para a consolidação dos poderes hegemônicos.

Figura 3 - Plano material, institucional e ideológico dos poderes hegemônicos



Fonte: Faria (2013, p. 227)

Na perspectiva gramsciana pode-se, portanto, considerar que as instituições políticas, com especial destaque para as instituições do Estado, seriam atores essenciais para a consolidação das forças hegemônicas, evidenciando a capacidade de influência política dos grupos dominantes. E, servindo também como um aparato burocrático capaz de difundir os interesses dos poderes hegemônicos através da sincronia das capacidades acima citadas (materiais, ideologias, institucionais). Portanto, hegemonia é a eficiência e a eficácia de um certo grupo social constituir condições que lhe permita avançar em direção aos seus interesses – políticos e econômicos – em meio às condições sociais e culturais heterogêneas, criando condições materiais, ideológicas e institucionais que lhe garantam liderança moral, ética e intelectual, numa ordem subjetiva de dominação e preponderância sobre outras classes, organizações, corporações ou Estados. Além disso, a dominação não

é apenas um processo vertical de opressão ou controlo numa relação top-down, mas, carrega em suas estruturas e aplicação ações subjetivas que são continuamente difundidas em toda a sociedade.

5 AS POTÊNCIAS MÉDIAS NO SISTEMA INTERNACIONAL E O PROTAGONISMO CANADENSE NO ÁRTICO

Embora o debate sobre potências pequenas, potências médias e grandes potências seja antigo, mas também frequente nas Relações Internacionais, não é o nosso foco arguir a favor ou contra os conceitos já existentes na vasta literatura sobre o assunto. Pelo contrário, nosso objetivo é analisar um ator tido como potência média por excelência (a saber, o Canadá) para, então, analisar o seu protagonismo no Sistema Internacional, na era do Capitalismo Informacional. Por isso, analisamos no tópico a seguir a relação das potências médias, invocando alguns conceitos sobre estes atores, e a dinâmica do poder no SI.

5.1 A QUESTÃO DO PODER E AS POTÊNCIAS MÉDIAS

Ao considerarmos o papel de potências médias no Sistema Internacional, estamos inerentemente invocando a ideia de poder. Ainda que este termo tenha sido explorado, primeiramente, dentro do campo de estudo da Ciência Política, após a Primeira Guerra Mundial ele foi largamente incorporado nos estudos das Relações Internacionais e assume variadas perspectivas conforme a lente teórica de cada autor. Por isso, citamos alguns conceitos consoante a perspectiva de diferentes autores.

Evans e Newnham (1998) apontam que “poder” é um dos conceitos mais contestados no estudo das relações internacionais e seu uso no passado e no presente frequentemente provoca ambivalência e confusão. E Leal (2012) destaca que o poder tem sido objeto de discussão política desde Aristóteles (384 a.C – 322 a.C.), Maquiavel (1469-1527), e Weber (1864–1920) com preocupações referentes à “aquisição do Poder, da sua concentração e distribuição, da sua origem e legitimidade do exercício”.

Logo, frente à ampla gama de definições acerca do poder, vamos recorrer ao mainstream das RIs para considerar o poder a partir das abordagens clássicas. Embora “poder” seja o centro do debate das correntes realistas, o próprio realismo difere entre as suas vertentes sobre uma definição para poder. Considerações que relacionam poder com estruturas militares, políticas e econômicas percorre as teorias realistas, provocando falta de consenso entre os autores dessa corrente, Morgenthau

(1997), por exemplo, considera que uma nação pode ter poder se dispor de certos recursos não-operacionalizáveis, como por exemplo, território, recursos naturais e tamanho da população. Os neorrealistas, contudo, complementam o a ideia de poder do realismo e apontam que o poder de um Estado é definido a partir de suas capacidades materiais, tais como recursos naturais, território, tamanho da população e incluem a capacidade econômica, a força militar e a estabilidade política (WALTZ, 1979). Ou ainda, tal como define Mearsheimer (2001), o poder de um Estado requer a disponibilidade de forças armadas convencionais, tamanho da população, condição econômicas, especialmente o Produto Interno Bruto de um país e capacidade estratégica de reação à ataques inimigos.

Strange (1996) considera a predominância das questões econômicas na medição e no exercício do poder. E, por isso, estabeleceu o conceito de poder estrutural, onde desenvolvem-se estruturas de ação do Estado através das quais estes atores interagem com outros Estados, bem como com organizações e corporações. Já pela lente da corrente liberal, Keohane (1984) considera que o poder de um Estado está mais diretamente relacionado com as suas capacidades de alterar o status quo do sistema internacional, ou mesmo definir as tendências do SI. A lógica nessa perspectiva é o poder econômico destes Estados, de maneira que eles consigam, tanto individualmente quanto através de acordos e alianças estratégicas, afetar o sistema a partir dos seus interesses.

Na mesma ótica de Keohane, Joseph Nye (1990) sugere que o poder contemplado pelo realismo não tem mais relevância definitiva para o alcance dos objetivos de um Estado, visto que um número cada vez mais crescente de Estados dispõe de tecnologia militar de ponta e armas mais potentes, o que, segundo Nye (1990) faz com que o uso direto da força para o ganho econômicos seja muito caro e perigoso para as grandes potências modernas. Por isso, usar um novo tipo de poder, denominado pelo autor de soft power pode ser muito mais vantajoso em um mundo altamente conectado pelas tecnologias da informação e comunicação que, conforme expusemos no tópico anterior, transformou a sociedade industrial em uma estrutura onde questões econômicas, políticas, sociais e culturais estão intensamente conectadas em uma rede de comunicação e troca de informação, afetando toda a estrutura produtiva pós-industrial.

A relação entre atores estatais e atores privados, entre indivíduos e organizações, entre pequenos países e grandes potências, formou uma condição de

interdependência entre atores de todo o mundo, onde questões relacionadas com segurança, comércio e finanças funcionam através de grandes de rede de cooperação em escala global. E nesse contexto, Nye (1990) afirma que Interdependência não significa harmonia, mas sim uma relação dependência mútua, em busca de equilíbrio. Ou seja, há embora haja uma evidente dominação de certos atores sobre outros no Sistema Internacional, todos precisam encontrar equilíbrio entre as relações constituídas nas diversas esferas em que os Estado – bem como as suas empresas nacionais – atuam. Tal como sugerimos anteriormente, continua a existir uma relação de dominação no SI. Os Estados que alcançaram certa posição, no cenário internacional, durante o período que marcou os processos de industrialização pelo mundo, são aqueles que ainda dispõem posições de liderança na política e na economia global. Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, Rússia etc, são exemplos que de países que se industrializaram, inclusive antes que muitas outras nações do globo, e assumiram uma posição de liderança no Sistema Internacional, seja na esfera política, seja na esfera econômica. E mesmo em um cenário pós-industrial, informacional e interdependente, esses Estados continuam a exercer alguma superioridade nas decisões políticas e econômicas do mundo contemporâneo.

A necessidade de equilíbrio nas relações políticas e econômicas internacionais é inerente a todos os Estados, e não apenas aos pequenos ou médios. Pois, a complexidade econômica construída no modelo de acumulação flexível impôs aos atores, especialmente aos Estados, uma integração global que se for respeitada por vários atores acaba por contribuir no alcance de objetivos comuns e coletivos. Consequentemente, movimentos isolacionistas ou extremados, direcionados para a aplicação do hard power não trazem mais necessariamente, aos interesses dos atores, garantias de atingimento de seus objetivos. Por isso, Nye (1990) considera que o soft power, seja através da diplomacia, do uso da informação, da propaganda e da difusão de valores culturais são muito mais úteis para alcançar fins políticos e econômicos, em um mundo interdependente. Foi justamente isto que Keohane e Nye (1989, p. 3) supunham ao afirmarem que “we live in an era of interdependence”, uma vez que o poder estava assumindo um novo paradigma em um mundo interdependente cuja intensidade marcou o sistema internacional no último quarto do século XX.

Além disso, o cenário que apontamos no tópico anterior, quando a revolução

tecnológica, apoiada por políticas neoliberais despontaram no mundo capitalista pós-industrial, o papel dos Estados na política internacional passou a se questionado, tendo em vista a alavancagem da iniciativa privada e de empresas multinacionais com alcance de produção e de comércio dispersos por todo o mundo. Por isso, “today other actors are becoming increasingly important” e “the rapid growth of private actors operating across international borders, whether large corporations or political groups, was widely recognized in the early 1970s” (NYE, 1990, p. 156). Além disso, a modernização, a urbanização, aumento das comunicações nos países em desenvolvimento, os fluxos de capital e de pessoas por todo o mundo, a troca de mensagens e de informações através de fronteiras e as redes de comércio global, contribuíram para afetar a ideia – o uso – do poder na perceptiva mais clássica da Ciência Política.

Logo, em uma perspectiva que coaduna com o cenário da sociedade informacional, (NYE, 2001) afirma que o poder, sob a direção do realismo, não se compatibiliza mais o mundo contemporânea, em função das intensas modificações ocorridas a partir dos anos 70. Pois, as estratégias de comunicação em larga escala, e as redes internacionais que propagam tanto interesses comerciais e econômicos, como políticos, sociais e ambientais, reforçam a importância do soft power e este, por sua vez, demanda a habilidade de um Estado influenciar o comportamento ou os interesses de outros Estado, de maneira indireta, através de meios culturais ou ideológicos, sem que para isso precise usar a força militar e coercitiva (NYE, 1990 e 2001).

Assim, é que estabelecemos a importância entre as potências médias do Sistema Internacional contemporâneo e o cenário econômico mundial, a partir dos anos 70 e 80 do século XX. Pois, enquanto no passado apenas as grandes potências importavam para a Política Internacional e somente elas exerciam poder de negociação entre os atores do SI, a diluição do poder no século XXI contribui para que um número expressivo de países utilize outros tipos de poder – que não seja o poder militar – para barganhar seus interesses, inclusive, com grandes potências. E as relações em rede, a busca pelo equilíbrio nas diversas esferas das relações internacionais e a interdependência econômica apontam possibilidades reais de um balanceamento entre as nações cujo medida não está nem na sua capacidade militar, nem na dimensão do território, nem em armas estratégicas, nem no tamanho da população, mas, no papel ocupado em larga rede econômica e comercial dispersa

por todo o globo. Nesse cenário é possível que a potências médias sejam nem apenas relevantes, mas cruciais na nova ordem mundial.

As considerações acerca desse tipo de ator apresentam, fundamentalmente, duas características acerca das middle powers:

- a) a partir da força militar, capacidade tecnológica e posicionamento geoestratégico;
- b) a partir da capacidade de influenciar outros atores (estatais, privados, sociedades etc) com ideais de uma orientação democrática e cuja liderança pode ser exercida pela capacidade de transmitir valores e normas de tal maneira que suas preocupações na política internacional são legitimados pelas sociedades.

Para Scott, Vom Hau e Hulme (2010, p. 3):

A newly emerging middle is changing the global balance of power. Middle-income countries contain around two-thirds of the world's population [...]. Middle income countries have also started to play a major role as regional powerhouses and independent actors in various arenas of global governance, including trade, intellectual property rights, and aid[...]

E, portanto, o protagonismo de países que antes não tinham espaço ou reconhecimento internacional, justamente, por não terem as estruturas de poder sugeridas pela lente do realismo, mostram-se agora capazes de articular participação e interesses no político e econômico internacional. Pois, sob a ótica realista, os Estados que não conseguiam chegar à condição de grande potência ficavam condicionados, enquanto pequenas e médias potências, aos interesses dos Estados realmente influentes no Sistema Internacional. Contudo, a partir de um olhar mais pluralista, com especial destaque para a importância das relações econômicas e a interdependência constituída entre os atores desse cenário, é possível discutir a importância de outros atores, incluindo-se as potências médias.

Além disso, essa nova lógica de poder nas RIs – que em nossa ótica perpassa pelas transformações econômicas e sociais que estamos a considerar no decorrer deste trabalho – traz à tona também uma nova lógica na hierarquização do sistema internacional. Pois, uma vez que emergem novos atores, com novos poderes e capacidade de influência, simultaneamente os atores que anteriormente ocupavam posições de proeminência nas relações políticas e econômicas podem ser ameaçados pela reestruturação desse sistema.

[...] the very nature of world politics is changing. The power of nations – that age-old touchstone of analysts and statesmen – has become more elusive: “calculations of power are even more delicate and deceptive than in previous ages.” Henry Kissinger, though deeply rooted in the classical tradition, has stated that “the traditional agenda of international affairs – the balance among major power, the security of nations – no longer defines our perils or our possibilities. [...] Now we are entering a new era. Old international patterns are crumbling; old slogans are uninformative; old solutions are unavailing. The world has become more interdependent in economics, in communications, in human aspirations. (KEOHANE; NYE, 1989, p.3)

A ideia de hegemonia compreende, em sua essência, as questões econômicas. Segundo Cox (2007, p.113) a “hegemonia no plano internacional não é apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados”. Para esse autor, a hegemonia mundial “pode ser definida como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e não pode ser apenas uma dessas”. Ou seja, até mesmo para tratar-se hegemonia, que se supõe uma relação vertical de dominação e de uso do poder, é necessário pensar na integração das esferas políticas e sociais com a econômica. Então, ao abordar a diversidade de atores no atual contexto da EPI, pensamos ainda mais em como se estreitam as relações econômicas entre atores que se conectam em redes mundiais e que seguem padrões, normas e valores disseminados em todo o mundo em prol de uma integração econômica cada vez mais ampla.

Para Scott, Vom Hau e Hulme (2010) as potências médias têm evidenciado um papel cada vez mais proeminente nas arenas regionais e globais. E para Nolte (2010) as potências médias no novo contexto internacional não são apenas definidas pelo seu papel na política internacional, mas também consoante as suas influências regionais e seus recursos de poder em uma escala global. E Joordam (2003, p.165) considera que:

Middle powers are states that are neither great nor small in terms of international power, capacity and influence, and demonstrate a propensity to promote cohesion and stability in the world system. Despite problems of classification, a consensus has developed that states such as Australia, Canada, Norway and Sweden are middle powers. However, that consensus

on middle-power identification is being undermined by the recent inclusion of such states as, among others, Argentina, Brazil, Nigeria, Malaysia, South Africa and Turkey in the middle-power category.

Podemos, ainda, estabelecer aproximações entre as potências médias do sistema internacional e questões relativas à EPI e aos modelos de acumulação, especialmente na atuação econômica destes países. Enquanto a economia política mundial, ao longo do século XX, era considerada *low politics* e a ótica realista conduzia a atuação dos Estados para questões relativas ao poder militar – característico de grandes potências –, o debate ficava restrito a um certo número de atores no plano internacional capazes de se projetarem primeiro militarmente para então garantir sua segurança econômica (NYE, 2002). Mas, no atual contexto - político e econômico -, a diversidade de atores, o dinamismo da economia global e a interdependência entre diversos atores em um cenário globalizado (KEOHANE, 1988) nos permite evidenciar que os todos países apresentam algum grau de relevância para as análises da economia política internacional.

Pois, a interdependência econômica e a conexão de redes de produção entre países desenvolvidos e emergentes, colocou todo o globo em evidência, de maneira que a instabilidade ou a ação de qualquer Estado pode afetar de diversas maneiras outros Estados e nações.

La importante función de mediatización desempeñada por las potencias medias, en el doble sentido apuntado, las convierte en actores relevantes para el mantenimiento de las estructuras internacionales, así como en garantía de su progresiva adaptación a los cambios que se operan en el panorama interestatal. Esta es la razón, a nuestro juicio, por la que desde el siglo XIX se consagra, tanto desde el punto de vista jurídico como organizativo, el principio de asociación de las potencias medias a las decisiones de las grandes potencias en la solución de aquellas cuestiones internacionales, regionales o sectoriales, que afectan a alguna o algunas de tales potencias. (CALDUCH, 1991, p. 10)

E Leusin Júnior (2015, p. 21) considera que a capacidade das Potências Médias se expressa no seu “potencial de influenciar o SI de um grupo maior de estados com características, principalmente materiais, semelhantes compartilhadas”. E Moore (2007) sustenta que esta capacidade influenciadora se concretiza por causa da articulação destas potências em protagonizar ações normativas no sistema internacional, percorrendo as estruturas legais e os regimes em marcha no SI. Além disso, Moore (2007, p. 7) considera que as potências médias

apresentam características comportamentais, ideológicas e materiais:

In behavioural terms, working to assure the primacy of international law and negotiated resolution of conflicts, with the neutrality that such a position implies; in ideological terms, as seeking foreign policy autonomy, with a critical outlook on the existing international order, even with limited means to change it; and as possessing a measure of traditional [military and economic] power capacity, giving it the basis from which to influence international issues and decisions beyond its immediate region and incommensurate with its size.

Além disso, Moore (2007) também considera que as potências médias, além da sua influência normativa, buscam maior participação nas questões de bem comum, pois, carecem de recursos e estruturas materiais tradicionais que caracterizam as grandes potências. Por exemplo, embora elas não questionem diretamente as regras centrais da ordem internacional, elas criticam a distribuição internacional de energia. E, portanto, contribuem no equilíbrio do poder do sistema internacional e articulam a promoção da paz e da ordem, sem ações costumeiramente agressivas ou ameaçadoras.

5.2 O CANADÁ COMO POTÊNCIA MÉDIA

Como já sugerido no tópico anterior, o termo “potência média” refere-se àqueles Estados que não exercem primado no Sistema Internacional e, a nível de hard power não são condutores das decisões cruciais e tão pouco os definidores do rumo do SI. Essencialmente as potências médias apresentam duas características principais: influência económica, sendo capazes de condicionar acordos e relações económicas- comerciais com outros países, sem, contudo, ocuparem a posição de dominação; e influência ideológica global, sendo capazes de influenciar a ordem mundial através de valores por eles defendidos, sem terem, entretanto, a palavra final e determinante nas áreas de sua influência.

A estratégia usada por tais atores para expor seus interesses e para ocupar um lugar de relevância na ordem mundial é conquistar influência ideológica e normativa, atraindo as atenções para questões morais ou para a necessidade de ações acauteladas nos problemas globais e de interesse coletivo. Portanto, usualmente as potências médias têm influência moderada sobre os eventos internacionais, e por isso contornam esta condição buscando exercer algum tipo de liderança moral; ou atuando

como mediadores de conflitos, ou defendendo temas como direitos humanos, segurança humana, manutenção da paz, práticas democráticas, desenvolvimento sustentável etc.

O Canadá, seguindo a tendência característica de uma potência média, participa ativamente de ações multilaterais através de organizações intergovernamentais, promovendo a defesa dos direitos humanos e de práticas democráticas, tendo tais questões como instrumentos de influência ideológica a nível global e também como um mecanismo de diplomacia humanitária. Segundo Lallande (2013), o Canadá promove a sua participação no cenário internacional mediante instituições multilaterais e com alcance global, mas que para além da projeção de seus interesses políticos ajudam também no alcance de seus interesses económicos. E para Hayes (1997) o papel de um ator pacificador é marcante no comportamento canadense, que procura definir a sua identidade no cenário político internacional como um ator que prefere mediar a lutar. Mas, que ainda assim segue em busca de seus interesses sem abandonar sua projeção econômica.

Tal condição começou a se evidenciar no cenário multipolar e interdependente que emergiu no último quarto do século XX, paralelamente ao avanço do capitalismo informacional e do deslocamento do sistema de produção capitalista centrado na das principais potências para diversas partes do mundo, estabelecendo globalmente o modelo de acumulação flexível. Até aquele o momento, o Canadá ainda tinha uma tímida participação no cenário internacional, pois, o país foi – tal como mencionado no tópico anterior – politicamente influenciado, até 1931, pelo Reino Unido que impedia a existência de uma política externa canadense, bem como proibia que suas colônias assinassem tratados, fizessem alianças, nomeassem embaixadores, entrassem em guerra ou interagissem com outros países sem a aprovação de Londres (MCCULLOUGH, 2019).

E mesmo nos anos que seguiram à Segunda Grande Guerra, Leusin Júnior (2015) aponta que as potências médias, tais como Canadá, ainda careciam de relevância na dinâmica do poder do Sistema Internacional no pós-guerra. Condição esta que se justifica, pois as estruturas políticas e econômicas daquele período estavam fundamentas no fordismo que, como já explicado anteriormente, contribuía no acúmulo de poder através do sistema produtivo cujas estruturas materiais e oportunidades de acúmulo de capital se voltavam para os países que mais habilmente haviam conseguido organizar-se internamente na relação produção-consumo-

acumulação e que depois haviam conseguido internacionalizar suas empresas (privadas ou estatais), bem como projetar suas capacidades no plano internacional.

Contudo, ainda assim o Canadá já dava sinais de querer assumir uma postura mais autônoma, no início da segunda metade do século XX, especialmente para um país com perfil de potência média. Segundo Holmes (2006), a diplomacia canadense se articulava de maneira a encontrar independência de influências norte-americana e britânica. E como um poder médio, o Canadá poderia ter sido um representante dos Estados com este perfil no cenário internacional, dialogando com as questões que contribuíssem no bem comum e não apenas em temáticas de interesses exclusivamente egoístas. Holmes (2006) também aponta que naquele período sugeriu-se a possibilidade de formação de um de um bloco de potências médias no Sistema Internacional e que se tal ideia se consolidasse o Canadá teria sido o principal expoente, visto que por não ser um poder demasiado grande e nem hegemônico, com boa articulação na mediação de conflitos internacionais.

Entretanto, tal proposta nunca se materializou porque a maioria dos Estados deste perfil foram impelidos a associarem-se às hegemônias globais, assumindo um alinhamento com a OTAN ou com o Pacto de Varsóvia. Condição esta que ao nosso ver é apenas decorrente do modelo de acumulação fordista, onde a estrutura verticalizada de poder, fundamentada numa lógica puramente economicista e, portanto, determinada pela capacidade produtiva de cada Estado, acabava por formar Estados poderosos que submetiam as potências médias ao seu poder e influência.

Inicialmente, a política externa canadense esteve voltada para as suas relações diretas com os Estados Unidos, o quê muitas vezes contribuiu para que o Canadá fosse visto como uma extensão dos interesses norte-americanos. Tal relação foi também impulsionada por uma estratégia canadense que, tendo se libertado da influência britânica se aproximou de um parceiro economicamente forte e territorialmente extenso com capacidade de consumir as exportações do país. Reforça-se neste caso que esta condição foi mais uma evidência do modelo de acumulação fordista, onde o capital se acumulava nos principais centros produtores e consumidores do mundo ocidental e a projeção no sistema internacional dava-se por parte de grandes potências.

Embora os Estados Unidos continue sendo, desde o século XX, o grande parceiro comercial do Canadá, absorvendo mais da metade da exportação canadense, desde o início do século XXI o Canadá tem alargado os seus parceiros

comerciais. O contexto multipolar, tendo tornado cada vez mais relevante a integração das potências médias no cenário econômico internacional, permitiu ao Canadá também expressar algumas insatisfações com a política externa dos Estados Unidos e favoreceu o alargamento de relações canadenses com outros atores, tais como China e Arábia Saudita (MCCULLOUGH, 2019).

Portanto, no modelo de acumulação flexível, a integração global de atores variados – Estados, corporações multinacionais, organizações transnacionais etc – impeliu as Potências Médias, como por exemplo Canadá e Austrália, a buscarem o bem comum no SI “como forma de defender interesses coletivos, mas também invocando e fazendo uso das regras disponíveis e estabelecidas pela ordem mundial” (LEUSIN JÚNIOR, 2015, p. 21). Tal condição evidencia-se quando uma potência média como Canadá decide defender, por exemplo, questões voltadas para a Segurança Humana. Pois, este é essencialmente um assunto de dimensão global, de interesse coletivo e que defende o bem-estar e a segurança da raça humana a nível mundial.

5.2.1 Caracterização do Canadá

O Canadá é um segundo país com maior extensão territorial do mundo e o primeiro em extensão territorial no continente americano. Seu território alcança três oceanos, o Pacífico a oeste, o Atlântico ao leste e o Oceano Ártico ao norte. Ao sul, faz fronteira com o Estados Unidos, formando a mais longa fronteira terrestre do mundo. Embora a independência do país em relação ao Reino Unido tenha ocorrido em 1867, o controle britânico sobre o Ministério das Relações Exteriores canadense se manteve até 1931. Somente a partir deste ano é que o rompeu-se a dependência jurídica do Parlamento Britânico. Ainda que o Canadá seja uma federação com um regime democrático parlamentar, ele é também uma monarquia constitucional que tem a Rainha Elizabeth II como chefe de Estado (marcando os vínculos históricos com o Reino Unido). Sendo assim, a rainha britânica é, constitucionalmente, representada no território canadense pelo Governador Geral do Canadá, no cargo de Primeiro-ministro do país.

No passado o seu território foi ocupado e explorado por franceses e britânicos e ainda hoje é um país bilíngue, tendo tanto o inglês como o francês como línguas

oficiais. Sua economia está entre a mais influentes do mundo, sendo membro do G7⁷ e do G20⁸, e também de outros organismos internacionais tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC - Asia-Pacific Economic Cooperation) etc. A participação nestes organismos é uma clara evidência do seu papel como potência média que busca exercer influência por vias não tradicionais, sem uso de hard power e sem uma estrutura de poder capaz de acumular recursos característico da era fordista. Pelo contrário, como ator revelante do atual cenário da acumulação flexível, o Canadá busca se articular em diferentes frentes, buscando contribuir em assuntos globais. Segundo Chapnick (in Black *et al*, 2016, online) o Canadá tem:

[...] an open economy that benefits from a stable, peaceful, rules-based international system. As a relatively small, but still active and contributing member of the G7, the G20, NATO, the OECD, the Commonwealth, la Francophonie, the OAS, and so many other multilateral organizations and alliances, it has the capacity to make the occasional difference in world affairs – be it helpful or harmful – and a sense of global self-importance that vastly exceeds its actual historical contributions.

O país desfruta também de abundantes recursos naturais, sendo que um volume considerável destes se encontram no extremo norte do território canadense, mais especificamente suas terras e regiões marítimas que estão dentro do Círculo Polar Ártico (CPA). Condição esta que tem condicionado o protagonismo do país na sua relação com grandes potências do sistema internacional, tais como Estados Unidos e Rússia, e reforçado investimentos em segurança e defesa, bem como em investigações científicas nesta região.

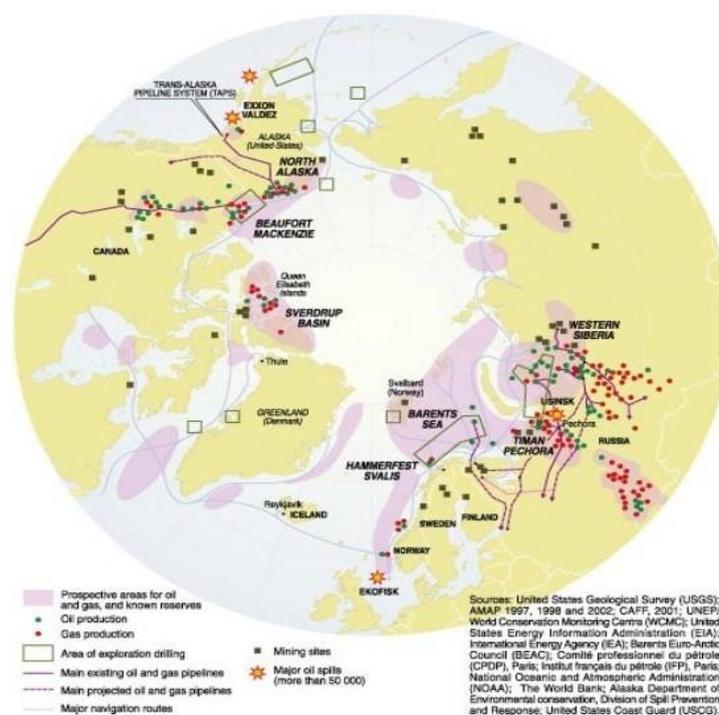
Great power interests are intersecting in the melting Arctic. To control the Northern Sea Route, Russia is establishing a network of Arctic naval bases and permanently basing ground forces there. Its new naval doctrine, buttressed by new ships and submarines, proclaims the region to be a top priority. China's leadership sees the Arctic as a critical time-saving shipping route to Europe – key to the economic growth that it needs to maintain its hold on power. It is seeking an Arctic shipping hub, has one Polar Class icebreaker regularly traversing the Arctic, and is building a second (BLACK *et al*, 2016, online).

⁷ Grupo constituído pelos 7 países considerados os mais industrializados do mundo e que, segundo o FMI, contemplam 64% da riqueza global.

⁸ Grupo com fins econômicos constituído pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais de 19 países que estão entre as maiores economias do mundo, e também a União Europeia.

Para Kolisnek (2008) o Canadá é um dos principais fornecedores de petróleo dos Estados Unidos, exportando cerca de 2 milhões de barris por dia para o seu vizinho. Embora a região ártica não seja ainda a principal fonte de extração petrolífera canadense, ela tem crescido conforme crescem as pesquisas no Ártico e, conseqüentemente, o descobrimento de novas fontes de recursos naturais, incluindo o petróleo. Segundo o Natural Resources Canada (NRC), o Canadá dispõe de significativas reservas de petróleo bruto, perfazendo um total de 178 bilhões de barris, ficando atrás apenas da Arábia Saudita. E 30% das reservas potenciais canadenses localizam-se no Ártico. O constante degelo no Ártico, além das rotas de navegação, vai também favorecer o aumento da exploração de petróleo, de gás natural e de atividades de mineração. Sendo que o Mar de Beaufort, entre o vale Mackenzie no Canadá e o litoral norte do Alasca são áreas de grande concentração de recursos naturais e, conseqüentemente, de grande interesse canadense e norte-americano.

Figura 4 - Áreas de potencial econômico no Ártico



Fonte: GRID-Arendal (2012)

Além disso, o comportamento canadense em relação ao Ártico destaca-se em comparação ao seu protagonismo em outras questões internacionais ou mesmo na sua política externa. Quando se aborda a questão do Ártico, o Canadá resiste com

veemência aos interesses de grandes atores, tais como Estados Unidos e Rússia, ou até mesmo de organizações transnacionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), buscando dinamizar seus próprios interesses. Além disso, numa clara vertente contra-hegemônica, o Canadá foi o primeiro estado, entre o fim dos anos 90 e início do século XX, a resgatar a necessidade de reconstrução das suas capacidades de segurança na região ártica.

Desde o fim da Guerra Fria os discursos acerca desta região estavam voltados para questões ambientais e para a sustentabilidade do Círculo Polar Norte, tendo em vista os impactos globais decorrentes das mudanças climáticas nesta área geográfica, bem como as suas potencialidades energéticas. O Canadá, contudo, expressou objeções aos interesses globais na região, com fortes restrições às oportunidades de acesso aos recursos naturais (tendo em vista a diminuição da camada de gelo decorrente do aumento da temperatura na Terra). E quando as atenções voltaram-se para a possibilidade de uso da Passagem Noroeste, contribuindo no encurtamento de rotas de navegação marítima, essencialmente entre a costa do Pacífico Norte do continente Norte Americano e a Europa, o Canadá igualmente mostrou-se discordante acerca deste assunto.

Por isso, a fim de evidenciar o papel canadense, enquanto potência média do sistema internacional, numa ótica filtrada pela Teoria Crítica, nos próximos tópicos apresentar-se-á o protagonismo do Canadá num caso prático. Isto é, delimitaremos o olhar para as ações e os discursos canadenses em relação ao Ártico, tendo em vista que o Canadá, na sua relação com esta região, assume um comportamento *sui generis*, opondo-se diretamente aos interesses de grandes potências. Pois, o objetivo desta tese é observar o comportamento de uma potência média no capitalismo informacional. E, assim, identificar se estes atores continuam alinhados aos atores centrais e hegemônicos do Sistema Internacional em contextos⁹ inseridos e integrados na globalização.

Enquanto no ápice do sistema de acumulação fordista, era nítida a dominação dos atores proeminentes naquele sistema (pelas condições que já apresentamos nos primeiros capítulos), importa agora saber se no sistema de acumulação flexível

⁹ Delimitamos a análise de uma potência média no cenário global, mas num recorte temporal contemporâneo em que evidencia-se o auge da dominação do capitalismo informacional e da acumulação flexível.

ainda há subjugação das potências médias às forças hegemônicas, ou se no atual cenário as potências médias assumem comportamentos mais autônomos e independentes, tendo em vista que a estrutura econômica global, organizada em rede e numa lógica de interdependência, encontram possibilidades para fazerem valer seus próprios interesses, não seguindo necessariamente os interesses hegemônicos dos atores mais influentes do SI.

Para isto, focaremos a análise no comportamento de um ator e no seu protagonismo numa determinada zona geográfica. Ou seja, olharemos para o Canadá (como já expresse anteriormente) e para o seu posicionamento na região ártica. Justificamos a escolha desta área geopolítica, pois ela tem sido considerada uma área sensível para a economia política internacional e que pode ser, conforme o desenrolar de ações no Círculo Polar Norte, uma região caracterizada pela cooperação ou por conflitos. E sendo uma área de atenções cada vez mais emergentes, ela enquadra-se, portanto, naquilo que almejamos que é não olhar apenas o protagonismo de atores centrais do SI e a partir de lente teóricas mainstream.

Pelo contrário, queremos olhar para atores considerados não centrais tendo como orientação teórica a Teoria Crítica e, conseqüentemente, podemos enquadrar estas duas questões se olharmos também para uma área não central – na ótica da geopolítica clássica – mas que tem recebido cada vez mais notoriedade. Além disso, o Ártico já foi considerado uma região relevante para a Segurança Humana¹⁰ e, conseqüentemente, uma região de relevância global em questões que de interesses coletivos e internacionais. Além disso, o Canadá tem uma grande extensão do seu território dentro do Círculo Polar Norte e é também considerado um Estado ártico.

Logo, esta é uma região que nos permite analisar se esta potência média atua numa lógica hegemônica ou contra-hegemônica no Sistema Internacional, no contexto que nos limitados a analisar. Pois, o Canadá tem presença geográfica, política e econômica na região ártica; encontra-se com duas grandes potências

¹⁰ Embora esta tese não tenha como assunto central a Segurança Humana, esta temática enquadra-se naquilo que foi mencionado no parágrafo anterior, quando dissemos que uma das estratégias das potências médias no contexto da acumulação flexível é defender interesses coletivos e usar regras estabelecidas pela ordem mundial. E, tal condição pode ser evidenciada quando um país não central do SI (e que muitas vezes foi considerado o quintal de uma grande potência, isto é, um ator influenciado pelos interesses dos Estados Unidos) opta por defender um tema não central na política internacional e tão pouco expresse como interesse das grandes potências, tal como as questões voltadas para a Segurança Humana. Além disso, esta temática tem uma dimensão global e um impacto coletivo uma vez que seu objetivo fim é o bem-estar, a preservação e a segurança da raça humana.

mundiais nesta mesma área (quais sejam; Estados Unidos e Rússia), e precisa lidar com outras potências globais não-árticas, mas que também se interessam intensamente pela região (quais sejam; China e União Europeia).

Sendo assim, apresentamos a seguir uma caracterização da região para em seguida analisar o papel do Canadá e sua atuação como potência média na região.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DO ÁRTICO

O Ártico é uma região situado no extremo norte do globo terrestre. Não é um continente e tão pouco uma porção de terra pertencente a qualquer país. Antes trata-se de uma extensão territorial localizada entre os continentes europeu, norte-americano e asiático, no extremo norte do globo e caracterizada como Círculo Polar Ártico ou Círculo Polar Norte. A região é composta por áreas terrestres, mares e rios, sendo que, aproximadamente 12,5 milhões km² correspondem a terras e 14 milhões km² a águas. Totalizando, o Ártico corresponde a uma extensão 26,5 milhões de km² que perpassam por territórios pertencentes à Rússia, Canadá, Estados Unidos, Islândia, Dinamarca e Noruega. Por esta área espalham-se igualmente cerca de quatro milhões de habitantes, pertencentes a populações indígenas (Inuit, Yupik, Saami, etc) e não-indígenas (indo-europeus e caucasianos).

A região tem um ecossistema frágil e tem sofrido, em especial nas últimas décadas, com o impacto das atividades humanas que ocorrem em outras partes do globo e que são prejudiciais ao meio ambiente. Emissão de gases poluentes (provenientes tanto de meios industriais e de mineração, como das atividades agropecuárias intensivas, como da própria vida urbana, como ainda das queimas), degradação ambiental (por infiltração de tóxicos nos solos e lençóis freáticos, excesso de plásticos, de medicamentos e de metais pesados nas águas), desmatamento e deflorestação, são todas elas atividades em crescendo na Terra e cujos reflexos são sentidos no Ártico, seja indiretamente através do aquecimento da temperatura do planeta, seja através da poluição que chega à região ártica por correntes de ar (MORITZ, BITZ E STEIG, 2002; FORD, SMITH E WANDEL, 2006; DELWORTH, ZENG E VECCHI, 2016).

Em um processo cada vez maior de integração do Ártico no mundo, o que inclui as esferas políticas, econômicas, sociais e ambientais, é possível observar que, atualmente, depois de sofrer durante anos os impactos das atividades humanas de

outras partes do planeta, agora é o Ártico quem está afetando o mundo com as alterações naturais pelas quais a região está passando. O derretimento acelerado do gelo, por exemplo, afeta o nível dos oceanos em regiões litorâneas, altera a temperatura das correntes marítimas que percorrem outros mares, e impacta na reprodução de espécies marítimas e aves que, através da interação sistêmica do meio ambiente, se relacionam com espécies animais de outros ecossistemas.

Simultaneamente às alterações climáticas, as relações econômicas e políticas entre os Estados de SI também sofrem impactos que decorrem de tais mudanças. Por exemplo, o derretimento do gelo no Ártico – uma clara evidência de alteração climáticas – tem facilitado a navegação marítima em águas que antes ficavam congeladas e que impediam o fluxo de navios, tanto comerciais quanto militares. O Oceano Glacial Ártico caracteriza-se, usualmente, por ter camadas de gelo espessas que chegam, nos meses de inverno, até as regiões costeiras dos países do Ártico. E, portanto, neste período do ano a navegação torna-se onerosa e demorada, exigindo navios com capacidades específicas para navegar neste tipo de ambiente.

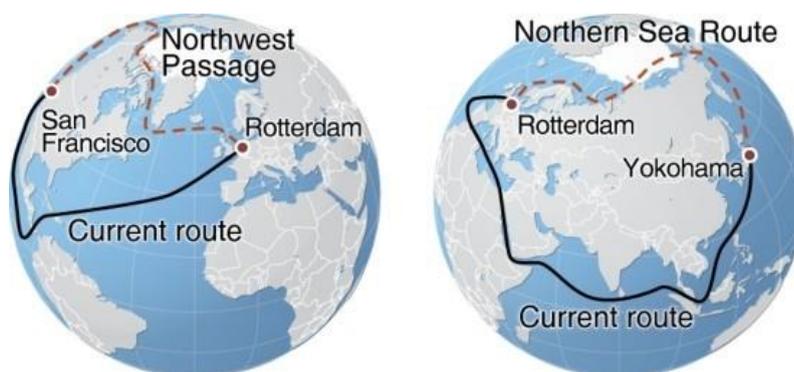
O derretimento do gelo tem provocado encurtamento na extensão da camada de gelo do Oceano Ártico, deixando livre as áreas marítimas mais próximas ao litoral dos países que constituem o Artic Five¹¹, tal como demonstra as figuras abaixo. O Canadá, contudo, tem tido um comportamento não muito recorrente de uma potência média, contestando os Estados Unidos e países europeus, na tentativa de proibir a navegação marítima por águas que permeiam o arquipélago de ilhas canadenses no extremo norte do país.

The Northwest Passage, the shipping route which winds through the many islands of the Canadian Arctic Archipelago, has long been claimed by Canada to be internal waters under its jurisdiction. However, this position is disputed by the U.S. (and various European countries) who argue that the Passage is an international strait joining "one area of high seas to another," i.e. Davis Strait in the east and the Beaufort Sea in the west. Thus, from the U.S administration's perspective, it does not fall under Canada's legal jurisdiction,

¹¹ Segundo Kuersten (*In* ARTIC YEAR BOOK 2016), o Artic Five é um agrupamento de cinco Estados do Ártico que tem seus litorais banhados pelo Oceano Ártico, quais sejam: Canadá, Dinamarca (Groenlândia), Noruega, Rússia e Estados Unidos da América (Alasca). O termo é utilizado apenas para referenciar a forma como estes países escolhem interagir e organizar-se em casos específicos. No entanto, essa associação não tem poder ou existência independente além dos Estados que a compõem. Ou seja, os Estados litorâneos do Ártico se encontram e negociam entre si de forma ad hoc. Não existe uma estrutura administrativa formal ou permanente subjacente ao agrupamento, é simplesmente um apelido para as interações envolvendo os cinco Estados cujas regiões soberanas de seus litorais estão dentro da ZEE na região Ártica.

and does not require Canadian government permission to sail through. As Arctic ice melts and clears the way for more trans-oceanic shipping, both commercial and military, this issue is expected to heat up. (EWART, 2019)

Figura 5 - Rotas de navegação que abrem-se com o degelo no Ártico



Fonte: GRID-Arendal (2007)

Figura 6 - Rota marítima da Passagem Noroeste



Fonte: Ewart (2019)

As questões ambientais que estão emergindo no Círculo Polar norte também evidenciam que certas características peculiares no cenário geopolítico da região, pois neste caso não foi a ação de Estados ou de atores transnacionais que provocaram mudanças – políticas, econômicas ou sociais – a partir de ações egoístas. Pelo contrário, a ação dos atores na região tem sido decorrente das

mudanças climáticas que, embora observadas em todo o mundo, a partir da segunda metade do século XX, tem agora promovido efeitos intensos na região ártica. Ou seja, foi somente a partir de alterações ambientais que evidenciou o surgimento de novas condições políticas e econômicas em uma região até então pouca referenciada na geopolítica global, nos pós-Guerra Fria.

Segundo a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)¹², entre 1987 e 2014 foram registrados índices crescentes de degelo do Ártico, sendo que em 2012 atingiu-se o recorde de derretimento quando a extensão da camada de gelo no oceano ficou reduzida a 3,41 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, reduziu 18% em relação à última medição feita em 2007. E as principais questões que vieram à tona, a partir do degelo no Ártico foram:

- a) com o derretimento do gelo as áreas de navegação no Ártico passaram a ser utilizáveis por mais tempo no decorrer do ano;
- b) a diminuição da espessura da camada de gelo facilitou o uso de maquinário especializado para a extração de óleo e gás natural do fundo do Oceano Ártico.

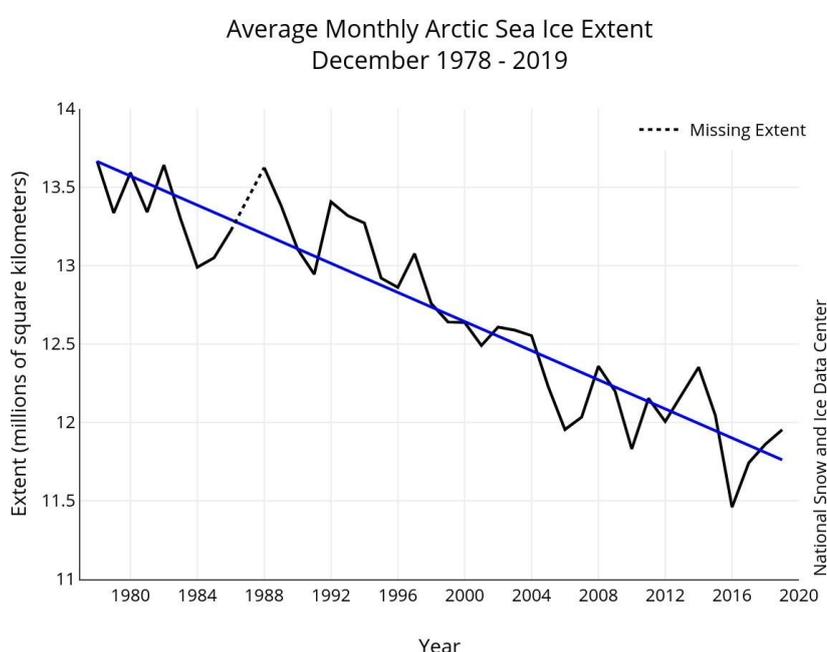
Em relação ao primeiro ponto, ao invés de certas regiões ficarem navegáveis, apenas, durante dois meses, no verão, o degelo possibilitou a circulação de navios por um maior período ao longo do ano, nessa região. Tal condição tem implicações diretas em assuntos econômicos e comerciais, uma vez que a navegação pelo Círculo Polar Norte permite o transporte de cargas diversas entre a Europa Ocidental, especialmente a região noroeste do continente europeu, e a costa leste asiática. Além disso, as conexões, através de navios, entre as costas leste e oeste do Canadá e entre as costas noroeste e oeste dos Estados Unidos, que utilizam hoje, essencialmente, o Canal do Panamá, poderão ser realizadas através do extremo norte, navegando por zonas que anteriormente permaneciam inacessíveis, ou acessíveis por um curto espaço de tempo no decorrer do ano. E a conexão marítima entre o nordeste asiático e a Europa, que hoje precisa percorrer rotas que passam pelo Oceano Índico, pelo Chifre da África e pelo Canal de Suez (rotas potencialmente perigosas pelas instabilidades das regiões e pela atuação de piratas), poderiam ser reconduzidas pelo Círculo Polar Norte, através do Oceano Ártico.

O segundo ponto é igualmente decorrente do degelo, mas ao invés de ter

¹² Disponível em <https://www.climate.gov/news-features/understanding-climate/2012-state-climate-arctic-sea-ice> e <https://earthsky.org/earth/noaa-releases-the-2012-arctic-report-card>.

relação com a extensão da camada de gelo, sua importância está na diminuição da espessura. Ao tornar-se mais fina, fica também mais fácil a perfuração do gelo e a consequente extração dos recursos naturais, especialmente, gás natural e óleo. Logo, o encurtamento das rotas de navegação, bem como o surgimento de novas rotas tem incrementos significativos nas relações comerciais entre os países do Ártico e entre países não-Árticos, e que podem se valer das novas oportunidades provocadas pelas mudanças climáticas.

Figura 7 - Média anual da extensão da camada de gelo no Ártico



Fonte: National Snow and Ice Data Center (2019)

O A extensão de gelo vem diminuindo de maneira constante desde que começou a ser analisada, no fim da década de 1970. A continuidade deste fenômeno tende a transformar o Ártico num oceano navegável, especialmente nos meses de verão. E nos meses de inverno, mesmo que haja formação de gelo, a tendência é que não se forme o gelo potencialmente perigoso para a navegação marítima, mas com

camadas mais finas. Segundo Byers (2009) esta condição já fez, no século XXI, com que a possibilidade de navegação na região fosse alterada de algumas semanas no ano para, mais ou menos, quatro à seis meses, ou seja, navegável quase a metade do ano.

Segundo Perry e Andersen (2012, p. 8), as novas rotas marítimas que estão se abrindo no Ártico “poderiam economizar bilhões de dólares por ano no setor de transporte (especialmente com relação aos superpetroleiros e outros grandes navios que não podem passar pelo canal de Suez ou Panamá)”. Além disso, os autores apontam que a possibilidade de livre navegação pelo Círculo Polar Ártico reduziria em 40% a distância de navegação de Yokohama, no Japão, a Roterdã, na Holanda (em comparação com a rota habitual através do Suez). E de Seattle, nos Estados Unidos a Roterdã, se o trajeto for a Passagem Noroeste, consegue-se uma redução de 25% em relação ao uso habitual pelo Canal do Panamá.

E uma vez que as alterações no Ártico demonstram efeitos em todo o globo e mudam os padrões climáticos em uma escala global, é evidente, então, que a região comece a atrair, cada vez mais, as atenções à nível global. Colocando assim desafios aos países da região, pois para além do diálogo entre eles, será também preciso dialogar com atores não-árticos, mas mundialmente reconhecidos ou pela sua capacidade econômica/produtiva, tal como a China, pela sua capacidade de inovação tecnológica, como a Alemanha e o Japão, ou pela sua influência normativa, tal como União Europeia. Um exemplo disto é o discurso do comissário da UE para o Meio Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, Karmenu Vella. Ele aponta que as alterações no meio ambiente da região ártica têm provocado, em outras partes do globo, incluindo a Europa, verões mais secos, invernos mais curtos, e tempestades e inundações mais frequentes, sendo isso tudo consequência do intenso processo de descongelamento do Ártico.

No entanto, o comissário argumenta que a preocupação da União Europeia com o Ártico não é apenas em relação aos aspectos ambientais:

But our concern for the Arctic is not only an environmental one. Our own security and prosperity are at stake: it is high time for an integrated European policy for the Arctic. We need a policy that champions social and economic development for the entire region above the polar circle. A responsible policy for the Arctic ecosystem. But also a policy that recognises the Arctic's strategic value for regional and global security, and its crucial place in our foreign policy (VELLA; MOGHERINI, 2016).

Brigham (2007, p. 27, tradução nossa) considera que a combinação de dois grandes fenômenos que estão ocorrendo no Ártico, isto é, as mudanças climáticas e aumento da exploração de recursos naturais, “pode transformar esta outrora remota área numa nova região de importância para a economia global”. E, conseqüentemente, tais questões levam o Ártico a transpor a condição de uma área geograficamente limitada pelo Círculo Polar Norte; politicamente limitada pelos Estados do Ártico; economicamente limitada pelo Conselho do Ártico; e culturalmente limitada pelos povos da região. O Ártico tornou-se, portanto, uma região global sobre a qual incidem interesses políticos, econômicos, ambientais e culturais de atores Árticos e não- Árticos, convergindo sobre ele uma verdadeira plêiade de ações transdisciplinares, visto que além dos Estados, há organizações não governamentais, grandes corporações, organizações sem fins lucrativos, associações de povos indígenas etc, que têm atuado nesta região.

5.3.1 Tensão ou cooperação no Ártico?

Segundo a Organização das Nações Unidas, 40% dos conflitos armados internos registrados nas últimas seis décadas, em todo o mundo, são decorrentes de disputas pelo controle de recursos naturais¹³. E a ótica realista das Relações Internacionais endossa essa possibilidade para o Ártico, sugerindo que existe, sim, uma tendência para conflitos armados na região. Conflitos que podem tanto se desenrolarem por causa de disputas pelo controle de rotas marítimas quanto pelo acesso aos recursos naturais. Contudo, o Ártico tem apresentado um cenário diferenciado, onde o conhecimento por recursos naturais sob a superfície gelo e o desejo de exploração desses recursos por parte de atores transnacionais e Estados nacionais, não tem provocado conflitos militares e armados. Pelo contrário, eventos ocorridos na primeira metade do século XXI tem evidenciado existe cooperação entre os Estados do Ártico. E, historicamente, não se registraram conflitos armados nesse espaço geopolítico, nem antes e nem depois das evidências sobre as alterações climáticas; nem durante e nem após a Guerra Fria; nem durante as crises do sistema

¹³ Informações disponível no portal ONU News (<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693501>) e no website da Nações Unidas – Brasil (<https://nacoesunidas.org/onu-40-dos-conflitos-armados-estao-relacionados-a-recursos-naturais/>)

financeiro mundial, como na década de 1970 ou em 2008, e nem após a reversão das crises. Ou seja, não há conflitos armados no Ártico e, além disso, tal como mencionamos, há, na verdade, sinais de cooperação entre os Estados da região.

De acordo com o ministro das Relações Exteriores da Noruega - Borge Brende na conferência Arctic Frontiers 2016¹⁴ - o desenvolvimento político e econômico do Ártico se dá através de relações pacíficas entre os atores da região, com foco na preservação do meio ambiente, segurança e paz. Assim, os Estados do Ártico “trabalhando no Conselho do Ártico [...] demonstraram que podem responder a novos desafios e estabelecer vínculos de cooperação” (BRENDÉ, 2016). Segundo o ministro, a região ártica desfruta de prosperidade e estabilidade que decorrem de muitos fatores, dentre eles acordos estabelecidos e cumpridos entre os Estados do Ártico e isso tem construído uma longa tradição de cooperação e não de confrontação entre os atores da região.

Internationally, the Arctic has been a haven of international cooperation and respect for international law. The rest of the world is experiencing turbulent times, but the Arctic has remained an oasis of tranquility. The dangerous road of confrontation and conflict has been avoided. The principal actors have seen the benefits of win-win.

Além disso, Brende (2016) destaca que o Oceano Ártico é “some of the best managed in the world. In the Barents Sea, science-based management and cooperation with Russia have ensured that we can enjoy high and sustained annual yields”. E um exemplo prático da fala do ministro norueguês foi a ocorrência registrada pela marinha russa, em dezembro de 2014, quando um navio de pesca sul coreano começou a afundar perto da costa russa, no Mar de Bering¹⁵. A marinha russa, por sua vez, contatou a Guarda Costeira norte-americana e a sequência dos factos foi marcada pela presença de três navios da guarda costeira norte americana, em águas russas, a resgatar o navio sul coreano. Tal ocorrência merece destaque, pois, nesse mesmo período se desenrolava e crise ucraniana. Enquanto as ações da Rússia, no leste europeu, provocaram oposição por parte dos Estados Unidos e da Europa

¹⁴ Website oficial da Conferência: <http://www.arcticfrontiers.com/>. O discurso do ministro, transcrito na íntegra, está disponível no website oficial do Governo da Noruega em: <https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/speech-arctic-frontiers/id2472163/>

¹⁵ O Mar de Bering está localizado no Oceano Pacífico, no extremo norte do globo, entre os territórios norte-americanos (Alasca) e russos (noroeste da Sibéria). Separa o continente asiático do americano e possui uma área aproximada de 2300 milhões de Km².

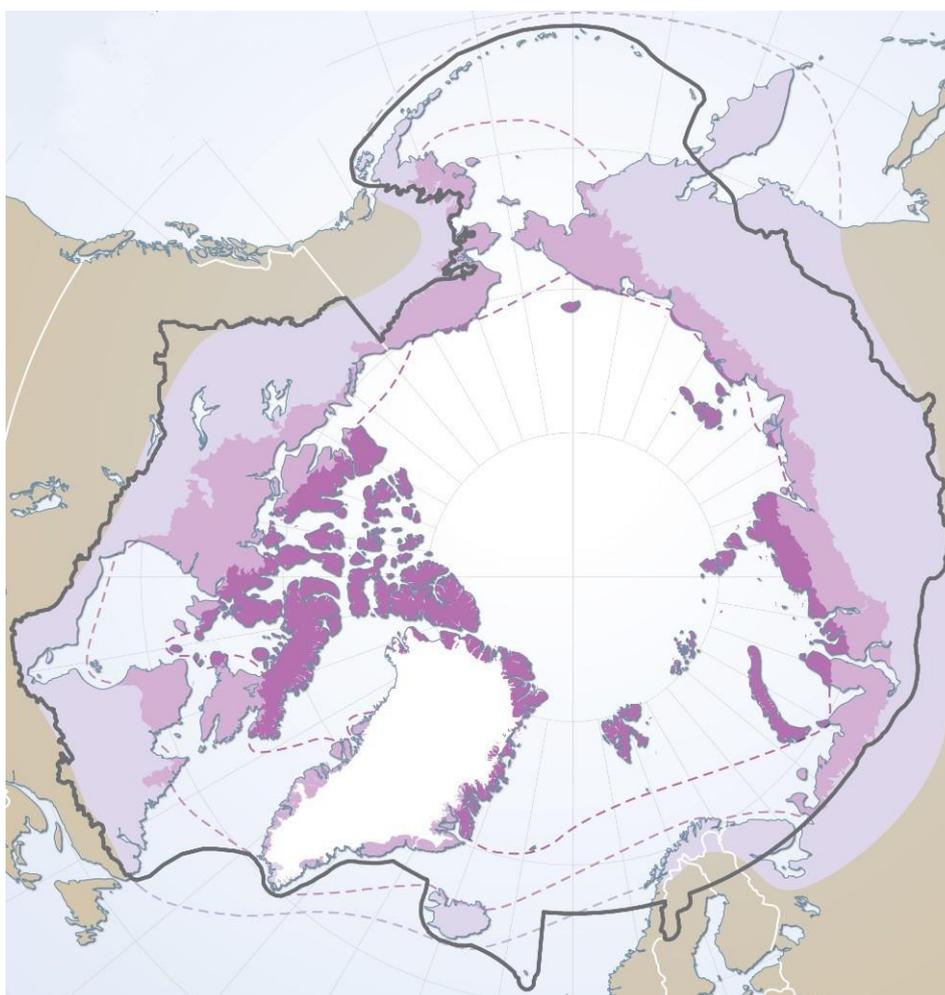
Ocidental, no Ártico esses mesmos atores atuaram conjuntamente com seus oponentes de outro cenário para a resolução da situação. Ou seja, enquanto no leste europeu os Estados Unidos e UE ameaçavam a Rússia com sanções, por causa de suas ações políticas, no Ártico a Rússia recorria à uma das grandes potências que lhe resistia em outro contexto para resolver a situação que se dava com um terceiro Estado – a Noruega (e cujo alinhamento político e econômico é justamente voltado para o ocidente). Este facto só foi possível por causa de acordos de cooperação multilateral entre os Estados do Ártico que naquela região caminham, historicamente, em direção à cooperação e não ao conflito.

Este cenário de cooperação, em andamento no Ártico, não deve ser unicamente decorrente dos desafios naturais e geográficos que a própria região impõe aos seus atores. Pois, seria viável pensar que as dificuldades de transpor as limitações impostas pela própria natureza, levaria os atores da região a cooperarem para juntos conseguirem superar essas condições e assim atuar, tanto comercialmente quanto militarmente, no Ártico. No entanto, apontamos que a cooperação entre os Estados do Ártico é decorrente de uma conjuntura política e econômica que vem sendo construída no decorrer dos anos e que conseguiu estabelecer, com sucesso, a cooperação entre os países do Ártico. Ademais, visto nenhum Estado ou Organização Internacional possuir soberania sobre o Ártico, mesmo as condições naturais não evitariam conflitos se o interesse de algum Estado fosse unicamente atuar de maneira unilateral.

A ausência de soberania sobre a região poderia ocasionar conflitos indiferente ao cenário em que os Estados precisam atuar. É importante mencionar ainda que a condição de cooperação no Ártico merece destaque, pois, como já explicado anteriormente, trata-se de um contexto sócio-político-econômico muito complexo, visto que o Ártico não é um continente ou uma porção territorial que pertence à algum país, ou mesmo uma porção territorial em disputa por certos países. Mas, trata-se, de uma região. Uma região que apresenta diferentes limitações e fronteiras, tanto geográfica quanto climáticas e que geopoliticamente tem uma configuração muito particular.

Na imagem abaixo, a linha contínua apresenta os limites do Ártico segundo a avaliação feita pela Arctic Monitoring and Assessment Programme (AMAP) que se preocupa em definir os limites do Ártico a partir de questões geográficas e climáticas (embora apontem que eles reconhecem o Ártico como um sistema global e fortemente conectado com outros sistemas ambientais do Terra). As linhas pontilhadas, por sua vez, representam limites sugeridos pelo Arctic Human Development Report (ADHR) cujos resultados são oriundos de grupo de trabalho do Sustainable Development Working Group (SDWG) vinculado ao Conselho do Ártico.

Figura 8 - Fronteiras geográficas e os limites do Ártico



Fonte: The Arctic Biodiversity Data Service (2011)

Além de suas potencialidades econômicas ficarem disponíveis por causa das

alterações climáticas e ambientais, politicamente o Ártico é o único território cercado por duas grandes potências e por países com características bem específicas na sua relação com a política internacional, tal como o Canadá e os países Escandinavos. Ambos representam ideais de democracia, multiculturalismo e propagação de valores que são apreciadas valorizadas pela comunidade internacional. Para Scott, Vom Hau e Hulme (2010, p. 3) a importância destes países é que eles “começaram a desempenhar um papel importante como potências regionais e como atores independentes em várias áreas da governança global”.

Outra particularidade é que, além de ser uma região cercada por Estados com estas características, as duas únicas grandes potências da região apresentam uma relação histórica de rivalidades em questões políticas e econômicas em diversas partes do globo. Mas, é no Ártico, contudo, que se encontra a única região da Terra em que estas potências se aproximam geograficamente. E, simultaneamente, é também no Ártico que, apesar da proximidade territorial entre Estados Unidos e Rússia, nunca se registrou um conflito direto entre as duas nações. Por mais que Rússia e Estados Unidos, durante a Guerra Fria, tenham disputado as suas respectivas zonas de influência ideológica e econômica, o acirramento das relações deu-se em territórios que ficavam ora perto dos Estados Unidos, como, por exemplo, a América Central, ora perto da Rússia como a Ásia Central, e, ainda, ora em territórios distantes de ambos como os países africanos. No entanto, apesar da proximidade entre elas no Estreito de Bering¹⁶, com uma distância de 85 quilômetros entre o Alasca e o Extremo Oriente russo, não houve desdobramentos mais intensos entre esses países no Ártico.

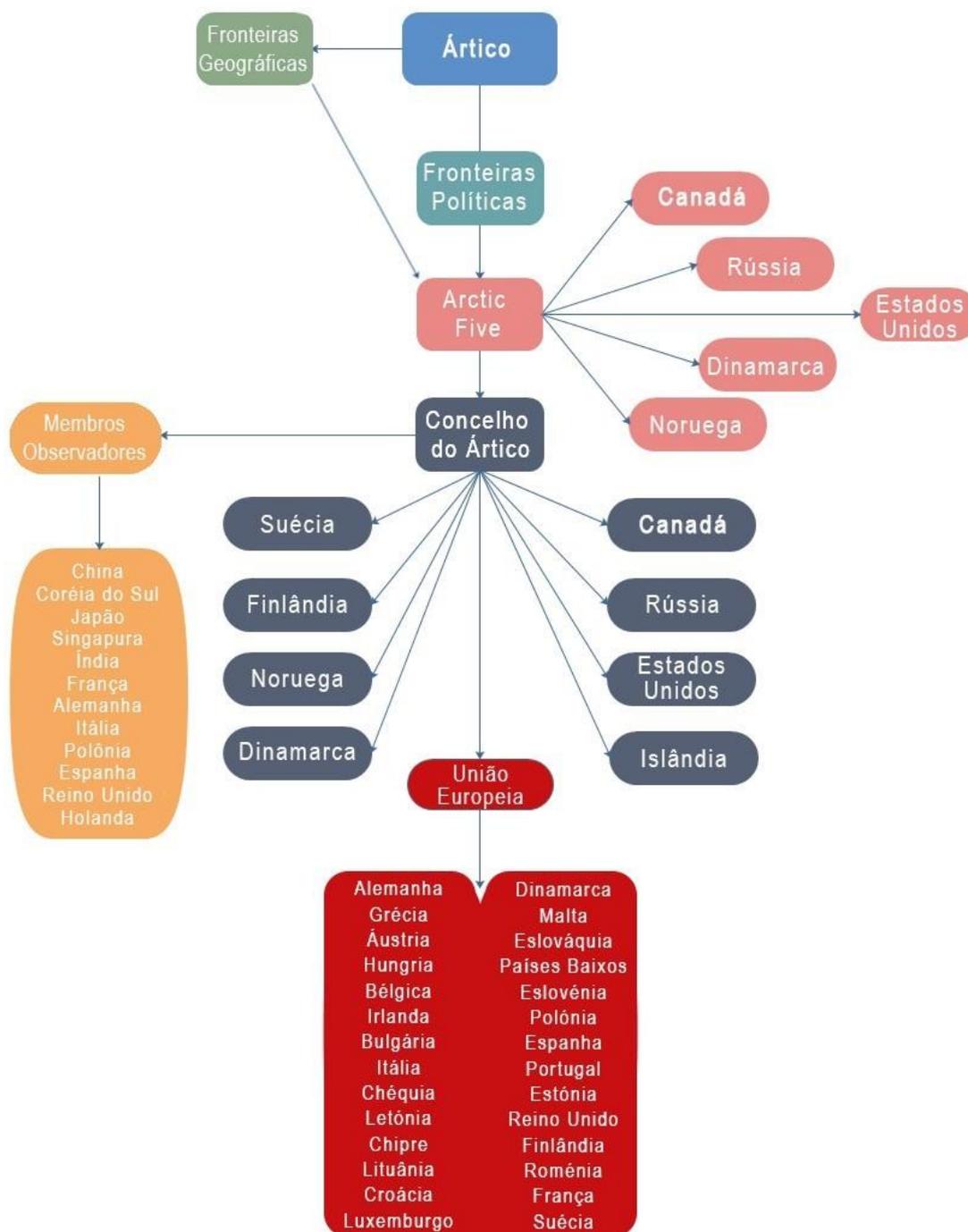
O Ártico, portanto, apresenta condições únicas e até o momento não evidenciadas em outros espaços geopolíticos do globo. É o único espaço cuja atividade econômica aflorou com intensidade por causa das mudanças climáticas e o único delimitado geograficamente pelas duas principais e grandes potências com projeção histórica na política internacional. É também o único espaço em que essas duas grandes potências se aproximam territorialmente, sendo ainda cercado por um

¹⁶ A largura do canal que separa América do Norte da Ásia, ou seja, o Estreito de Bering, é de 85 km. No entanto, no meio do canal existem duas ilhas - Diomedes Maior e Diomedes Menor – que pertencem, respectivamente, à Rússia e aos Estados Unidos. A distância entre as duas ilhas é de apenas 4 km. Logo, o território soberano russo e o território soberano norte-americano ficam separados por apenas quatro quilômetros, quando considera a distância entre as duas ilhas.

grupo de países com poder de influência normativa e ideológica na comunidade internacional, tais como os países escandinavos. Ademais, a partir destes Estados União Europeia também consegue exercer alguma influência na região, sendo a UE é um ator largamente conhecido pelo seu poder de influenciar o mundo com normas e valores, de defender o uso do poder econômico e comercial ao invés do militar e que dispõe de uma profunda capacidade de projetar o desenvolvimento global através da cooperação.

A imagem abaixo (figura 9) apresenta a estrutura de atores que se relacionam com o Ártico no século XXI. É possível compreender, ao olhar para os Estados descritos nesta figura que há tanto diversidade quanto assimetria entre os Estados que interagem nesta região, elevando ainda mais a complexidade das questões políticas no Ártico.

Figura 9 - A diversidade de Estados no Ártico



Fonte: Produzido pelo autor

E na figura 10 é possível visualizar os respectivos territórios dos Estados do Ártico, tendo o Canadá a segunda maior porção territorial depois da Rússia.

Figura 10 - A divisão territorial dos Estados Árticos

Arctic administrative areas

compiled by
Winfried K. Dallmann,
Norwegian Polar Institute



Fonte: International Institute for Applied Systems Analysis (2017)

5.3.2 A Governança do Ártico

A condição do Ártico na política internacional, até meados do século XX, esteve relacionada com o cenário geopolítico especialmente pela perspectiva realista das Relações Internacionais, através da qual se desenvolviam análises sobre as relações entre os países localizados no extremo norte do globo. Ainda assim, a maior atenção dada ao Ártico, mesmo nos debates geopolíticos, iniciou-se somente na

segunda metade do século passado. Entre o último quarto do século XIX e a segunda metade do século XX, dos quatro principais autores que trouxeram contribuições nos estudos da geopolítica, quais sejam eles; Alfred Mahan; Halford Mackinder; Alexander Seversky; Nicholas Spykman, apenas Seversky, segundo Leal (2012, p.58) esse autor “foi o primeiro grande teorizador geopolítico a relevar a importância do Ártico”. No entanto, Seversky apontou que o Ártico era estratégico unicamente na perspectiva dos conflitos bélicos ao colocar essa região “no centro de gravidade da sua concessão global, graças às possibilidades agora que o avião proporcionava” (LEAL, 2012: p.58). Ou seja, Seversky destacou que o Ártico deveria ser olhado com atenção por causa da capacidade aérea dos aviões de combate – que vinham melhorando sua autonomia de voo e seu poder de fogo – representando, assim, um perigo para os Estados Unidos, visto que ele poderia ser atacado a partir de aeronaves deslocadas pelo Norte, mais especificamente, pelo Ártico.

Portanto, é evidente que, além do Ártico ter relevância na Geopolítica clássica apenas em momento posterior à construção das primeiras teorias, ele só era considerado a partir de uma perspectiva de ameaça militar. Naquele contexto, os teóricos da Geopolítica não apontaram para o Ártico como um espaço geoestratégico global, nem para os impactos ambientais mundiais a partir do Círculo Polar Norte, nem para as oportunidades de recursos naturais ou para o potencial econômico da navegação através de potenciais rotas marítimas no norte do globo. Inicialmente, a importância do Ártico em termos políticos se restringia a analisar a região como uma área através da qual ameaças militares poderiam percorrer para atacar - com poder aéreo - outros estados. Tal perspectiva fomentou a ideia de possibilidades de conflitos emergentes no Ártico, recebendo um olhar realista e, conseqüentemente, a suposta predisposição para a emergência de tensões bélicas. A região, por sua vez, passou despercebida como uma zona de potencial econômico e, assim, necessitada de análises que buscassem a preservação do seu ambiente e uso sustentável dos seus recursos.

Palosaari e Tynkkynen (2015) apontam que a dinâmica da região recebeu atenção mais relevante durante a Guerra Fria, em vista dos antagonismos emergidos entre as duas superpotências mundial (EUA e URSS) que enxergavam o Ártico como um possível palco de demonstração de força e projeção de poder. E reforçam a ideia de que as atenções sobre a região ficaram restritas às percepções da geopolítica clássica. Ainda no século XXI, tais ideias continuam a ser sugeridas por alguns

autores. Leal (2012) sugere que existe a possibilidade de conflitos futuros no Ártico e que “os Estados sabem que a dimensão militar do poder é vital para a defesa dos seus interesses e, se esta não for significativa, então dificilmente podem prosseguir políticas externas credíveis” (Leal, 2012, p. 23). Também Pereira (2012) e Baptista (2015) consideram que os desdobramentos políticos e econômicos no Ártico são condições propícias para o acirramento de conflitos que podem culminar em ações agressivas entre os Estados que atuam na região.

De certa forma, a força das lentes positivistas e do mainstream das Relações Internacionais ainda imperam nos olhares para a região. O que pode fomentar a ideia de que outras perspectivas – não militares – acerca do Ártico possam ser tornar (ou continuar a ser) assuntos periféricos e marginalizados em relação a região. Tamnes e Offerdal (2014) concordam com esta percepção e sugerem que existe, nos estudos acerca do Ártico, uma marginalização de estudos que não seguem a geopolítica clássica. E estes mesmos autores afirmam que, embora o foco na militarização do Ártico tenha mudado dramaticamente no início dos anos 90 – quando a região foi marcada não pela rivalidade, mas pela cooperação fundada em interesses comuns e em propósitos compartilhados – logo depois a região ficou novamente marginalizado na geopolítica global. Pois, naquele mesmo período eclodiram outros eventos que ganharam notoriedade global, tais como as guerras nos Balcãs, a Guerra do Golfo e a luta contra o terrorismo internacional.

Entretanto, desde o início do século XXI, houve não só crescimento no interesse pelo Ártico como também aumento na diversidade de temáticas envolvendo a região. Para além do plano geopolítico, diversos outros assuntos passaram a fazer parte das discussões acerca desta zona. Questões relacionadas com mudanças climáticas, navegação e rotas comerciais, exploração de recursos naturais, atividade turística, manuseio de resíduos, urbanismo e infraestrutura, preservação dos povos indígenas etc. E em meio a emergência da transdisciplinaridade do Ártico, estudos acerca da região se avolumaram e se diversificaram.

Segundo Heininen (2010) a região é mais propensa a um cenário pacífico do que conflituoso entre os Estados árticos, pois, quando surge alguma tensão entre os atores as reações não são nem exageradas e nem demasiadamente intensas. São apenas decorrentes das mudanças constantes pelas quais a região passa, especialmente pelo dualismo que se expressa na lógica ‘regionalismo x globalização’. E as questões sempre são resolvidas pacificamente por causa do alto nível de

cooperação alcançado entre os atores do Ártico, a partir dos regimes de governança. Para Depledge e Dodds (2017) embora existam conflitos no Ártico, há uma governança na região, ainda que muito complexa e cuja análise demanda olhar para um mosaico de atores e instituições.

[...] the recent literature on Arctic governance and shows that the dominant interpretation of the current regime is that the Arctic is a region governed by a 'patchwork' or 'mosaic' of institutions and legal instruments operating at multiple levels, while at the same time retaining some semblance of common purpose—namely to promote peace and cooperation in the Arctic. (DODDS; NUTTAL, 2017, p.146).

Ainda para Dodds, a própria geopolítica do Ártico apresenta uma dinâmica única e característica da região:

Arctic geopolitics is defined as one attentive to the discursive and representational qualities of its subject matter, but also adoptive of a relational understanding of the world, which in turn is attentive to the connections between human and non-human elements. We therefore advocate a view of the Arctic as a lively space characterized by agency, change, and vitality. (DODDS; NUTTAL, 2017: p. 142)

Para Young (2005, p. 9) a Governança do Ártico apresenta um “mosaico de acordos de cooperação emergentes no Ártico difere das principais representações que caracterizam os regimes internacionais e evidencia a importância das respostas regionais aos problemas globais”. O autor considera que o regime de governança no Ártico ainda está em construção. Mas, é um cenário diversificado em termos de protagonistas e com desafios naturais inerentes à sua condição geográfica.

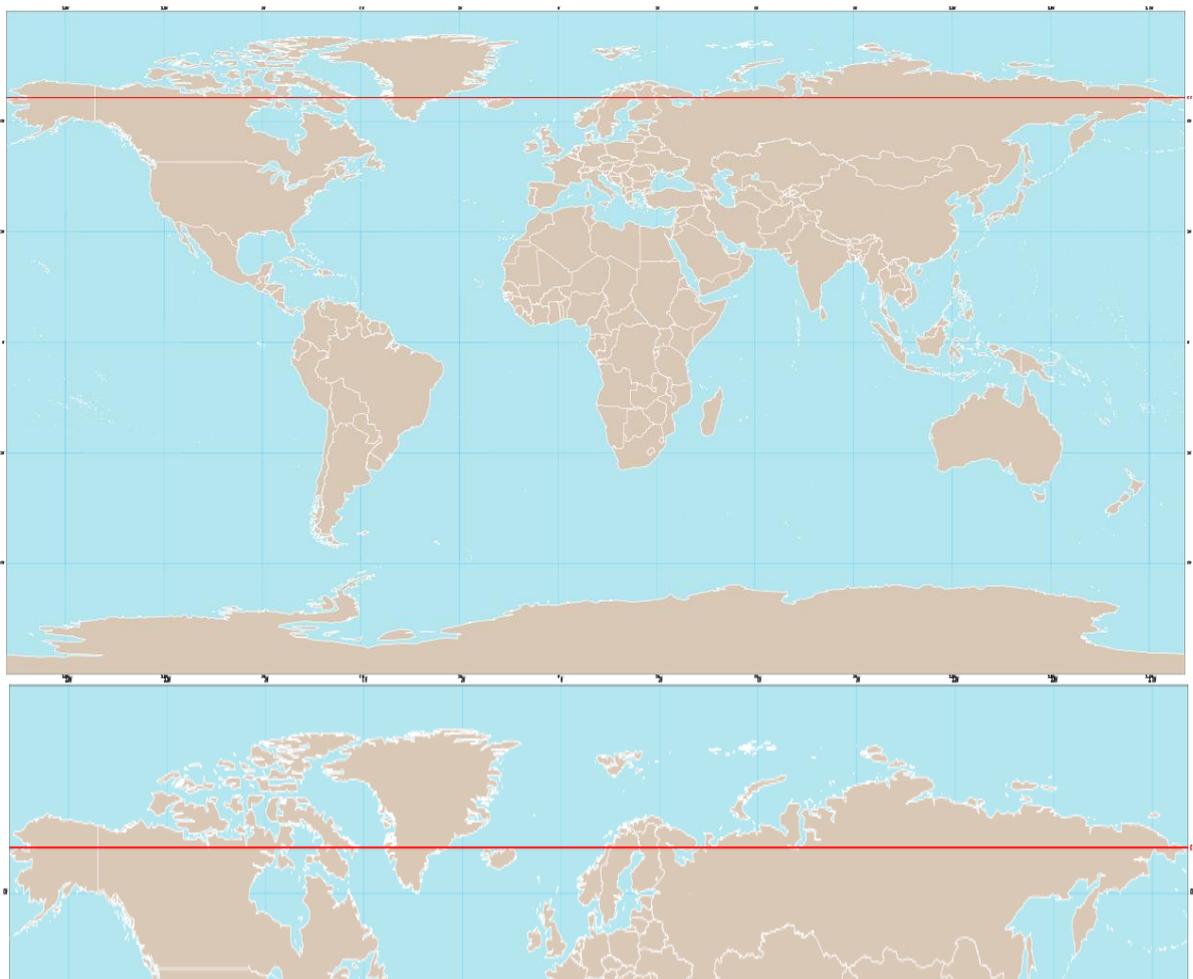
Although the area generally included within the boundaries of the Arctic is vast, covering some 40 million square kilometers, or 8 percent of the earth's surface, the human population of the region includes only about 4 million people. Because the region is large and relatively remote, matters of policy relating to the Arctic have traditionally involved interactions between northern peripheries and the metropolises of states located far to the south. On the one hand, the pattern of interaction underlying this north/south axis looms as a barrier to be overcome for those seeking to foster a distinct identity for the Arctic as an international region. On the other hand, the shared experiences that accompany peripheral status constitute one of the starting points for cooperation among those concerned with issues of importance to the Arctic and its peoples. (YOUNG, 2005, p. 10)

Young (2011) também considera que os próprios atores da região – os Arctic Five – já apresentam assimetrias diversas entre si. Mas, soma-se a isso o fato de que os efeitos das mudanças climáticas e o crescimento exponencial e contínuo decorrentes da globalização fazem do circumpolar um sistema não apenas grande e heterogêneo, mas, holístico e complexo (Young, 2012). Contudo, apesar de estar em marcha há algumas décadas e apresentar claros sinais de sucesso na cooperação da região, a governança do Ártico não é um regime pronto. Pelo contrário, ainda apresenta instabilidade e irregularidades. E as constantes alterações em aspectos sociais, políticos e ambientais faz com que a governança na região enfrente desafios em responder às mudanças constantes.

5.3.3 Os dois principais organismos políticos do Ártico

O cenário geopolítico do Ártico está, atualmente, centrado em duas principais estruturas: o Arctic Five (AF) e o Arctic Council (AC). O primeiro é composto por cinco Estados que estão dentro do Círculo Polar Norte (ver mapa abaixo com a linha divisória do paralelo no hemisfério norte) e que tem zonas litorâneas no Oceano Ártico. Quais sejam: Canadá, Noruega, Dinamarca (Groenlândia), Estados Unidos da América (Alasca) e Rússia. O segundo reúne, além dos Arctic Five, três outros Estados que estão dentro do Círculo Polar Ártico, mas, sem zona litorânea na região ártica. Quais sejam; Suécia, Islândia e Finlândia.

A figura 11 apresenta a linha imaginária que delimita a região ártica, sendo possível ver no mapa os Estados com território dentro do Ártico.

Figura 11 - Linha imaginária do Círculo Polar Ártico

Fonte: Repositório do WikimediaCommons (2009)

O Artic Five é uma associação que não dispõe de uma estrutura administrativa formal e permanente, antes é apenas um nome usado pelos seus membros para referenciar a maneira pela qual estes Estados escolhem interagir e se organizar em instâncias específicas ao Ártico (KUERSTEN, 2016). Isso, no entanto, não diminui a importância da associação para a cooperação na região, uma vez que a partir dela decorrem acordos que têm implicações significativas para a região.

Embora as interações entre os cinco Países do Ártico envolvam comunicações bilaterais e multilaterais discretas através de canais diplomáticos tradicionais, o sindicato se manifesta com maior destaque quando os países se reúnem em cúpulas para discutir assuntos árticos. Quando surgem os problemas do Ártico, que esses países acreditam que devem ser abordados em uníssono, os cinco do Ártico se reúnem. Até agora, os três encontros formais mais notáveis do grupo estavam em: Ilulissat, Gronelândia (2008); Chelsea, Canadá (2010); e Oslo, Noruega (2015). (KUERSTEN, 2016, p. 390).

Já o Arctic Council é um órgão administrativamente organizado e que, embora não seja uma organização internacional de caráter legal e independente, mas, antes espaço de discussão para a ação dos Estados, se auto-define como um “fórum intergovernamental de alto nível” (KUERSTEN, 2016).

The Council is certainly a forum, as it brings together numerous actors in a hierarchical organization to consider Arctic matters. The apex actors are the eight Member States (the Arctic Five in addition to Iceland, Sweden, and Finland), who make all decisions for the Arctic Council by consensus. Next in line are the Permanent Participants: six indigenous peoples' organizations representing Arctic natives that have full consultation rights in all Council negotiations and decisions. Below the Permanent Participants are the Observers: non-Arctic states, international organizations, and non-governmental organizations that are approved by the Member States to observe Council operations, and that may participate to limited degrees at the discretion of the Members. These actors meet and interact through the various permanent units and regularly scheduled gatherings of the Arctic Council. (KUERSTEN, 2016, p. 390).

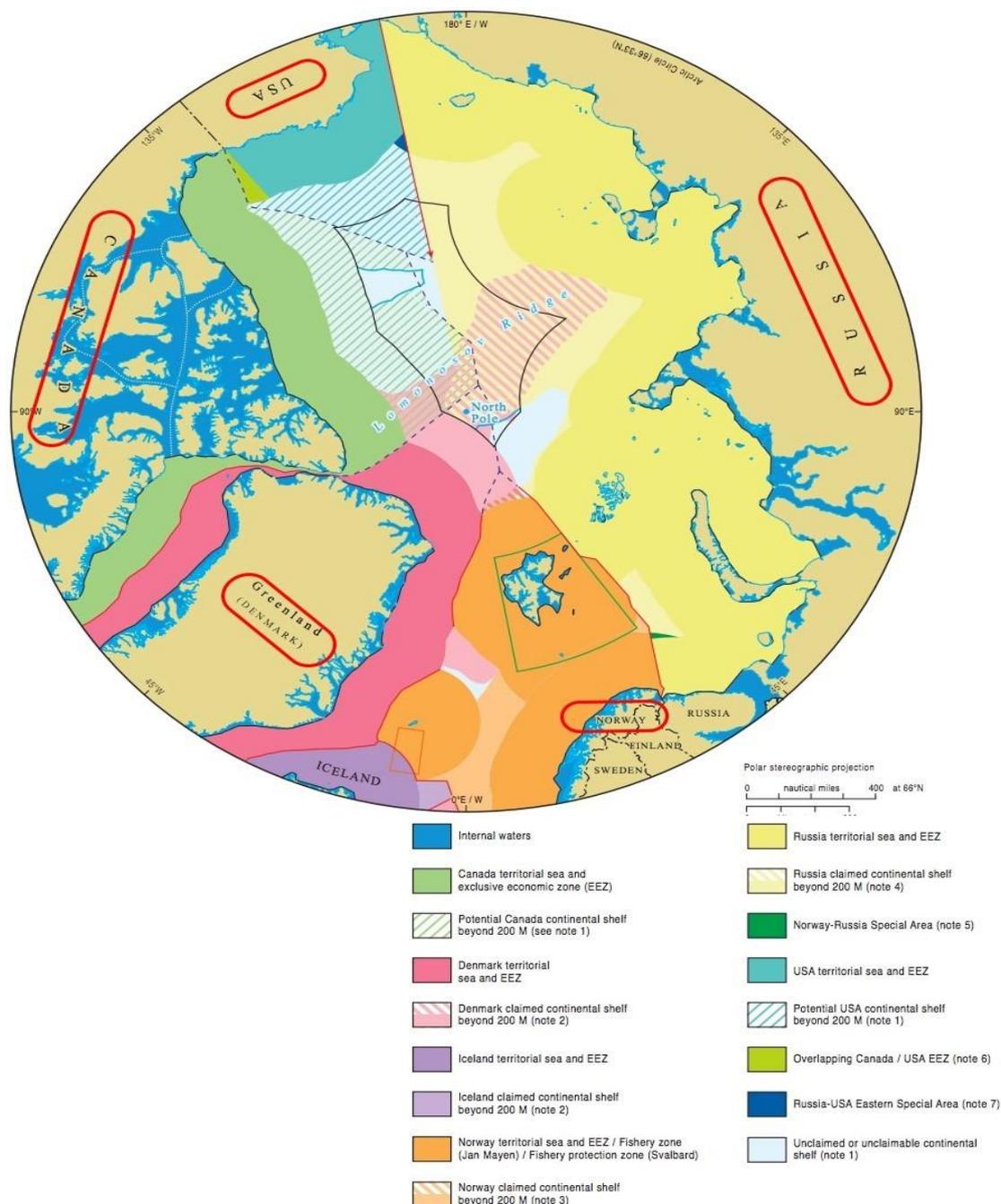
Ademais, o Arctic Council apresenta também o importante papel de promotor do conhecimento acerca do Ártico, contando com seis grupos de trabalho que investigam questões ambientais e de desenvolvimento do Ártico e com equipes que são regularmente estabelecidas para analisar assuntos específicos que geram relatórios e cujas informações são utilizadas tanto pelos Estados Membros quanto por outros países para conduzir as discussões sobre questões do Ártico e formular políticas para a região (KUERSTEN, 2016).

5.4 O CANADÁ COMO POTÊNCIA MÉDIA NO ÁRTICO

Embora o Canadá seja o segundo país com maior território dentro do Círculo Polar Ártico, a população canadense na região está entre as menores. Além disso, metade dos 130 mil canadenses que habitam na região são indígenas e, portanto,

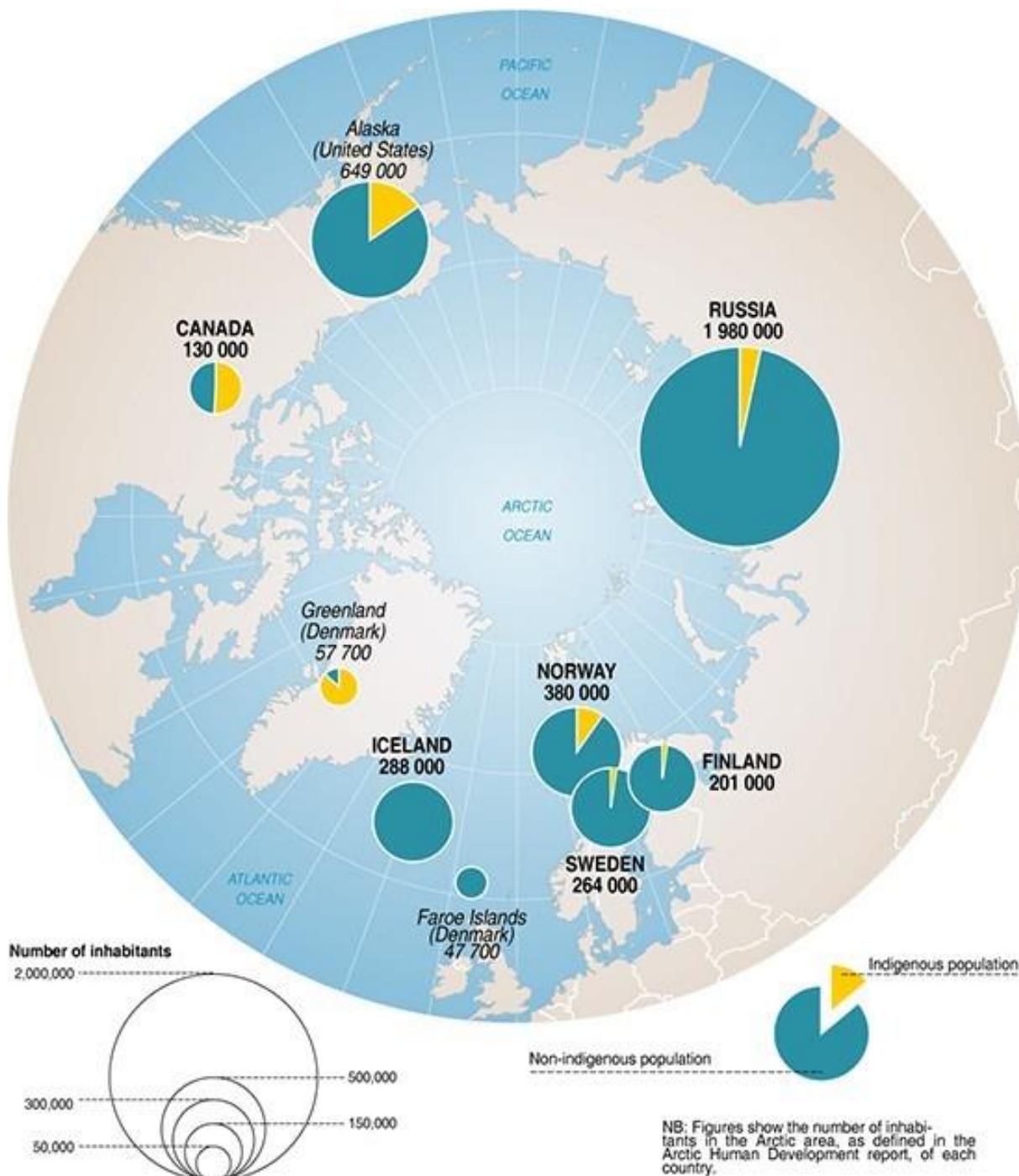
populações que têm vínculos sociais e culturais com o Ártico e não primariamente vínculos econômico.

Figura 12 - Território dos Arctic Five e respectivas ZEE



Fonte: MacDonald (2015)

Figura 13 - Número total de habitantes no Círculo Polar Ártico



Fonte: GRID-Arendal (2005)

Apesar disto, o Canadá expressa vivamente que tem interesse em garantir a sua soberania no Ártico, e para tal propõe tanto alternativas econômicas e quanto sociais, mas não descarta a projeção de poder militar. Segundo o Governo

canadense (2013¹⁷), construir e desenvolver o extremo norte do país é uma prioridade estratégica que se estabelece em quatro pilares, quais sejam eles: exercer a soberania canadense no Ártico, promover o desenvolvimento económico e social, proteger o patrimônio ambiental canadense e incrementar a governança no extremo norte. O viés econômico se expressa na intenção canadense de explorar a região, extrair recursos naturais e estimular o desenvolvimento econômico na região através de incrementos na infraestrutura produtiva, exploratória e comercial dos recursos que lá estão presentes. O viés social está na estratégia canadense de ampliar o conhecimento sobre a região e melhorar a sua capacidade gerencial-administrativa nas questões pertinentes ao Ártico.

O governo canadense, no final da primeira década do século XXI emitiu um documento intitulado “Canada’s Northern Strategy: our North, our heritage, our Future”. Neste documento o Canadá reconhece a existência de inúmeras oportunidades, especialmente econômicas, na região ártica e aponta que, por isso, justifica-se a intensificação de alocação de recursos no extremo norte. O documento enfatiza claramente a atenção do Canadá para com o potencial econômico do Ártico: “ International interest in the North has intensified because of the potential for resource development, the opening of new transportation routes, and the growing impacts of climate change” (CANADA’S NORTHERN STRATEGY, 2009, p. 5).

Em 2013 o governo canadense reforçou a continuidade dos interesses no Ártico na segunda década do século XXI:

The Government of Canada continues to deliver on its Northern Strategy commitments. Economic development is progressing like never before. Investments in science are helping exploration companies discover important natural resource deposits. The commercialization of these deposits is being expedited through responsible resource development while respecting the environment. Northerners are being trained to fill the growing number of jobs being created and devolution is underway to help ensure that the territories participate fully in resource development. Most recently, we entered into an historic devolution agreement to provide the Northwest Territories with greater decision-making powers over a range of new responsibilities which will lead to jobs, growth and long-term prosperity. (CANADÁ, 2013)

A evidência deste discurso pode ser comprovada num plano econômico colocado em prática em 2013 quando o Canadá afirmou que o Norte seria um ponto

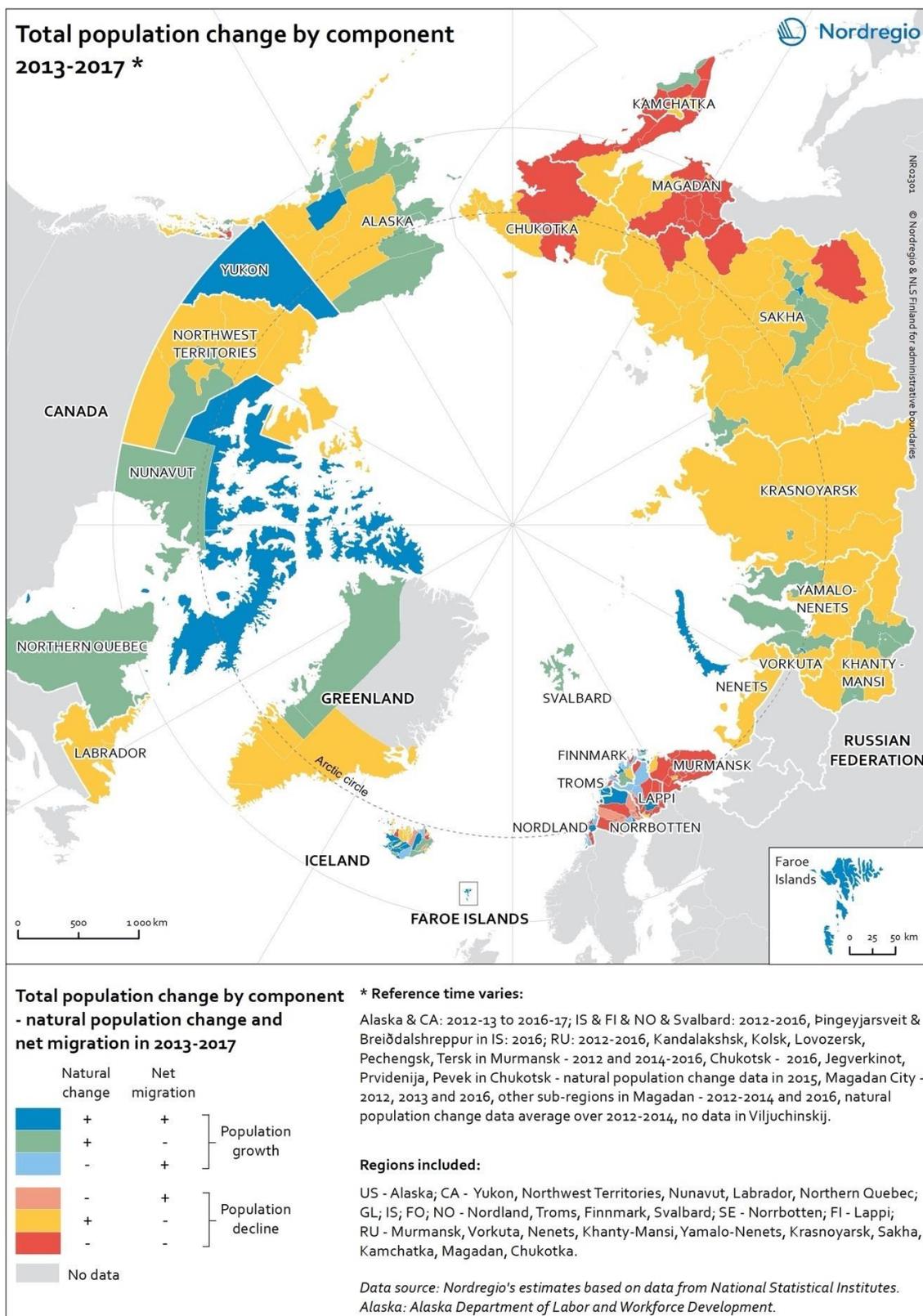
¹⁷ Informações online, disponíveis no website do Governo Canadense em: <https://www.canada.ca/en/news/archive/2013/08/canada-northern-strategy.html>

prioritário nos seus interesses e, naquele momento, iniciou um investimento de cinco bilhões de dólares na modernização da guarda costeira canadense e um total de quinhentos milhões de dólares na criação, manutenção e expansão de estruturas produtivas, habitacionais, educacionais, bem como na preservação de áreas naturais e incremento de leis e medidas regulatórias na região (CANADÁ, 2013).

Além disso, numa evidente atuação para garantir seu poder e sua influência enquanto potência média, no Ártico o Canadá “has been moving all the right pieces to enable the country to be on equal footing with the US and Russia” (HESTER, 2009. p. 13) e tal protagonismo se materializa porque os objetivos canadenses estão bem organizados e definidos para o Norte do país, pois há “a concerted effort to develop coordinated and coherent policies” (HESTER, 2009. p. 22).

Tal esforço pode ser observado na figura abaixo, que revela o crescimento e o declínio populacional na região ártica. Entre 2013 e 2017 houve declínio nos territórios de todos os países do Ártico, entretanto, dos cinco territórios canadenses que estão dentro do Círculo Polar Ártico, em quatro deles houve um aumento populacional (Yukon, Nunavut, Northern Quebec e no arquipélago de ilhas canadenses banhadas pelo Oceano Ártico).

Figura 14 - Crescimento e declínio populacional no território dos países do Ártico



Fonte: Wang (2019)

Embora o cenário econômico e político no Ártico seja um cenário pacífico e de

ações diplomáticas, tal como apresentado no tópico anterior, o Canadá, ainda assim tem apresentado um comportamento mais agressivo em certas questões. Dos Estados que compõe o Arctic Five, o Estado canadense é aquele que se manifesta com mais vigor nas questões relativas à exploração de recursos naturais e aos ganhos econômicos que a região ártica pode oferecer. Destacando com frequência a sua soberania na região e fazendo oposição aos interesses das grandes potências quando acha que pode haver alguma violação dos seus interesses.

Novamente, reforçamos o argumento de que tal postura é condizente com o contexto da acumulação flexível, onde diversos os atores do Sistema Internacional conseguem articular suas causas e expor seus interesses próprios e não apenas aqueles associados aos grandes acumuladores do poder da era fordista. A capacidade de encontrar espaço numa rede globalizada e estruturada, principalmente, em questões econômicas, embora também importe questões culturais, ambientais, sociais e, obviamente, políticas, é que concede ao Canadá a possibilidade de ter tal comportamento numa região cada vez mais cobiçada por atores que historicamente foram centrais na dinâmica do poder do SI.

No documento *Canada's Northern Strategy*, o Canadá expressa sua preocupação com o desenvolvimento de pesquisas no Ártico, a fim de contribuir no crescimento de informações e conhecimento sobre a região, e sugere que a sua abordagem militar para o extremo norte do globo está mais direcionada para a manutenção e sustentação dos seus interesses econômicos. Entretanto, noutro documento oficial do governo canadense, denominado *Canada First Defence Strategy*, o Canadá sustenta a intenção de incremento das suas Forças Armadas com vistas a melhorar suas capacidades operacionais em seu território, com destaque para regiões costeiras e para os arquipélagos de ilhas no extremo norte do país, isto é, na região ártica.

Segundo Leal (2012, p. 162):

O *Canada First Defence Strategy* reflete o compromisso do governo do Canadá em construir umas Forças Armadas de primeira classe [...], tendo em conta as necessidades atuais e as que provavelmente vão ser necessárias até 2028, importando num investimento total de 490 bilhões de dólares. É um exemplo que, consideramos, reflete a estratégia genética do país, pois tem em consideração o ambiente estratégico previsível num horizonte temporal não muito alargado, elencando as necessidades e os ambiciosos projetos a desenvolver pelas indústrias de defesa do Canadá.

O avanço destas prioridades levou o primeiro ministro Stephen Harper, em 2009, a estabelecer a Agência de Desenvolvimento Econômico para o Norte (CanNor – Northern Economic Development Agency), com o objetivo de contruir um Norte Forte. O principal objetivo da agência é contribuir para que “os canadenses possam se beneficiar das oportunidades econômicas sem precedentes que estão se desenrolando nos três territórios do norte do Canadá” (CANNOR, 2016, p. 2). Este mesmo documento sugere que as ações do governo canadense para o Ártico ajudarão a superar os desafios do desenvolvimento de recursos nos Territórios do Norte, auxiliando na formação de mão-de-obra qualificada e de infraestrutura de ponta.

Tal condição coaduna com o contexto do modelo de acumulação flexível, pois o Canadá expressa a sua permanente intenção de obter benefícios econômicos através do Ártico, mas com um comportamento não tão esperado de uma potência média do Sistema Internacional. Paralelamente ao seu protagonismo favorável à extração dos recursos naturais descobertos no Ártico, o Canadá busca reforçar a sua soberania numa direção mais unilateral. Tal como Conley e Kraut (2010, p.17) afirmam “Canada has already moved to bolster its military presence in the Arctic and made clear that it will act unilaterally to protect its interests”. Além disso, ao aplicar a lente da Teoria Crítica neste comportamento do Canadá, tem-se a evidência de uma atuação contra-hegemônica, uma vez que o Canadá estabelece suas prioridades segundo seus interesses próprios mesmo que isto gere conflito com atores hegemônicos do SI.

5.4.1 Expressões contra-hegemônicas do Canadá o Ártico

A intensão do Canadá no Ártico, de promover pesquisas, manter estruturas militares, incrementar a produção e a extração de recursos naturais, fomentar o crescimento econômico e social na região e apontar o Ártico como um assunto prioritário no desenvolvimento econômico do país, tem como fim evidenciar a presença e soberania canadense nesta área geopolítica e também reforçar a imagem e a relevância do Canadá no Sistema Internacional e no Ártico, mais especificamente. E, portanto, há um discurso contínuo sobre os interesses canadenses nesta zona, levando o Canadá a um comportamento, eventualmente, não esperado de uma potência média, tal como seria no contexto da acumulação fordista. Pois, naquele

cenário este tipo de Estado se associaria aos interesses ou dos Estados Unidos ou da Rússia e através deles atuaria no Ártico.

Entretanto, o Canadá tem evidenciado estar disposto a trabalhar em prol da cooperação, mas desde que esta lhe seja favorável. Para Studin (2016), embora haja uma ideia generalizada acerca da necessidade de uma Pax Arctica, percorrendo um viés legal e diplomático, o Canadá seguirá resistindo às hegemonias globais no que diz respeito ao seu papel e sua influência na região. E, por isso, mesmo em meio ao crescimento de ações das grandes potências no Ártico, o Canadá fará frente à tais atores, contestando sempre questões atinentes às terras, recursos naturais, o uso de rotas marítimas que permeiam seu território, como a Passagem Noroeste etc. (STUDIN, 2016).

As relações do Canadá com os Estados Unidos e com a Rússia, assim como com a Dinamarca (que em última instância projeta, ainda que indiretamente, os interesses da União Europeia no Ártico) são evidências de um comportamento contra-hegemônico de uma potência média, na região aqui analisada.

Segundo Lackenbauer (2016) o Canadá e a Rússia são duas grandes influências árticas que, embora busquem criar uma relação de cooperação desde o fim da Guerra Fria, no Ártico elas ainda têm motivos geopolíticos próprios e a partir do Ártico estabelecem certos conceitos identitários próprios de cada nação. Isto não significa que elas estejam à beira de conflitos, mas em ações políticas e declarações oficiais, no entanto, os governos russo e canadense seguem uma linha pragmática e buscam suas reivindicações marítimas e continentais na região em conformidade com o direito internacional (LACKENBAUER, 2016).

Os líderes políticos de ambos os Estado destacam constantemente a necessidade de proteger seus territórios e seus recursos naturais no Ártico. E destacam que, como estados soberanos, eles não serão influenciados ou pressionados pelos outros países vizinhos no Ártico (LACKENBAUER, 2016). Pela lente da Teoria Crítica, tal abordagem é condizente com o papel e com lugar que a Rússia ocupa no SI. Afinal, é um ator com poderes hegemônicos que seguem seus interesses e pressiona outros atores, incluindo as médias potências sob a sua zona de influência, a seguirem seus passos. Entretanto, quando o Canadá assim se posiciona ele expressa a sua discordância em relação aos interesses hegemônicos do Sistema Internacional, reivindicando não apenas a sua soberania, como aparece à primeira vista, mas invocando sua importância, mesmo sendo uma potência média

no Sistema Internacional contemporâneo.

E a importância que o Canadá busca expressar tem uma relação direta e objetiva com o potencial econômico do Ártico para o próprio Canadá, pois os documentos emitidos pelo seu governo, insistentemente apontam a relevância econômica do extremo norte canadense, assim como o potencial da região para o crescimento da economia interna, mas também nas relações internacionais. Além disso, a intensidade de um comportamento contra-hegemônico se revela na busca por ações independentes dos Estados Unidos (com o qual o Canadá também faz oposição, tal como explicamos mais à frente), nomeadamente nas questões militares onde o Canadá afirma que investirá em capacidades militares mais robustas para proteger seu território, seus recursos naturais e seus interesses nacionais.

Há que se considerar também que o Canadá, mesmo uma potência média tem confrontado os poderes hegemônicos não apenas em questões objetivamente de interesse econômico. Embora estes estejam por trás de suas ações, enquanto ator do Sistema Internacional e enquanto protagonista do Ártico, ainda assim o Canadá tem marcado presença militar na região. Mesmo que o hard power não seja o viés principal de sua estratégia, ele é igualmente utilizado para comprovar seu comportamento contra-hegemônico, visto que ele também dialoga com duas forças hegemônicas na região que são historicamente propensas à demonstração do hard power, isto é, Rússia e Estados Unidos.

Canada has already moved to bolster its military presence in the Arctic and made clear that it will act unilaterally to protect its interests. Prime Minister Stephen Harper has repeatedly noted that the first rule of Arctic sovereignty is “use it or lose it” and his government “intends to use it.”⁵¹ To this end, Canada has begun annual summer military exercises entitled Operation Nunavut (Inuktitut for “this land is ours”) in its northern territories, which are explicitly “designed to project Canadian sovereignty in the High Arctic (CONLEY; KRAUT, 2010, p. 18)

Relativamente à oposição que o Canadá expressa aos atores hegemônicos, no seu protagonismo no Ártico, tem-se quatro situações que têm crescido à nível de discussões e debates na Economia e na Política Internacional;

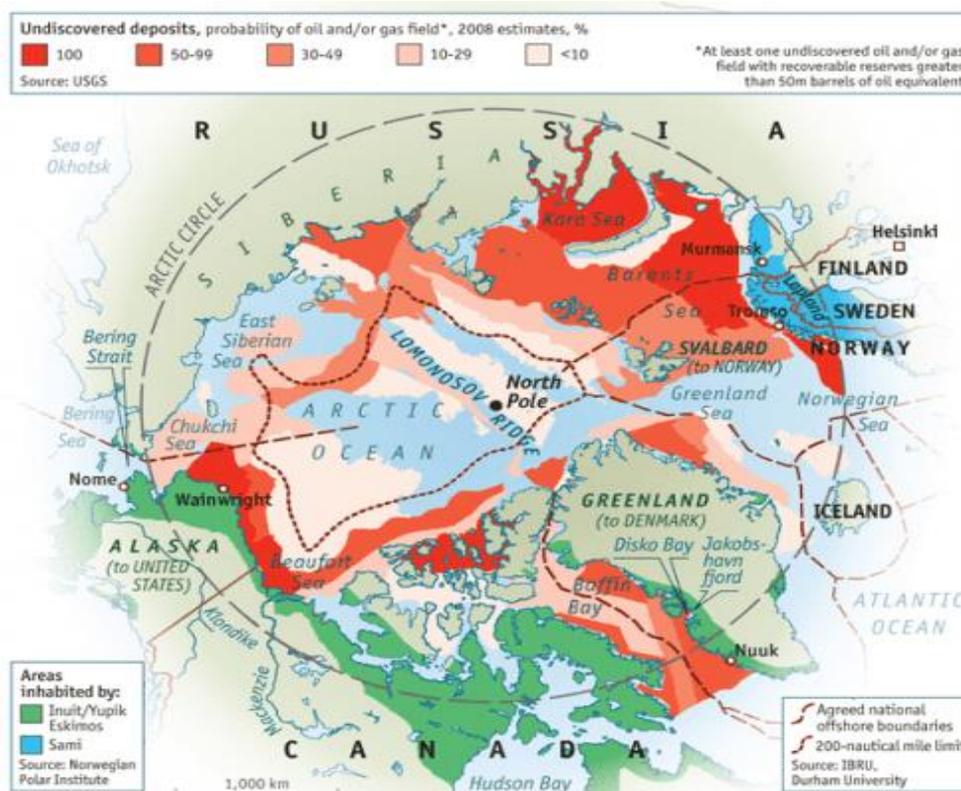
- a) Preocupações canadenses sobre a sua soberania: questões pertinentes à fronteira marítima no Mar de Beaufort (disputada com os EUA).
- b) O estatuto jurídico da Passagem do Noroeste.
- c) As disputas do Canadá com a Dinamarca acerca da Ilha de Hans, no

Estreito de Hares.

d) Questões de segurança canadenses nas suas relações com a Rússia.

No primeiro ponto o Canadá tem confrontado os interesses norte-americanos em uma área que tem atraído atenções devido o seu potencial para extração de petróleo e gás natural. De acordo com Carnaghan e Goody (2006) o Canadá já investiu 51 milhões de dólares para mapear e identificar os limites fronteiriços da sua Plataforma Continental no extremo norte conforme os critérios estipulados pela UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar). Tal medida tem como objetivo clarificar os limites das suas fronteiras marítimas do Ártico, a fim de dirimir questões econômicas. Pois, no Mar de Beaufort existem fontes de petróleo e de gás natural e o domínio territorial nesta zona dará direito de exploração destes recursos naturais. As partes vermelhas na figura abaixo, exatamente na fronteira entre o Canadá e o Alasca, mostram a intensidade de fontes ainda não exploradas na região.

Figura 15 - Recursos naturais com potencial de exploração no Ártico



Fonte: The Economist (2009).

O segundo ponto é igualmente crítico aos interesses canadenses, pois a passagem noroeste é uma das rotas de navegação no Ártico que tem ficado mais rapidamente acessível para navegação ao longo do ano e compreende possibilidades de rotas marítimas pelos estreitos do Arquipélago Ártico Canadano, pelo estreito de Davis, pelo estreito de Bering, pela Bacia de Baffin e pelo Mar de Beaufort, ligando o Oceano Atlântico e o Pacífico. E segundo Carnaghan e Goody (2006, p. 3):

Canada claims that the Arctic waters of the Northwest Passage constitute "historic internal waters," and thus fall under Canadian jurisdiction and control. However, this claim has been disputed, especially by the United States and the European Union. The United States has consistently argued that the Northwest Passage represents an international (international waters), which allows the right of transit passage (beyond "innocent passage").

Os autores ainda afirmam que dois requisitos internacionais precisam ser atendidos no estreito para que a área seja considerada uma rota de trânsito livre; a dimensão geográfica e a funcional. Em relação ao primeiro um estreito internacional deve conectar dois corpos do alto mar, neste caso liga o Oceano Atlântico ao Pacífico. Em relação ao segundo o estreito precisa ser comprovadamente uma rota útil para a navegação, evidenciando quantitativamente o fluxo de navios que trafegam pela região. Entretanto, Carnaghan e Goody (2006) destacam que este segundo critério não é atendido na análise da passagem noroeste, pois foi só recentemente, com o degelo no Ártico, que a rota começou a ser usada com mais intensidade. E, portanto, até então não havia se evidenciado um número suficiente de trânsito marítimo para qualificá-la como área internacional e de livre acesso.

Mas, a atual condição ambiental que o Ártico tem vivenciado pode mudar esta condição. Pois, com a redução do gelo na região é possível que um maior número de navios navegue por estas águas e, assim, as reivindicações canadenses quanto ao status legal da passagem poderiam ser contestadas. Para Carnaghan e Goody (2006, p.4) esta condição poderia qualificar o estreito como área internacional e isto poderia limitar o controle do Canada nestas águas "especially in terms of rules governing environmental issues and shipping practices, which would potentially be governed by the International Maritime Organization".

O empenho canadense em fazer valer a sua posição no Sistema Internacional é tão marcada no seu protagonismo no Ártico que, em 2009, o Parlamento Canadano aprovou uma legislação para renomear a "Passagem Noroeste" para "Passagem

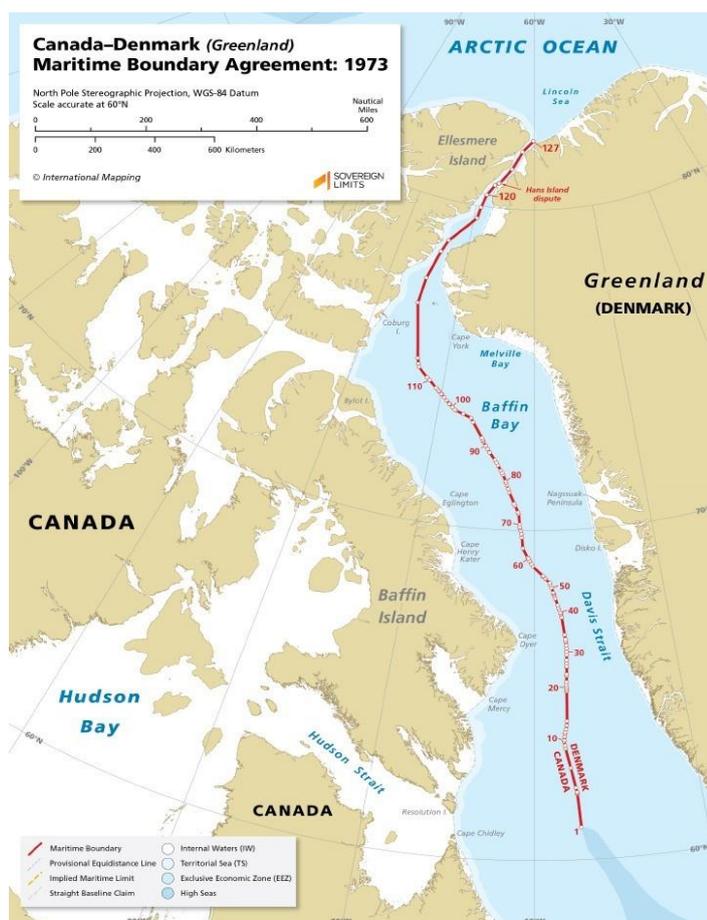
Noroeste Canadense” nos documentos oficiais emitidos pelo Canadá, a fim reforçar a sua autoridade sobre esta região, bem como destacar a sua reivindicação como uma área não-internacional (CONLEY; KRAUT, 2010). E o Ministro das Relações Exteriores do Canadá, Lawrence Cannon, afirmou que é importante que o Canadá, “como uma significativa potência do Ártico [...] tenha uma agenda ambiciosa, viável e clara [...] para cumprir nossas responsabilidades [...] com o mundo circumpolar” (CANADÁ, 2010, online)

No terceiro ponto, as disputas do Canadá com a Dinamarca acerca da Ilha de Hans, com extensão de 1,3 quilômetros quadrados e inabitada, localizada entre a ilha de Ellesmere (no Canadá) e a Gronelândia, também leva o Canadá a contestar os interesses hegemônicos. Pois, uma vez que a União Europeia tem ganho espaço na sua relação com o Ártico através dos seus Estados membros, sendo a Dinamarca um deles. Um comunicado acerca do Ártico, emitido pela Comissão Europeia em 2008 argumenta que:

The EU has to state its position concerning a unique region of strategic importance which is located in its immediate vicinity. It is time for the EU to clearly assess its interest and develop a holistic and systematic Arctic approach. This will increase the efficiency of the EU's action and open new opportunities for cooperation with the Arctic states (ARCTIC COMMUNICATION – EUROPEAN COMMISSION, 2008, p. 2).

Blunden (2009) destaca o Ártico como crucial para a estratégia da UE em matéria de segurança energética, considera também que as regras para o transporte marítimo, a extração de recursos e a pesca no Ártico devem ser estabelecidas por agências internacionais e não apenas pelos estados costeiros. Disseminando assim a perspectiva de atuação de atores globais no Ártico e, simultaneamente, evidenciando os interesses de atores capazes de articular questões políticas e econômicas no Círculo Polar Norte.

Figura 16 - Fronteira marítima entre Canadá e Dinamarca



Fonte: Sovereign Limits (2018)

Além disso, Blunden (2009, p. 136) também sugere que os estados europeus não-árticos têm fortes interesses comerciais na região, sejam nas oportunidades emergentes de novas vias de comunicação marítimas, sejam em oportunidades de exploração de recursos naturais.

Furthermore, rich energy resources of the Arctic, options to them, and highly potential global sea routes attract both the Arctic states and major powers from outside the region; these include China and South Korea in Asia, France and Germany in Europe and the European Union as a whole, all of which are already actively exploring their policy options for the Arctic (HEININEN, 2012, p.7).

Consequentemente, é natural que a União Europeia mantenha atenção reforçada nesta zona geográfica, buscando identificar tanto oportunidades quanto ameaças decorrentes das mudanças ambientais. Pois, a proximidade geográfica entre o continente europeu e a região ártica faz com que o degelo, para além dos

desafios ambientais, exige também atenção em questões econômicas e securitárias. Ademais, a UE tem também a possibilidade de contribuir (ou intervir) em questões diretamente relacionadas ao Ártico uma vez que, através da Dinamarca (Groelândia), ela tem acesso costeiro no Círculo Polar Norte.

Há também que se considerar que o Ártico tem sido visto como um bem comum global. Segundo Schrijver (2016, p.1252) os global commons se caracterizam como “áreas e recursos naturais que não estão sujeitos à jurisdição nacional de um determinado estado, mas são compartilhados por outros estados, ou pela comunidade internacional como um todo”. Logo, tanto o alto mar, o fundo do mar, bem como as duas regiões polares, “podem ser vistos como bens comuns globais, uma vez que nenhuma entidade nacional pode reivindicar jurisdição exclusiva sobre essas áreas físicas” (SCHRIJVER, 2016, p. 1253). E tal condição serve para intensificar ainda mais os olhares da União para a região ártica.

Entretanto, esta é também outra situação a qual o Canadá faz frente, não aceitando imposições de normas da UE e tão pouco se sujeitando ao seu poder normativo. Bailes e Heininen (2012, p. 16) afirmam que:

The EU, by definition, would also like to see a more inclusive approach to the management of the High North that would let it take a permanent observer’s seat on the Arctic Council – thus far resisted by Canada [...] – and would offer all its members a possible place in regional development.

De acordo com Carnaghan e Goody (2006) o Canadá nunca aceitou os termos propostos para a resolução da questão e em 2005 emitiu uma declaração afirmando que continuaria buscando uma solução para a disputa. Entretanto, o comportamento do Canadá, no Ártico, mostra-se mais agressivo que seus discursos. Em 2005 o ex-ministro da Defesa Nacional Canadense, Bill Graham, visitou a ilha juntamente com uma equipe de militares e cravou uma bandeira do Canadá na Ilha Hans, demonstrando com clareza as intenções do Canadá em não se sujeitar aos interesses hegemônicos.

Para Carnaghan e Goody (2006, p. 5) o posicionamento do Canadá acerca da Ilha Hans é “um indicador significativo da capacidade do Canadá de exercer soberania sobre seu território no Ártico e enviar uma mensagem importante para outras nações”. Evidenciando assim a capacidade de atuação de uma potência média no Sistema Internacional, na era da acumulação flexível. Fazer frente aos poderes

hegemônicos, ainda que seja uma ação desafiadora, é mais factível agora do que no contexto da acumulação fordista, onde o poder estava enraizado em certos pressupostos capitalistas e aos meios de produção e de geração de riqueza cujas condições ficavam circunscritas aos atores com capacidades exclusivas de articular-se naquele cenário. Mesmo sendo uma potência média, a relação em rede que dá forma à economia global coloca tais atores em posições de barganha e negociação mais acentuadas, na acumulação flexível, e o Canadá é um caso que tem expressado esta condição.

Em relação ao quarto ponto, o Canadá também faz oposições à Rússia, embora seja mais por questões de segurança e não tanto disputa de territórios ou interesses de exploração. Ainda assim, a condição militar está presente nas perspectivas canadenses para o Ártico, reforçando nossa sugestão de um papel diferenciado de uma potência média no SI, no atual cenário econômico.

Following the Soviet Union's collapse, Canada and the Russian Federation have pursued divergent strategies for economic development and security in the circumpolar Arctic. These strategies have resulted in very different northern outcomes. Material differences in geography, population distributions and histories have unquestionably influenced Canadian and Russian northern development. However, changing geopolitical strategies and attitudes toward northern economic imperatives have emerged as a significant force in shaping future political and economic outcomes in the circumpolar Arctic (WALLACE, 2019, p.25).

Segundo Bailes e Heininen (2012, p. 103) a estratégia canadense para o Ártico é “also identifies military assets as vital for the occupation and control of national possessions”. E para os autores, tanto o Canadá quanto a Rússia apresentam documentos, sobre sua atuação no Ártico, com uma linguagem forte acerca da proteção da sua soberania territorial e marítima, bem como acerca dos seus interesses nos recursos naturais e energéticos que ambos os países têm na sua relação o extremo Norte (BAILES; HEININEN, 2012). Isto é, vê-se claramente mais um protagonismo contra-hegemônico do Canadá, no Ártico, quando ele se propõe a resistir – também – aos interesses russos, caso estes, de alguma maneira, afetem algum dos seus interesses unilaterais.

Russia has aggressively pursued the development of enhanced Arctic gas pipelines, icebreaking freighters and trans-shipment facilities for natural gas and LNG. These, and other emerging Russian developments, are of global

economic and strategic significance. Russia has assumed a position of strategic military and commercial strength throughout the circumpolar region. While the implications of this for Canada and the world may not yet be entirely clear, a more bellicose, self-assured Russia has demonstrated a willingness to achieve its political ambitions and defend territorial ambitions with military force (WALLACE, 2019, p. 1)

E o Canadá, que busca se projetar não como um ator periférico, mas central no Ártico:

In 2008, Canada announced that it was increasing its military alertness along its northern frontier in response to what it called Russian “testing” of its boundaries with military flights along their border not seen since the Cold War. As a result, Canada has taken steps to conduct more naval patrols and establish an Arctic military training camp in the far north. Canada contends that Russian activity in the region has grown increasingly aggressive and provocative (CONLEY; KRAUT, 2010, p. 18).

Embora a Rússia esteja rapidamente assumindo um papel proativo no Ártico, tentando assumir a liderança econômica e militar na região, o Canadá, numa vertente mais securitária se coloca atento ao protagonismo russo. E ainda que a Rússia não afete diretamente a soberania do Canadá nos territórios canadenses, este continua seguindo uma lógica de comportamento contra-hegemônico.

[...] a relationship of personal confidence does not appear to exist between Canada and Russia. One could argue that both countries’ leaders have a similar style of leadership; top-down, secretive instincts, at times adversarial, and distrust for each other. The main issue is that currently Canada continues to shun Russia as a threat to world peace. This makes a Canada-Russia partnership and cooperation unattainable for now (TISCHHAUSER, 2016, p. 20).

Uma clara evidência da oposição canadense ao domínio russo foi o boicote do Canadá ao Conselho do Ártico, em 2014. Na ocasião, o Canadá sustentou o boicote por causa da situação da Crimeia.

[...] when Canada boycotted the Arctic Council meeting in Moscow last April 2014 in protest over Russia’s aggression in Ukraine, it did not help to create a peaceful and workable relationship between Canada and Russia over Arctic issues. The relations between Canada and Russia are likely to remain icy for the near future (TISCHHAUSER, 2016, p. 2-3).

A proposta do encontro, contudo, era para tratar de questões atinentes ao Ártico, mas numa manobra de demonstrar oposição à Rússia na região ártica, o

Canadá promoveu o boicote e usou como argumento um assunto alheio à pauta da reunião. Tal condição, para uma potência média do Sistema Internacional só se justifica se o Estado estiver protagonizando ações que buscam mostrar oposição do domínio hegemônico, tal como foi a intenção do Canadá em demonstrar que não pretende ceder ao crescente poder russo no Ártico.

5.4.2 As potencialidades econômicas do Ártico para o Canadá

O Canadá é um dos maiores exportadores de madeira do mundo, assim como um grande produtor na área da pesca, tendo o Oceano Ártico canadense uma concentração de 10% das pescas de todo o mundo de peixes brancos. Além disso, o Canadá tem crescido exponencialmente no desenvolvimento de setores como o turismo e produção de energia renovável. Paralelamente a estas potencialidades econômicas, o Canadá é um grande produtor de petróleo e igualmente de minerais. O país é líder global na produção de potássio e está entre os cinco principais produtores globais de cádmio, cobalto, diamantes, pedras preciosas, ouro, grafite, índio, níquel, nióbio, metais do grupo platina, sal, concentrado de titânio e urânio. A mineração, conseqüentemente, é uma das indústrias de mais expressão do Canadá e tem tido cada vez mais relevância em regiões do norte do país e cuja demanda global (por recursos minerais e energia) fez do Norte canadense um destino privilegiado para investimentos internos e externos (CANNOR, 2012).

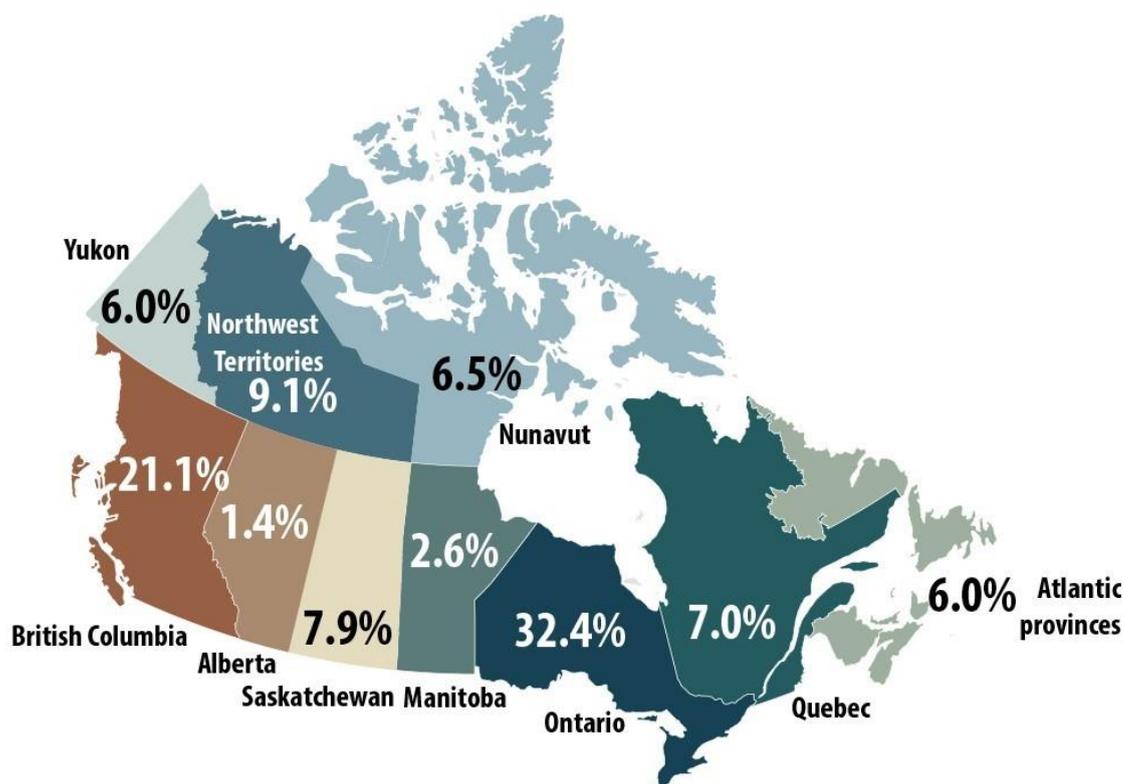
O Governo do Canadá, por sua vez, percebendo o potencial das terras do norte do país tem focado intensamente no desenvolvimento da região, visando incrementar a segurança marítima e a promoção de postos de trabalho que gerem de recursos de alto valor.

One way to stimulate economic development in the North can be through responsible resource development. Demand for minerals in particular is expected to keep rising as a result of sustained economic growth in highly populated, emerging economies such as China and India, and as economies recover in Europe and the USA. Although commodity prices fluctuate from year to year, the long-term trend shows a steady increase (CANNOR, 2012, p. 7).

O mapa abaixo revela o interesse pelo potencial das terras árticas do Canadá.

Os três territórios do Norte, depois de Ontário e British Columbia, apresentam o maior número de acordos assinados, em 2018, entre empresas de exploração e mineração e comunidades ou governos indígenas em cada uma das província e territórios.

Figura 17 - Acordos ativos assinados por empresas de exploração e mineração com comunidades ou governo indígena

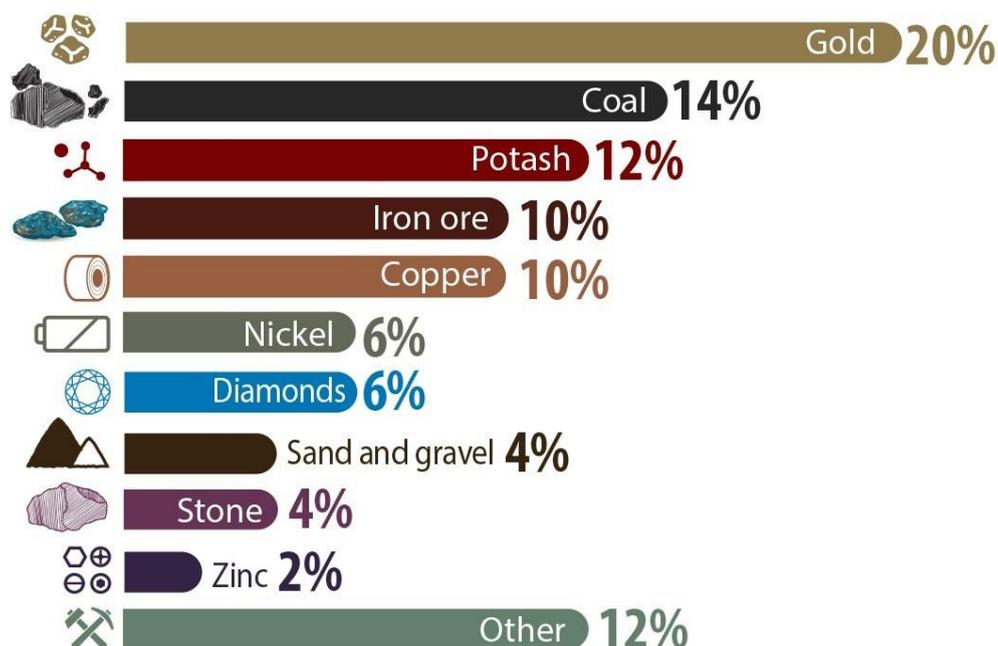


Fonte: Natural Resources Canada (2019)

Stedman e Aliakbari (2019) apontam que todos os três territórios do norte do Canadá estão entre as 15 regiões mais atraentes para investimento em mineração no mundo. E, por isso, o governo federal de Ottawa tem interesse em implementar reformas políticas para capitalizar investimentos, gerando empregos e receitas através destas regiões. As autoras ainda apontam que estes os três territórios canadenses, em 2019, cresceram na classificação como bons lugares para investimento à nível de exploração de minérios, sendo que o Northwest Territories foi de 21º lugar em 2018 para 10º em 2019, o Yukon subiu do 13º para o 9º e Nunavut foi de 26º para 15º. Segundo o Governo do Canadá os cinco principais produtos minerais comercializados pelo país, em 2018, foram ouro, carvão, potássio, minério

de ferro e cobre, e seu valor combinado foi de US \$ 31 bilhões, representando 66% do valor total da produção mineral nacional.

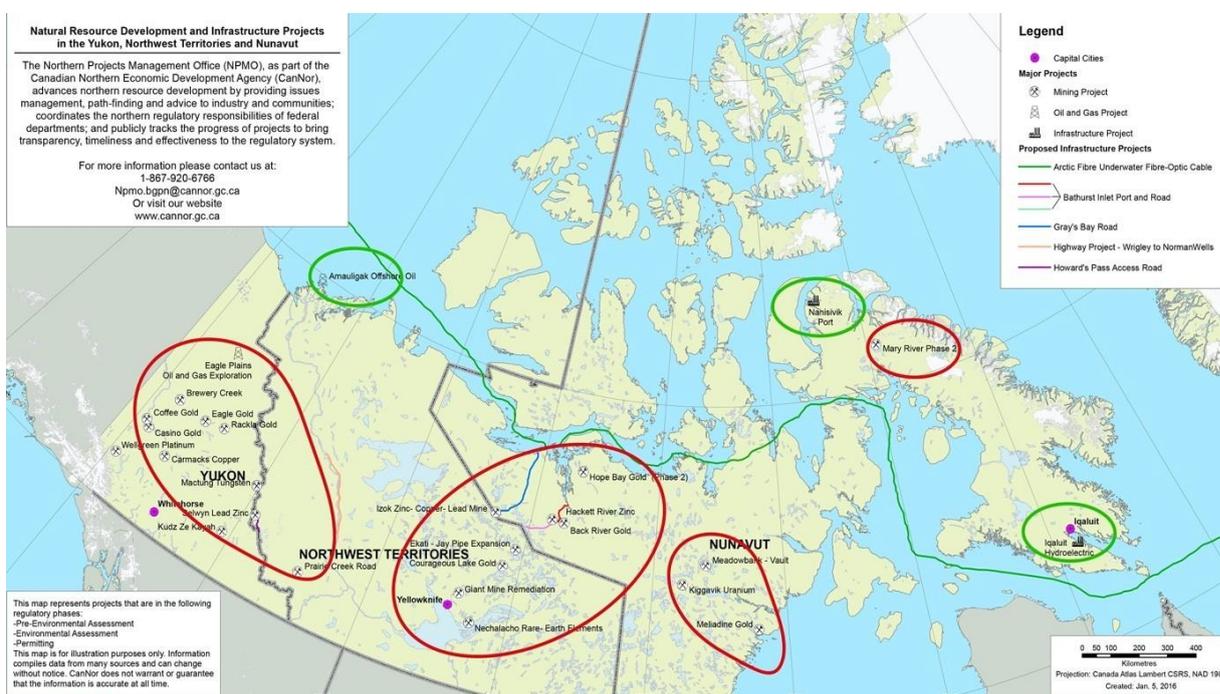
Figura 18 - Principais minerais comercializados em 2018 por valor da produção



Fonte: Governo do Canadá (2019)

Pelo gráfico é possível ver que as três principais commodities, no ano de 2018, foram ouro com 20% da produção nacional, seguido pelo carvão com 14% e depois o potássio com 12%. Além da importância para o crescimento econômico do Canadá, o desenvolvimento de recursos no extremo Norte é também promotor de crescimento econômico e social em outros setores, tais como educação, infraestrutura, comunicações, energético, transporte, turismo e atividades comerciais diversas. A Agência de Desenvolvimento Econômico para o Norte do Canadá (CANNOR 2013) aponta que existe possibilidade de crescimento constante na exploração de recursos no Ártico canadense, tendo a mineração uma taxa de crescimento anual de 7,5% nestes territórios, enquanto que no restante do Canadá a taxa de crescimento é de 2,2% ao ano. A Agência também destaca que desde o início da segunda década do XXI há mais de trinta projetos de grande dimensão para serem desenvolvidos nesta zona e cujo valor estimado para estes investimentos seja mais de vinte e cinco bilhões de dólares.

Figura 19 - Projetos de desenvolvimento de recursos naturais e infraestrutura no Norte



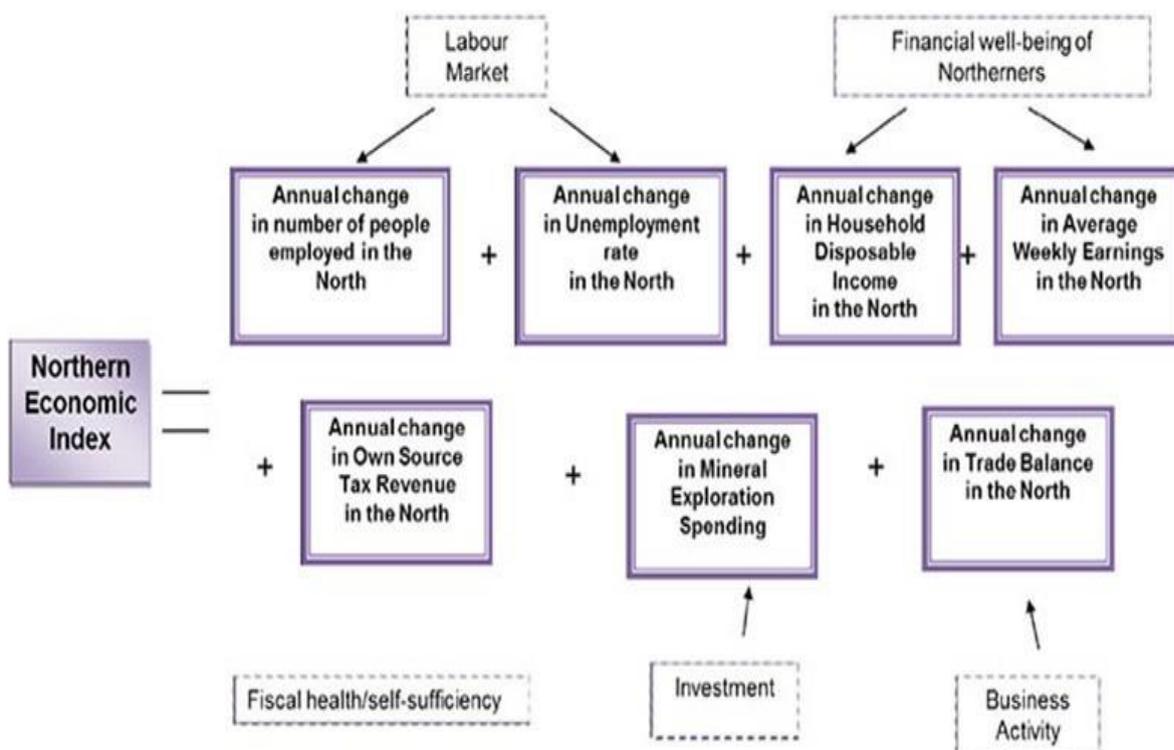
Fonte: CanNor (2013)

A imagem acima, dos territórios do norte do Canadá, ilustra a localização dos principais projetos com potencial econômico no território canadense. As marcas em cores verde e vermelha foram inseridas por nós, a fim de destacar as regiões onde concentram-se os projetos de mineração (círculos vermelhos) e projetos de infraestrutura (Portos e Hidroelétricas), bem como projetos de extração de petróleo e gás natural (círculo verde). Além disso, a linha verde que percorre a parte marítima da costa norte canadense refere-se ao Arctic Fiber que é um projeto de comunicação com cabos de fibra ótica subaquática no Ártico. A Agência Canadense de Desenvolvimento Econômico do Norte (CanNor) conta com NPMO (Escritório de Gerenciamento de Projetos do Norte) que trabalha diretamente na promoção do desenvolvimento de recursos na região.

O trabalho de desenvolvimento econômico na região ártica canadense se apoia também no Índice Econômico do Norte (NEI) que é altamente relevante para decisões estratégicas e para a formação do Relatório da Agência sobre Planos e Prioridades. Para além de funcionar como medida de avaliação do desenvolvimento econômico nos territórios do Canadá, o NEI funciona também como um indicador de

desempenho para o Programa de Desenvolvimento Econômico do CanNor. Fundamentalmente o Índice Econômico do Norte compõe indicadores que analisam a economia dos territórios do Norte nos seguintes aspectos: mercado de trabalho, bem-estar financeiro da população do Norte, a autossuficiência dos governos territoriais, os investimentos nos respectivos territórios e a atividade comercial (CANADÁ, Northern Economic Index, 2016).

Figura 20 - Componentes utilizados na composição do NEI



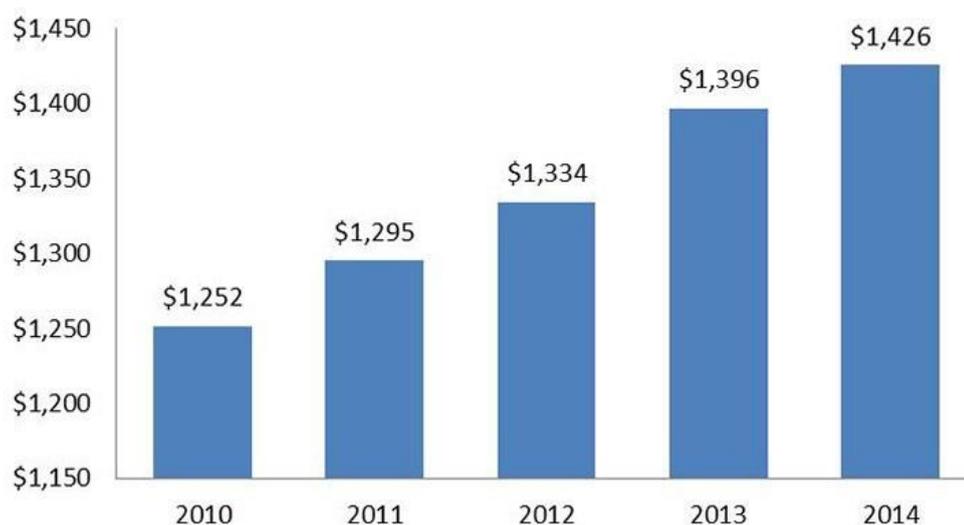
Fonte: CanNor - Northern Economic Index (2016)

A NEI mede a percentagem de crescimento ou declínio anual de cada um dos indicadores em um período de seis anos. A mudança anual em cada indicador é então convertida em uma escala de 5 pontos, permitindo assim a comparação de dados em diferentes escalas. Durante um período de 6 anos, cada indicador recebe uma pontuação de 0 a 5, com 0 sendo atribuído à alteração mais baixa e 5 sendo atribuído à alteração mais alta. Assim, com todos os sete indicadores contados, o NEI pode variar de 0 a 35. A última coleta de dados ocorreu em cada um dos territórios canadenses, no período de 2010 até 2015. As principais fontes de dados do Índice incluem os dados econômicos territoriais do Canadá, as agências territoriais de

estatísticas e as contas públicas territoriais.

Em 2013 e 2014, o Índice Econômico do Norte mostrou expansão econômica moderada no Norte. Os territórios viram uma diminuição na taxa de desemprego e um aumento no salário médio semanal. Os preços mais fracos das commodities (em especial os preços base e de metais preciosos) e o mercado de capitais restrito para as empresas de exploração juniores desaceleraram a exploração mineral no Norte, mas isto deu-se também nas outras regiões do país. E apesar da recessão global de 2009 e 2010, o Canadá conseguiu recuperar-se economicamente, com alguma relevância para a economia dos territórios do Norte. Mesmo que em 2012 os preços mais baixos das commodities tenham impactado a exploração mineral, provocando desaceleração no crescimento, o Índice NEI mostra que a região ártica do Canadá experimentou níveis de crescimento positivo num período de seis anos, tal como evidenciam os gráficos abaixo:

Figura 21 - Gráfico indicativo da renda disponível das famílias no Norte

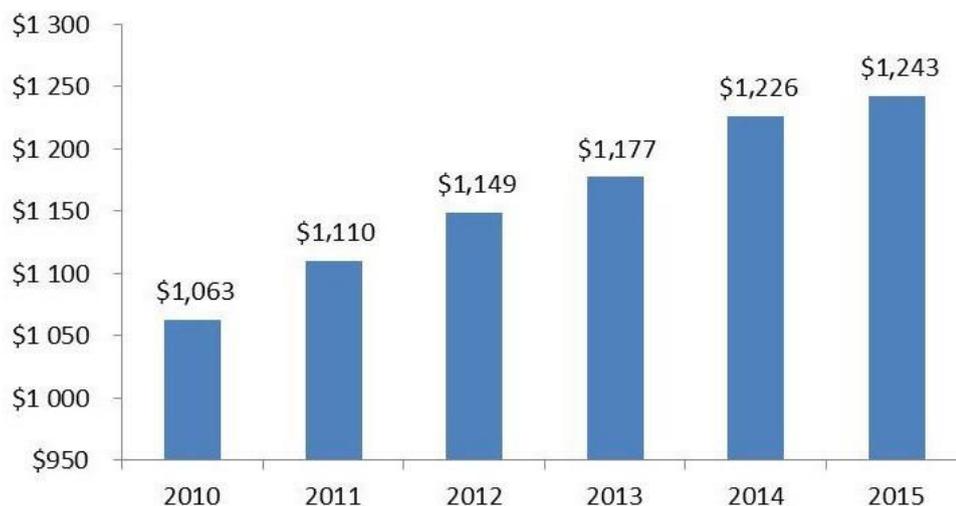


Fonte: CanNor - Northern Economic Index (2016)

Segundo o CanNor (NORTHERN ECONOMIC INDEX, 2016) a renda disponível das famílias é definida como a renda disponível após o pagamento de todos os impostos apropriados e trata-se de medida microeconômica do bem-estar financeiro das populações que vivem no Norte, indicando quanto dinheiro as

peças têm à sua disposição para comprar bens e serviços. Os dados foram coletados para cada um dos territórios separadamente. A média foi então obtida para ser usada como um indicador para o Norte. A renda disponível das famílias cresceu substancialmente nos últimos cinco anos.

Figura 22 - Gráfico indicativo do lucro médio semanal nas regiões do Ártico canadense



Fonte: CanNor - Northern Economic Index (2016)

Os ganhos médios semanais são uma medida dos níveis salariais na força de trabalho do Norte. Essa medida da qualidade do emprego remunerado é considerada um dos principais indicadores econômicos e representa uma medida macroeconômica do bem-estar financeiro das pessoas que trabalham no Norte. Os ganhos médios semanais nos territórios são alguns dos mais altos do Canadá, sendo os dos Territórios do Noroeste os mais altos do país devido aos altos salários associados ao setor de mineração de diamantes. Embora a taxa de crescimento tenha sido variável, os dados indicam que o salário médio semanal tem crescido constantemente no Norte. Isso se deve em parte ao setor de desenvolvimento de grandes projetos e ao grande setor público (CANNOR - NORTHERN ECONOMIC INDEX, 2016).

A tendência de crescimento econômico na região tende a continuar, pois as estimativas do indicam que, pelo menos, 30% das reservas de gás natural do mundo estejam localizadas no Ártico e também 13% das reservas de petróleo (GAUTIER *et al*, 2009). E mesmo que ambas as potencialidades ainda não tenham sido

descobertas, em função das adversidades naturais do Oceano Ártico e, portanto, acresce nisto os custos para extração do petróleo e do gás, o crescimento exponencial de tecnologia especializadas somado ao fato de que a camada de gelo tem apresentado uma redução sequencial a cada ano, é possível então que tais oportunidades logo sejam efetivamente exploradas. E se concretizando esta condição a economia nas terras árticas do Canadá tende a apresentar crescimento econômico ainda mais intenso naqueles territórios.

O Instituto Geológico dos Estados Unidos (USGS), os estudos preliminares acerca do potencial econômico do Ártico indicam que debaixo da camada de gelo haja em torno de 90 bilhões de barris de petróleo, 44 bilhões de barris de gás natural líquido e mais de um trilhão de metros cúbicos de gás natural (UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY, 2008). Nas três imagens abaixo é possível verificar a previsão das potencialidades no Ártico, no território canadense.

Figura 23 - Áreas com potencial de exploração petrolífera dentro Círculo Polar Ártico e regiões imediatamente ao sul do CPA

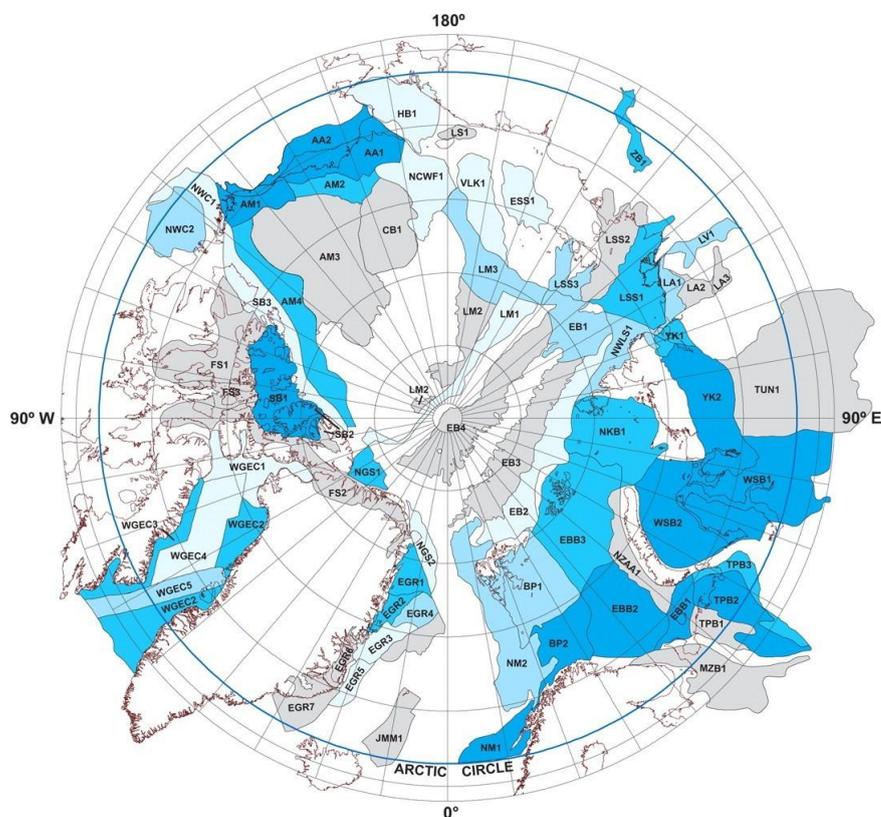


Figure 1. Assessment units (AUs) in the Circum-Arctic Resource Appraisal (CARA) color-coded by assessed probability of the presence of at least one undiscovered oil and/or gas field with recoverable resources greater than 50 million barrels of oil equivalent (MMBOE). Probabilities for AUs are based on the entire area of the AU, including any parts south of the Arctic Circle.

PROBABILITY (percent)

	100
	50–100
	30–50
	10–30
	<10
	Area of low petroleum potential

Fonte: USGS (2008)

Na imagem acima é possível verificar a intensidade da cor azul no território do

Canadá, revelando uma alta probabilidade de presença de pelo menos um campo de petróleo e/ou gás não descobertos na região, com recursos recuperáveis superiores a 50 milhões de barris.

Figura 24 - Áreas com potencial de exploração petrolífera dentro Círculo Polar

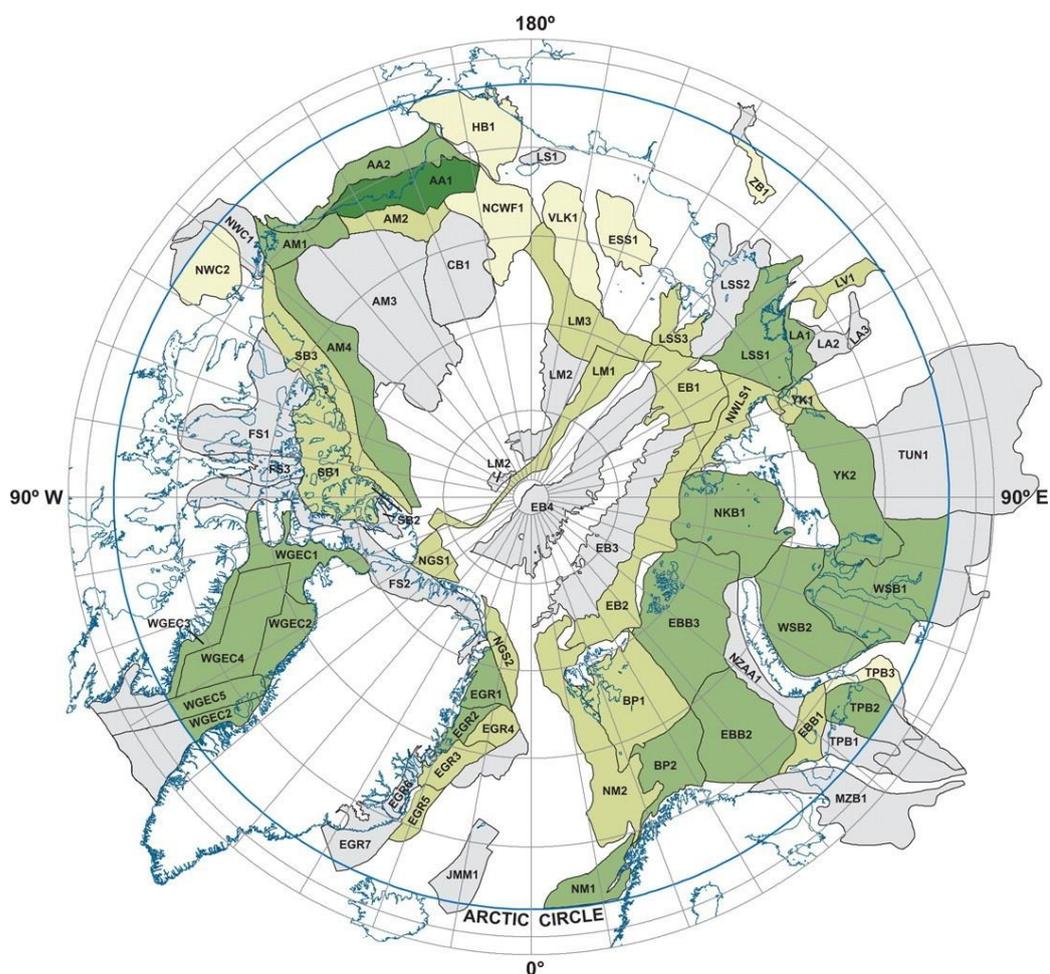


Figure 3. Provinces in the Circum-Arctic Resource Appraisal (CARA) color-coded for mean estimated undiscovered oil in oil fields. Only areas north of the Arctic Circle are included in the estimates. Province labels are the same as in table 1.

UNDISCOVERED OIL (billion barrels)

	>10
	1-10
	<1
	Area not quantitatively assessed
	Area of low petroleum potential

De acordo com o Instituto Geológico dos Estados Unidos:

A number of onshore areas in Canada, Russia, and Alaska already have been explored for petroleum, resulting in the discovery of more than 400 oil and gas fields north of the Arctic Circle. These fields account for approximately 240 billion barrels (BBOE) of oil and oil-equivalent natural gas, which is almost 10 percent of the world's known conventional petroleum resources (cumulative production and remaining proved reserves). Nevertheless, most of the Arctic, especially offshore, is essentially unexplored with respect to petroleum. The Arctic Circle encompasses about 6 percent of the Earth's surface, an area of more than 21 million km² (8.2 million mi²), of which almost 8 million km² (3.1 million mi²) is onshore and more than 7 million km² (2.7 million mi²) is on continental shelves under less than 500 m of water. The extensive Arctic continental shelves may constitute the geographically largest unexplored prospective area for petroleum remaining on Earth (USGS, 2008, p. 1)

Figura 25 - Áreas com potencial de exploração de gás natural dentro Círculo Polar Ártico

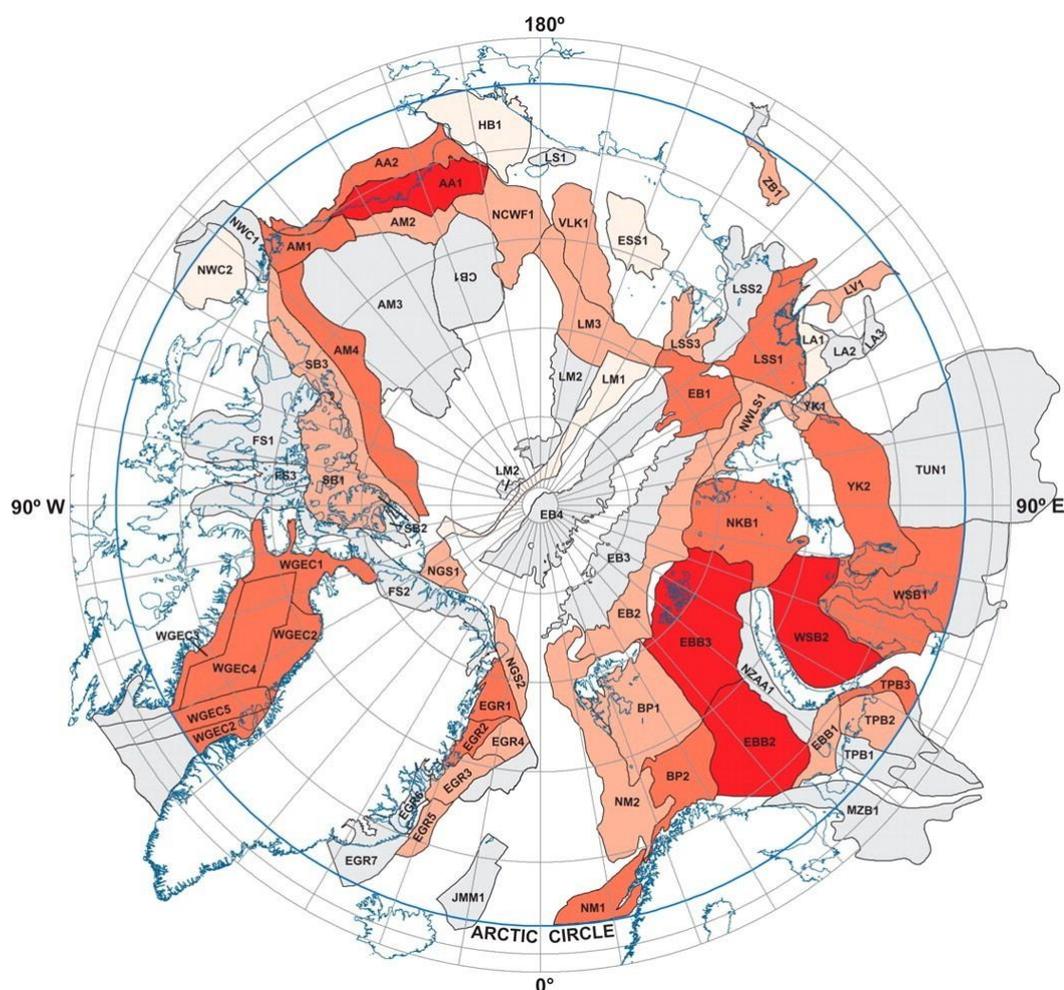
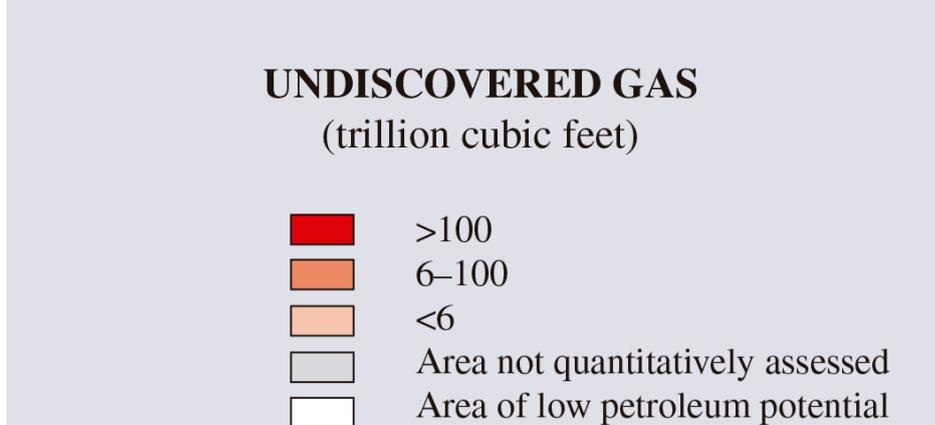


Figure 2. Provinces in the Circum-Arctic Resource Appraisal (CARA) color-coded for mean estimated undiscovered gas. Only areas north of the Arctic Circle are included in the estimates. Province labels are the same as in table 1.



Fonte: USGS (2008)

O gás natural é também um recurso cujas estimativas sugerem ser abundante no Ártico, evidenciando, como sugerido anteriormente, o seu alto valor econômico. Entretanto, em torno de 80% destes recursos estão em áreas offshore, exigindo a extração dos recursos naturais em alto mar. A profundidade do Oceano Ártico, no seu ponto central do Polo Norte, é de pouco mais de cinco mil metros, mas Gautier *et al* (2009, p. 1175) afirma que maioria destes recursos offshore localizam-se “under less than 500 meters of water” e que no Ártico “undiscovered natural gas is three times more abundant than oil”.

Uma vez que o real valor deste potencial energético somente se materializará quando as infraestruturas para exploração destes recursos estiverem aptas a extrair e comercializar no mercado mundial, é então provável que os investimentos nas terras árticas do Canadá aumentem ainda mais nos próximos anos, a fim de obtenção de tais recursos naturais. Ainda assim não desconsideramos os desafios inerentes à exploração destes recursos; há muitas áreas desérticas no Ártico, tornando difícil a segurança, vigilância e manutenção das estruturas tecnológicas necessárias, o clima continua sendo severo e exigindo estruturas especializadas, o ambiente é selvagem, não urbanizado e instável, e os meios para escoamento dos recursos extraídos também carece de vias e meios que permitam o transporte com rapidez.

Contudo, lembramos que, tal como abordado nos tópicos anteriores, ainda que haja disputas políticas no Ártico e resistência de alguns Estados – nomeadamente

o Canadá – em relação aos interesses internacionais no Ártico ou mesmo aos interesses de grandes potências, ainda assim a região desfruta de um cenário não orientado para disputas militares, mas recorre continuamente à processos diplomáticos. E mesmo as reações diretas do Canadá em relação aos seus interesses no Ártico, quando este identifica a atuação de forças hegemônicas na região, ainda assim nunca houve, nem por parte do Canadá e nem por parte dos outros atores do Ártico agressões diretas e confrontos militares. Conseqüentemente, enquanto em outras partes do globo o petróleo e o gás natural possam ser mais facilmente extraídos e transportados, ainda assim há sempre riscos inerentes, especialmente se isto ocorre em zonas de tensão política ou economicamente instável. No Ártico, por sua vez, tanto a condição política é pacificada quanto a dimensão econômica é estável. Mesmo que isto possa mudar, caso todo o seu potencial fique no curto prazo disponível para extração e comercialização, o cenário atual oferece alguns benefícios em termos de estabilidade.

E o Canadá, parece estar se beneficiando desta estabilidade para impor seus interesses, reforçar sua soberania e também confrontar diretamente as forças hegemônicas do Sistema Internacional. Embora os interesses econômicos sejam proeminentes e estejam continuamente presentes no olhar canadense para o Ártico, tal condição está em concordância com o contexto econômico que descrevemos nos primeiros capítulos da tese. Isto é, a lógica do capital informacional estimula uma movimentação global em direção a obtenção de recursos em todos os sentidos e níveis do SI. A condição diferenciada que o modelo de acumulação flexível fomenta é o crescimento de novos atores, tendo em vista que o sistema produtivo e comercial passou a estabelecer-se em uma rede global, descentralizada e ao mesmo tempo interdependente. E estando o Ártico, cada vez mais inserido na economia globalizada do século XXI, tendo não apenas recursos que interessam aos atores de todo o mundo, mas também tendo a atenção de atores diversificados de todo o planeta, o Canadá, na sua projeção confrontadora às forças hegemônicas, em relação aos seus interesses no Ártico, desponta como uma média potência contra-hegemônica na área geográfica que analisamos nesta tese. Tal comportamento, contudo, pode futuramente se replicar no protagonismo canadense em outros assuntos, ou então pode também influenciar as ações dos países escandinavos no Ártico.

Mas, indiferentemente de possibilidades futuras, o facto é que no presente esta potência média tem se aproveitado da globalização do Ártico, da sua influência

no Sistema Internacional, a partir dos recursos naturais do Ártico que estão em seus territórios e buscado autonomia nas suas decisões, não sujeitando-se às forças hegemônicas que historicamente condicionam as decisões de países menores. Ademais, as fontes energéticas em todo o mundo continuam a ser prioritariamente abastecidas por recursos fósseis (que o Ártico tem em abundância) e isto pode provocar desestabilização na governança da região, nas próximas décadas, ou pode ainda aumentar a competição pelo acesso aos recursos, desencadeando conflitos diretos. Assumindo o Canadá uma postura contra-hegemônica desde já, tal protagonismo pode lhe garantir vanguarda nas questões pertinentes ao Ártico no Sistema Internacional, pois ele tem buscado agir de maneira unilateral em muitos casos, ganhando know how e expertise em um cenário pacífico. Caso o cenário passe por mudanças intensas e, eventualmente, floresça um cenário belicoso e tenso, a capacidade ação independente do Canadá pode lhe garantir, também no Ártico, a capacidade de ações características de uma potência média. Isto é, o Canadá pode ser o condutor de resolução de conflitos ou mesmo um mantenedor da paz, uma vez que as forças hegemônicas, caso experimentem tensões nas suas relações no Ártico, desencadeiam conflitos diretos. Sendo o Canadá uma força neutra e independente, seu protagonismo atual pode render-lhe bons resultados nos eventos futuros que desencadearão na região ártica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ártico, por si só, é uma zona geográfica e geopolítica desafiadora. Seu cenário ambiental e econômico, são únicos em todo o mundo. O clima é severo e esconde recursos naturais preciosíssimos, de interesse mundial. Nesta região habitam povos indígenas cujos hábitos e história não se repetem em nenhuma outra parte do globo, e cujas relações econômicas e sociais, apesar de milenar, tem conseguido reagir e até mesmo integrar-se aos interesses econômicos globais que chegam às suas terras. Os Estados modernos que compõe a estrutura política do Ártico também apresentam características únicas; duas são potências hegemônicas (Estados Unidos e Rússia), um é uma potência média com forte influência ideológica na comunidade internacional (Canadá) e os outros são países escandinavos que transmitem ao mundo preceitos de modelos ideais de democracia. Além disso, um dos principais atores com poder normativo – a União Europeia – também busca se aproximar na região através do seus Estado membros que compõe o Conselho do Ártico.

Tudo isto já confere ao Círculo Polar Norte uma estrutura única e não replicável noutra parte do globo. As diferenças entre os atores árticos são também assimétricas; as duas grandes potências são movidas por olhares realistas para a dinâmica das relações internacionais, os demais atores são condicionados por ideologias mais próximas do pós-positivismo, do construtivismo e de abordagens menos pragmáticas, buscando conciliar sua projeção econômica e política com questões ambientais, com a sustentabilidade e com o bem-estar de povos indígenas da região. Contudo, nada disso impede que, mesmo assimétricas em termos ideológicos, econômicos, culturais, demográficos, geográficos e políticos, cada um destes atores atue de maneira unilateral quando se voltam para o Ártico. O Canadá é um exemplo claro de tal comportamento e isto traz para o plano econômico e político alguma atenção, tendo em vista ser este uma potência média que não se mostra preocupado com as percepções dos poderes hegemônicos quando o assunto é o Ártico.

Evidentemente que isto agrava ainda mais a particularidade da região, confirmando que nesta zona geopolítica a luta pela sobrevivência, especialmente por causa da abundância de recursos naturais na região, promove ações e

comportamentos por vezes não esperados dos atores árticos. Apesar da busca individual pela obtenção, extração e comercialização dos recursos naturais do Ártico, ainda assim a região desfruta de relações pacíficas, sem ter registrado qualquer embate militar ou conflito direto. Novamente, mais uma característica própria da região. Mesmo assim, esta condição não sugere que não possa haver conflitos no futuro, e tão pouco sugere que os Estados do Ártico estejam sempre voltados aos acordos diplomáticos. As frequentes oposições que o Canadá faz aos interesses norteamericanos, à União Europeia e à Rússia evidenciam que em meio a cooperação, a unilateralidade está presente e é notória. No caso do Canadá a garantia da sua soberania, assim como o potencial econômico que a região oferece são motivos suficientes para impulsionar esta potência média a evitar as pressões e interesses hegemônicos, agindo numa lógica contra-hegemônica.

Um protagonismo como este encontra ainda mais apoio no panorama econômico e político atual. Ou seja, a transição do modelo de acumulação fordista, voltado para estruturas verticais de poder e de influências, para o modelo de acumulação flexível também contribuiu para comportamento confrontador do Canadá na sua relação com os grandes atores do SI. Pois, a lógica do poder descentralizou-se e passou a ocupar espaços em todo o mundo, conforme a rede econômica de produção e consumo se internacionalizou e se organizou em relações interdependentes. Ao incluir diversos atores, com diferentes características e geograficamente dispersos, a estrutura produtiva global deu também capacidades de negociação e de manifestação dos interesses próprios àqueles que anteriormente ficavam subjugados às forças hegemônicas da economia fordista. O Canadá integrou-se perfeitamente neste novo cenário e tendo uma grande parcela do seu território numa região que anda intensamente em direção à globalização, tem se aproveitado da sua posição geográfica e dos recursos naturais disponíveis para expor seus interesses e indicar claramente que como potência média, na economia do capitalismo informacional, é um protagonista relevante da nova ordem econômica.

A fraquezas que os territórios do Norte canadense podem inferir ao país, como por exemplo, a dificuldade de monitoramento e vigilância, a escassez de infraestrutura por conta do clima e a baixa densidade populacional, têm sido contornadas com algum sucesso a partir do discurso econômico acerca da região. Os documentos oficiais emitidos pelo governo apontam para a região como sendo altamente estratégica para o desenvolvimento econômico do país e sugerem uma

forte base cultural e identitária entre o Ártico e a população canadense. Ao que também se acresce os discursos nacionalistas que destacam a soberania do Canadá nos seus territórios do Ártico. Decorrente destas questões, emergem também discursos políticos que contornam os desafios dos territórios do Norte. A insistente proteção da passagem noroeste, a confrontação ao tráfego de navios norte-americanos ou qualquer outro navio internacional, ou a falta de consenso acerca do estreito na Ilha Hans são abordagens que o Canadá assume em relação ao Ártico, destacando para todo o país que aquela região é crucial para o desenvolvimento canadense, mas ao mesmo tempo transmite a ideia de independência e de autoafirmação do Canadá enquanto potência média.

Por isso, o Ártico tornou-se essencial ao protagonismo canadense em muitas vertentes; cultural e identitária, econômica e social, política e geopolítica. E esta independência contribuiu ainda mais para o protagonismo do Canadá na Economia Política Internacional que, além de já integrar os principais grupos econômicos (G7, G20 etc) desponta como uma potência no Ártico. Se a região ártica continuar a avançar na integração da econômica global, recebendo influências e interagindo com atores não-Árticos (China, UE, Japão, Coreia do Sul etc), o protagonismo atual do Canadá no Ártico pode conferir ao país uma posição privilegiada no Sistema Internacional. Além de mediador de problemas e de questões pertinentes ao Ártico, a sua independência e unilateralidade atuais podem torná-lo um porta voz da região frente aos interesses de outros atores globais que desejem atuar no Círculo Polar Norte.

Diante disto, importa referenciar nas considerações finais a validação das hipóteses sugeridas no início desta tese (e para facilitar a leitura e evitar percorrer o texto até o início, aqui copiamos as duas hipóteses)

“ H1) A atuação do Canadá, enquanto potência média e seu protagonismo no Sistema Internacional é decorrente de manobras hegemônicas que criam a ideia – e internacionalizam esta ideia – de que Estados não centrais do SI, por representarem valores mundialmente admirados (como respeito à democracia, à segurança humana, defesa dos direitos humanos etc), são justamente aqueles atores que dispõem de condições e de experiências para lidar com estas questões. E, assim, buscam convencer o mundo sobre a necessidade de seu papel no Sistema

Internacional, mas agem, contudo, em concordância com os interesses das grandes potências à quais eles se associam. E, tais Estados consolidam influências regionais que, em grande medida, são apoiadas pelas potências hegemônicas, o que acaba por contribuir na influência de hegemonias globais. O recorte temporal e geográfico para esta análise é o comportamento do Canadá no Ártico, por ser uma área de interesses atuais, contemporâneos e condizentes com o cenário econômico e político que descrevemos nos primeiros capítulos.”

Após a análise do protagonismo do Canadá no Ártico, na perspectiva da Hipótese 1, consideramos que esta hipótese foi parcialmente comprovada. Pois, o Canadá ao participar de organismos internacionais que buscam estabelecer resoluções de conflitos, defender a sustentabilidade ambiental, promover a segurança humana e articular práticas e discursos que valorizem o multiculturalismo e a integração da diversidade social e cultural, explicita a ação esperada de uma potência média em relação ao convencimento da sociedade internacional acerca do seu papel no SI. Ponto este que valida esta hipótese acerca do Canadá. Entretanto, em relação à condição das potências médias estarem em congruência com os atores hegemônicos do Sistema Internacional, usando o discurso de potência média para, por trás, atender os interesses das hegemonias globais, nesta questão a hipótese não pode ser inteiramente validada, visto que o comportamento do Canadá vai nitidamente numa vertente oposta, isto é, contra-hegemônica em seu protagonismo no Ártico.

O recorte temporal que fizemos nas análises desta tese (o comportamento do Canadá no século XXI) e o recorte geográfico (sua atuação no Ártico) evidenciam decisões e ações que não são tão notórias em outras partes do globo, pois este protagonismo contra-hegemônico do Canadá nem sempre seria o esperado de uma potência média do Sistema Internacional contemporâneo. Mas, se numadeterminada região – a região ártica – e, especialmente, numa região tão sensível em questões climáticas, ambientais, sociais e econômicas, o Canadá tem este comportamento, é possível também que seus discursos e ações em outras áreas ou zonas geopolíticas sigam o mesmo caminho.

Não pretende-se aqui especular a repetição deste protagonismo canadense em outras questões ou áreas de atuação no Sistema Internacional, pois a análise da tese exigiu uma delimitação e um foco. Entretanto, pode-se ponderar a possibilidade de recorrência deste comportamento, uma vez que a conclusão obtida acerca do posicionamento canadense foi, como dito anteriormente, numa área muito sensível

e sob constante pressão global. Se numa zona como o Ártico, o comportamento canadense, enquanto potência média, foi numa vertente contra-hegemônica, em zonas menos críticas espera-se que tal comportamento se repita. Pois, cada vez mais tem havido atores não-árticos que pretendem se projetar na região e cresce também insistências à nível global sobre a necessidade de participações internacionais no extremo norte do globo. Se numa zona com estas condições o Canadá tem se comportado desta maneira, não seria destoante apontar que em zonas menos críticas ele poderia replicar decisões e ações contra-hegemônicas.

Além disso, embora o Canadá tenha representado um discurso de país inclusivo e multicultural, preocupado com o bem-estar coletivo e com a paz mundial, no Ártico o Canadá não segue necessariamente este discurso. Por exemplo, os povos indígenas no Ártico são tidos pelos Estados escandinavos como parte do patrimônio social e cultural da região ártica. Ainda que o Canadá não os menospreze, também não há tanta ênfase na participação econômica destes povos no Ártico canadense. O Canadá olha para a região com claros interesses econômicos, visando a maximização do potencial – especialmente energético – da região. Nisto também apontamos o cumprimento parcial desta hipótese, uma vez que mesmo não sendo um Estado central do Sistema Internacional e muitas vezes garantindo a imagem de expositor de valores mundialmente admirados (respeito à democracia, à segurança humana etc), o Canadá não enfatiza estes temas quando se direciona ao seu protagonismo no Ártico. E tal condição só pode ser manifesta num cenário econômico em que há importância de todos os atores envolvidos no sistema econômico mundial, tal como se materializa no contexto da acumulação flexível.

“ H2) A atuação do Canadá, enquanto potência média é justamente uma estratégia de atores com menos poder e influência na nova ordem mundial que, embora busquem ganhar espaço através da transmissão de valores de interesses coletivos, não conseguem projetar-se como atores influentes nas decisões mais sensíveis, em termos políticos e econômicos, no plano internacional. Logo, num movimento contra-hegemônico estes atores se apoiam na internacionalização de temas sensíveis ao bem-estar mundial e, assim, estabelecem relações entre a sua atuação e os seus valores com problemas que a humanidade enfrenta no século XXI, articulando a ideia de que são eles aqueles realmente podem contribuir na resolução destes problemas. Pois, seus interesses não são os mesmos das grandes potências e, portanto, conseguem resguardar o cenário político e econômico mundial da

influência desenfreada daqueles atores que atuam de maneira hegemônica na geopolítica global. Igualmente, o recorte temporal e geográfico para esta análise é o comportamento do Canadá no Ártico, por ser uma área de interesses atuais, contemporâneos e condizentes com o cenário econômico e político que descrevamos nos primeiros capítulos, mas também uma área sensível em termos ambientais e para o desenvolvimento sustentável. Por isso, é possível aqui analisar se o Canadá busca articular este tipo de preocupação, a fim de ganhar espaço no Sistema Internacional, como um ator relevante na resolução dos problemas coletivos e mundiais.”

Em relação à hipótese 2 verifica-se uma validação mais completa da proposta analisada, embora não apontemos que ela seja comprovada na sua totalidade. Pois, o Canadá, enquanto potência média no Sistema Internacional, tem sido incisivo na expressão de seus interesses – no recorte geográfico e geopolítico desta tese. E, paralelamente, busca também ganhar espaço através da transmissão de valores de interesses coletivos, seja propagando ideologias seja atuando como mediador de conflitos. Não se pode, contudo, considerar que ele não tem influência na ordem internacional quando analisado na região ártica. Embora não seja um ator hegemônico, ele tem realizado uma sucessão de discursos e emitido pareceres e documentos que expõe seus interesses unilaterais, não orientado pela ordem hegemônica. E busca se projetar, especialmente no Ártico, como um ator independente e não sujeito ao protagonismo de atores centrais. Além disso, o Canadá não esconde seu interesse econômico no Ártico, pois, poder-se-ia pensar que como potência média ele articulasse publicamente discursos voltados para a sustentabilidade da região, a sua relevância para a segurança humana e a sua importância como bem comum global. Mas, diferentemente disto, o Canadá expõe abertamente o anseio de proteger seu território, garantir a sua soberania e seus interesses econômicos na exploração dos recursos naturais do Ártico.

Embora isto não signifique que o Canadá esteja seguindo um caminho conflituoso ou confrontador, pelo contrário, ele mantém o interesse na cooperação e na diplomacia no Ártico, o Canadá destaca insistentemente que suas ações são direcionadas pelos seus interesses próprios. E estes, em última instância, não atendem os interesses de terceiros e tão pouco os interesses das forças hegemônicas que atuam ou que têm adentrado no Ártico. Ademais, o Canadá também cumpre a condição de resguardo do cenário político e econômico do Ártico, enquanto potência média. Pois, sua resistência às forças hegemônicas, tais como Rússia,

União Europeia e Estados Unidos, limita a ação desenfreada dos atores centrais do Sistema Internacional. Com isto não estamos sugerindo que regule as atuações globais no Ártico ou que ele seja o promotor exclusivo do equilíbrio da região. Pelas análises feitas na tese ficou evidente que ele mesmo tem interesses muito pragmáticos e objetivos voltados tanto para o resguardo da sua soberania no Ártico como para a intensificação da exploração dos recursos que a região oferece. A questão para a resposta da hipótese que sugerimos é que o Canadá mantém a sua unilateralidade, mesmo sendo uma potência média numa região cercada por atores hegemônicos. E ainda assim confronta os interesses destas hegemonias se considerar que a sua perspectiva para o Ártico sofre algum tipo de confrontação.

Com base na análise das hipóteses é possível considerar que o Canadá busca articular suas preocupações, a fim de ganhar espaço no Sistema Internacional, mas no Ártico a sua atuação não é limitada a ser um ator relevante na resolução dos problemas coletivos e de interesses globais. Pelo contrário, ele mostra-se independente e tem um protagonismo anti-hegemônico que, tal como exposto anteriormente, evidencia uma condição inerente ao contexto da acumulação flexível. Pois, na rede mundial das relações de produção-distribuição-consumo todos os atores podem encontrar espaço, se souberem articularem-se, para expor seus interesses e criar relações interdependentes. E o Canadá, portanto, ingressou com maestria neste contexto, ao atuar de maneira unilateral no Ártico, uma vez que os recursos naturais que lá se encontram são cobiçados por atores de todos o mundo e, especialmente, pelas forças hegemônicas do Sistema Internacional.

Ao garantir a exploração destes recursos, nos territórios canadenses, o Canadá consegue impor seus interesses, mas para além da exposição de seus interesses consegue ainda confrontar interesses de atores que noutras regiões promovem dominação e subjugação nas suas interações com atores não-hegemônicos. Vale lembrar ainda que os recursos energéticos no Ártico são abundantes e cobiçados por atores de todo o globo que, noutros contextos, nomeadamente no cenário de acumulação fordista, agiam de maneira dominadora e pelo acúmulo vertical de poder e de capital conseguiam dominar também regiões e apropriavam-se dos recursos que mais atendiam seus interesses. Entretanto, na acumulação flexível, a valorização da diplomacia, a garantia da ordem econômica mundial, a relevância de diferentes atores no fluxo da economia global, concedem aos atores não centrais do Sistema Internacional a capacidade de projeção – mesmo

que esta seja fundamentada apenas no fluxo econômico.

Tal como foi apresentado no decorrer da tese, há uma tendência cooperativa que se estabeleceu no Ártico, justificada principalmente pela governança constituída na região. Nós, contudo, apontamos que tal condição é também decorrente do cenário econômico contemporâneo, condicionado pela acumulação flexível, que atribui relevância econômica aos envolvidas no atual panorama da EPI. E, como exemplo, para além do que já mencionados em termos de recursos naturais, pode-se ainda apontar para a questão das rotas marítimas. Já que o Canadá não só promove disputas por território e pelo direito exclusivo de navegação em determinadas zonas como também solicita um aumento da sua Plataforma Continental, restringindo a mobilidade da Passagem do Noroeste. Claro que tal postura decorre, inevitavelmente, do cenário que emerge no Ártico a partir do degelo da região e das mudanças ambientais e climáticas globais. Mas, também decorre do poder econômico que o Canadá pode angariar com os recursos energéticos que devem estar em seus territórios soberanos. E esta preocupação pode ser comprovada pela atenção dada à delimitação das fronteiras marítimas, ao desejo de controle do transporte marítimo internacional, e, como mencionado anteriormente, às reações opositoras aos interesses hegemônicos.

Por fim, o protagonismo do Canadá no Ártico é também isolacionista na medida em que ele se opõe, como membro do Conselho do Ártico, à participação direta de atores não-árticos na região ou mesmo de organismos intergovernamentais, tal como a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Suas reações no que diz respeito ao Norte, são também agressivas e mesmo que não necessariamente conflituosas em termos de hard power, evidenciam a intenção do Canadá de se projetar como uma potência no Ártico. A constante exposição de investimentos em recursos militares e infraestrutura na região ártica, emite sinais ao SI de que o Canadá não almeja ficar subjugado às forças hegemônicas. E, de certa forma, esta condição é também uma questão puramente dialética para uma potência média e que não seria nitidamente evidenciada no modelo de acumulação flexível.

Uma vez que o Canadá é no Sistema Internacional uma potência média, e assim reconhecido em todo o mundo, não se esperaria que numa determinada região – e ainda por cima uma região com crescente interesses globais – ele tivesse um comportamento tão inesperado para uma potência média. Mas, sendo esta região justamente aquela em que seu potencial econômico é crescente, ele busca se projetar

com outro nível de força. Evidenciando assim que no contexto da acumulação flexível as potências médias têm um novo papel no Sistema Internacional e, por isso mesmo, o Canadá consegue aspirar alguma liderança nas questões pertinentes ao Ártico. Condição esta que pode, como sugerimos anteriormente, replicar-se em outras regiões do globo e promover uma quebra de paradigma na Economia Política Internacional.

Mesmo tendo territórios pouco povoados nas terras do Norte, ao conceder, entre 2007 e 2008, o direito de exploração de recursos no Ártico, tal como concessões de exploração de gás natural e petróleo no Mar de Beaufort, bem como o direito de desenvolvimento de infraestruturas à grandes corporações tais como Imperial Oil, ExxonMobil, British Petroleum etc, o Canadá deixou nítido a capacidade de articulação de poder de uma potência média no novo sistema econômico. Não fosse isto, uma potência média como o Canadá teria tido cautela na interceptação de um bombardeiro russo perto do espaço aéreo canadense no Ártico, em fevereiro de 2009, quando caças canadenses reagiram com vigor àquilo que o Canadá considerou uma provocação russa, mas também uma tentativa de analisar qual seria o comportamento do Canadá no Ártico. Ficou, então, evidenciado que tratando-se de interesses econômicos e de potencial de recursos capazes de fortalecer o acúmulo de capital numa estrutura de relações e interações globais, uma potência média apresenta, no século XXI, reações e comportamentos muito peculiares, podendo tanto aceder na sua importância no SI quanto tendo capacidades de articular-se em outros níveis de poder nas suas relações com as forças hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital**. 2ª ed. Londrina: Praxis, 1999.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARANHA, M. L. **História da Educação e da Pedagogia**: Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARCTIC COUNCIL. **Agreements**. [2015]. Disponível em: <https://arctic-council.org/index.php/en/our-work/agreements>. Acesso em: 11 out. 2018.
- ARCTIC COUNCIL. **Arctic Council Archive**. [2015]. Disponível em: <http://www.arcticcouncil.org/index.php/en/our-work/agreements>. Acesso em: 9 out. 2018.
- ARCTIC COUNCIL. **History of the Arctic Council**. [2015]. Disponível em: <http://www.arcticcouncil.org/index.php/en/our-work/agreements>. Acesso em: 9 out. 2018.
- ARCTIC INSTITUTE OF NORTH AMERICA. Annual Report 2008. Calgary. **University of Calgary**. Alberta: 2008.
- BAILES; A. HEININEN, L. **Strategy Papers on the Arctic or High North**: A comparative study and analysis. Institute of International Affairs - Centre for Small State Studies. Publicado pela Universidade da Islândia. Reykjavík, 2012.
- BALÃO, S. R. Crisis and Global Transformations - the mood for improving social sciences application in the XXI Century. The Arctic region and the Gulf of Guinea in comparison. **Portuguese Political Science Association** - Observatório Político. Lisboa, 2014.
- BALÃO, S. R. Geopolítica e Geoestratégia do Ártico no século XXI: Inovação ou Recorrência?. In: LARA, A (ed). **Previsão e Mudança**. Estudos Políticos e Sociais. pp. 75-149. MGI: Lisboa, 2016.
- BAPTISTA FILHO, A. C. **Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotônio dos Santos**: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo. Dissertação de Mestrado apresentada como ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

BAPTISTA, A. R. P. O Ártico – Geopolítica e Desafios Transnacionais. Dissertação de Mestrado. Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Aeronáutica Militar. **Academia da Força Aérea**. Sintra, 2015.

BENGTSSON, R. ELGSTRÖN, O. Conflicting Role Conceptions? The European Union in Global Politics. vol. 8, pp. 93-108. **Foreign Policy Analysis**, 2002.

BLACK, D. et al. 2020 Canadian foreign policy will be. **Global Brief**. Disponível em: <https://globalbrief.ca/2016/02/in-2020-canadian-foreign-policy-will-be/>. Acesso em: 2 nov. 2018.

BLUNDEN, M. The New Problem of Arctic Stability. 51:5, 121-142. **Survival**, 2009.

BOTELHO, A. **Do fordismo à produção flexível**: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. São Paulo: Annablume, 2008.

BRIGHAM, L. W. Thinking about the Arctic's Future: Scenarios for 2040. World Future Society's. September-October Edition. Published in the World Future Society's Conference. Chicago, 2007.

BÖRZEL, T. RISSE, T. Governance without a state: Can it work?. 4, 113–134. **Regulation & Governance**, 2010.

BJØRKLÍ, H. P. **Arctic Governance**: Understanding the geopolitics of commercial shipping via the Northern Sea Route. Department of Comparative Politics. University of Bergen. Faculty of Social Science. Norway, 2015.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BUZAN, B. Hansen, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Unesp: São Paulo, 2012.

BYERS, M. Conflict or cooperation: What future for the Arctic?. *In* **Swords and Ploughshares**. Program in Arms Control, Disarmament, and International Security. Volume 17, no. 3. Universidade de Illinois, 2009.

CANADÁ. **Canada's Arctic Foreign Policy**. [2017]. Disponível em: https://www.international.gc.ca/world-monde/international_relations-relations_internationales/arctic-arctique/arctic_policy-canada-politique_arctique.aspx?lang=eng#a3. Acesso em: 5 mar. 2019.

CANADÁ. Canada and the circumpolar Arctic. [2017]. Disponível em: https://www.international.gc.ca/world-monde/international_relations-relations_internationales/arctic-arctique/index.aspx?lang=eng. Acesso em: 17 jan. 2019.

CANADÁ. Canada's History. [2017]. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/corporate/publications-manuals/discover-canada/read-online/canadas-history.html>. Acesso em: 17 jan. 2019.

CANADÁ. Canada's Northern Strategy: Our North, Our Heritage, Our Future. **Ministério de Assuntos Indígenas e de Desenvolvimento para o Norte**. Ottawa: 2009.

CANADÁ. Crude Oil and Natural Gas Resources. [2016]. Disponível em: <https://open.canada.ca/data/en/dataset/cdfd1440-8893-11e0-a55f-6cf049291510>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CANADÁ. Map: Natural Resource Development and Infrastructure Projects in the North. Canadian Northern Economic Development Agency. [2016]. Disponível em: <https://www.cannor.gc.ca/eng/1387900596709/1387900617810#chp2g>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CANADÁ. Minerals and the economy. Natural Resources Canada. [2017]. Disponível em: <https://www.nrcan.gc.ca/our-natural-resources/minerals-mining/minerals-metals-facts/minerals-and-economy/20529#exploration>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CANADÁ. Northern Economic Index. [2017]. Disponível em: <https://www.cannor.gc.ca/eng/1387900596709/1387900617810#chp2g>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CANADÁ. Resource Development. Canadian Northern Economic Development Agency. [2017]. Disponível em: <https://www.cannor.gc.ca/eng/1387900596709/1387900617810#chp2g>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CANADÁ. The Atlas of Canada - Minerals and Mining. Natural Resources Canada. [2017]. Disponível em: <https://www.nrcan.gc.ca/our-natural-resources/minerals-mining/minerals-metals-facts/minerals-and-economy/20529#exploration>. Acesso em: 20 jan. 2019,

CANADÁ. Northern Economic Index. [2017]. Disponível em: <https://www.cannor.gc.ca/eng/1387900596709/1387900617810#chp2g>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CANADÁ. Northern Economic Index. [2017]. Disponível em: <https://www.cannor.gc.ca/eng/1387900596709/1387900617810#chp2g>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CARNAGHAN, M. GOODY, A. **Canadian Arctic Sovereignty**. Political and Social Affairs Division, Parliamentary Information and Research Service of Library of Parliament. Publicado pelo Parlamento canadense em Janeiro de 2006.

CARR, E. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. 2.ed. Brasília: UNB, 2001.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação**; v. 1. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. CARDOSO, G. **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

CARMO, C. A. Poder, Estado e Hegemonia: as interfaces entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional. **Revista OIKOS**. Volume 12, n. 1. pg. 5-31. Rio de Janeiro, 2013.

CARMO, P. S. **A ideologia do Trabalho**. São Paulo: Moderna, 2001.

CASTRO, T. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CARMO, P. S. **A ideologia do Trabalho**. São Paulo: Moderna, 2001.

COMISSÃO EUROPEIA. The European Union and the Arctic Region. Comunicado 763 de 2008. **Comissão Europeia: União Europeia**. [2017]. Disponível em: <http://www.ec.europa.eu/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. Joint Communication to the European Parliament and the Council. Developing a European Union policy towards the Arctic region: Progress since 2008 and next steps.

Comissão Europeia. JOIN (2012) 19 final.

COMISSÃO EUROPEIA. European Commission, & High Representative. Joint Communication to the European Parliament and the Council. An Integrated European Union Policy for the Arctic. JOIN (2016) 21 final. **Parlamento Europeu**, 2016.

COMISSÃO EUROPEIA. European Parliament Resolution of 9 October 2008 on Arctic Governance. **Parlamento Europeu**, 2008.

COMISSÃO EUROPEIA. A Sustainable EU Policy for the High North. European Parliament Resolution of 20 January 2001 on a sustainable EU policy for the high north. **Parlamento Europeu**, 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. EU strategy for the Arctic. European Parliament Resolution of 12 March 2014 on the EU strategy for the Arctic. **Parlamento Europeu**, 2014.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. Nossa Comunidade Global. **Relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CONLEY, H. KRAUT, J. U.S. Strategic Interests in the Arctic: An Assessment of

Current Challenges and New Opportunities for Cooperation. [2010]. Washington D.C. **Center for Strategic and International Studies**. Disponível em: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/100426_Conley_USStrategicInterests_Web.pdf.4783283-142902.html. Acesso em: 29 mai. 2018.

COX, R. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In STEPHEN G. (org), **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. pp.101-123. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In COX, R. SINCLAIR, T. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

COX, R., SINCLAIR, T. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DELWORTH, T.L. F. ZENG, F. VECCHI, G.A. The North Atlantic Oscillation as a driver of rapid climate change in the Northern Hemisphere. **Nature Geoscience** 9, 509–512. 2016.

DE MASI, D. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: SENAC, 2003.

DIAMOND, J. **Armas, Germes e Aço**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DIEZ, T. Constructing the Self and Changing Others: Reconsidering Normative Power Europe. **Journal of International Studies**, Vol.33, No.3, pp. 613-636. 2005.

DODDS, K-J. NUTTALL, M. Materializing Greenland within a Critical Arctic Geopolitics. In: Kristensen, S. RAHBEEK-CLEMMENSEN, J. (eds), **Greenland and the International Politics of a Changing Arctic: Postcolonial Paradiplomacy between High and Low Politics**. Routledge Research in the Polar Regions. pp. 139-154. Routledge: Abingdon, 2017.

DODDS, K-J. DEPLEDGE, D. Bazaar governance: Situating the Arctic Circle. In K. Keil, & S. Knecht (Eds.), **Governing Arctic Change**. pp. 141-160. London: Palgrave Macmillan, 2017.

ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

EWART, P. Northwest Passage Dispute. **Collusion and Contention Over the Arctic**. Volume 49, número 12. [2019]. Disponível em: <http://cpcml.ca/Tmlw2019/W49012.HTM>. Acesso em 10 ago. 2019.

FARIA, L. A. O valor do conceito de hegemonia para as Relações Internacionais. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.2, n.3, Jan-Jul 2013. p.209-232.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI in FIORI, J.S. MEDEIROS, C. SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FIORI, J. L. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, (2): 157-183, primer semestre 2009.

FIORI, J. L. **História, Estratégia e Desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, J. L. Poder, geopolítica e desenvolvimento. **Carta Maior**. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Poder-geopolitica-e-desenvolvimento/28779>. Acesso em: 30 nov. 2016.

FORD, J., B. SMIT. WANDEL, E. Vulnerability to climate change in the Arctic: A case study from Arctic Bay, Canada. **Global Environmental Change**, Volume 16, Issue 2: 145-160. 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 18^o edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 27^o ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GAUTIER, D. et al. Assessment of Undiscovered Oil and Gas in the Arctic. In: **Science**. Vol. 324. pp. 1175-1179. Nova Iorque: 2009.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Temas de cultura; Ação Católica; Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GERHARDT, T. SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002

GILPIN, R. **O Desafio do Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GINSBERG, R. PENKSA, S. **The European Union in Global Security**. United Kingdom: Palgrave, 2012.

GRID ARENDAL. **Population distribution in the circumpolar Arctic, by country (including indigenous population)**. [2005]. Disponível em:

<http://www.grida.no/resources/6997>. Acesso em: 4 abr. 2018.

GRID ARENDAL. **Northern Sea Route and the Northwest Passage compared with currently used shipping routes**. [2007]. Disponível em: <https://www.grida.no/resources/5244>. Acesso em: 5 mai. 2018.

GRATIUS, S. Brasil en las Américas: ¿Una potencia regional pacificadora?. **Documentos de Trabajo**. Fride, 2007.

HAYES G. Canada as a Middle Power: The Case of Peacekeeping. In: COOPER A.F. **Studies in Diplomacy**. London: Palgrave Macmillan, 1997.

HANCKÉ, B. The Challenge of Research Design. In: MARSH, D. STOKER, G. **Theory and methods in political science**. pp. 232-248. 2010.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

HEININEN, L. Circumpolar International Relations and Cooperation. In: HEININEN, L. SOUTHCOOT, C. (Eds.), **Globalization and the Circumpolar North**. Fairbanks: University of Alaska Press, 2010.

HEININEN, L. State of the Arctic Strategies and Policies - A summary. In: HEININEN, L. ed. **Arctic Yearbook**. Northern Research Forum University of the Arctic, pp. 2-47. Finland, 2012.

HEININEN, L. Arctic Strategies and Policies: Inventory and Comparative Study. Arctic strategies and policies. Northern Research Forum. Publicado pela Universidade da Lapônia, 2012.

HESTER, A. The New Global Energy Geopolitical Game: Is Canada Ready to Play? **A Changing World: Canadian Foreign Policy Priorities**. Canadian International Council. Publicado em Janeiro de 2009.

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSBAWM, E. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico; tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. 7a. edição - Rio de Janeiro: Campus, 1989.

HOLMES, J W. **Middle Power. The Canadian Encyclopedia**. Publicado online em fevereiro de 2006. Disponível em:

<https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/middle-power>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**; tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. 7a. edição - Rio de Janeiro: Campus, 1989.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR APPLIED SYSTEMS ANALYSIS. The future of Arctic populations. [2017]. Disponível em: https://ar17.iiasa.ac.at/arctic-populations/?doing_wp_cron=1579823987.7120571136474609375000. Acesso em: 1 set. 2019.

JÖNSSON, C. TALLBERG, J. **Transnational Actors in Global Governance: Patterns, Explanations and Implications**. UK: Palgrave Macmillan Publisher, 2010.

JORDAAN, E. **The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers**. *Politikon*, 30(1), 165-181. 2003.

KEOHANE, R. **After Hegemony**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R. NYE, J. **Power and interdependence**. New York: Longman, 1989.

KINDLEBERGER, C. **The world in depression, 1929-39**. Berkeley: University of California Press, 1973.

KOLISNEK, G. Canadian Arctic Energy Security. **Journal of Energy Security**. Institute of the Analysis of Global Security. Publicado em Dezembro de 2008. Acesso em Junho de 2019. Disponível em: http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&id=172:canadian-arctic-energysecurity&catid=90:energysecuritydecember08&Itemid=334.

KUERSTEN, A. The Arctic Five Versus the Arctic Council. In **Arctic Year Book 2016**. Arctic Portal. Disponível em: <https://arcticyearbook.com/arctic-yearbook/2016>. Acesso em Janeiro de 2018.

LACKENBAUER, P. **Canada and Russia – Toward an Arctic Agenda**. Global Brief. Disponível em: <https://globalbrief.ca/2016/09/canada-and-russia-toward-an-arctic-agenda/>. Acesso em Setembro de 2019.

LASSERRE, F. Des autoroutes maritimes polaires? Analyse des stratégies des transporteurs maritimes dans l'Arctique. **European Journal of Geography**. Disponível em: <http://cybergeog.revues.org/23751>. Acesso em Março de 2019.

LAVENEX, S. EU external governance in 'wider Europe'. 11:4, 680-700. **Journal of European Public Policy**, 2004.

LEAL, J. **O Ártico como Espaço Geopolítico**. Tese de Doutorado. Programa de doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais do departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2012.

LEUSIN JÚNIOR, S. A inserção internacional de potências médias: evidências da afirmação de países em desenvolvimento a luz da evolução do sistema multilateral de comércio . Tese de doutorado. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, 2015.

LONDERO, M. **Ciências Sociais Nas Organizações**. Curitiba: IESDE, 2009.

MACKINDER, H. **The Geographical Pivot of History**. v. 23, n. 4, p. 421–437. *The Geographical Journal* ,1994.

MACDONALD, F. This Map Shows All The Claims on The Arctic Seafloor. **Science Alert**. [2015]. Disponível em: <https://www.sciencealert.com/this-map-shows-all-country-s-claims-on-the-arctic-seafloor>. Acesso em: 12. jun. 2018

MAHAN, A. **The Influence of Sea Power Upon History**, 1660 - 1783. Cosimo: Nova Iorque, 2007.

MANNERS, I. Normative Power Europe: A Contradiction in Terms?. **Journal of Common Market Studies**. Volume 40. Number 2. pp. 235–258. JCMS, 2002.

MARX, K. **O capital**: livro 3, o processo global de produção capitalista. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MEARSHEIMER, J.J. **The tragedy of great power politics**. New York: W.W.. Norton & Company, 2001.

MOORE, C. The ‘new’ Middle Powers, Vision and Order in International Politics: triumph of liberalism or opportunity missed?. London School of Economics and Political Science. Paper presented at the **NISA Conference**, Odense 23-25. Maio, 2007.

MORGENTHAU, H. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. New York: McGraw-Hill International Editions, 1997.

MORAES NETO, B. **Maquinaria, taylorismo e fordismo**: a reinvenção da manufatura. *Revista Administração de Empresas*. 1986, vol.26, n.4, pp. 31-34. ISSN 0034-7590.

MOREIRA, A. **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: Almedina, 1996.

MORITZ, R., BITZ, C., STEIG, E. Dynamics of Recent Climate Change in the Arctic. **Science**, Vol. 297, Issue 5586, pp. 1497-1502. 2002.

NOGUEIRA, J. P. MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOLTE, D. (2010). How to compare regional powers: analytical concepts and

research topics. **Review of International Studies**, 36(04), 881-901.

NYE, J. Soft Power. **Foreign Policy**, No. 80, Twentieth Anniversary, pp. 153-171. Autumn, 1990.

NYE, J. **Comprender os conflitos internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

NYE, J. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

ØSTHAGEN, A. The European Union – An Arctic Actor?. **Journal of Centre of Military and Strategic Studies**. Volume 15, issue 2. pp. 71-92. 2013.

OVERLAND, J., WOOD, K., WANG, M. **Warm Arctic - Cold Continents: climate impacts of the newly open Arctic Sea**. *Polar Research*: 2011. 2011.

PALOSAARI, T. TYNKKYNNEN, N. Arctic securitization and climate change. In: JENSEN, L. C. & HØNNELAND, G. (eds). **Handbook of the Politics of the Arctic**. Cheltenham, Edward Elgar Publishing: 2015.

PARLAMENTO EUROPEU. At a Glance. The outcome of the ninth Arctic Council Ministerial meeting. Directorate-General for External Policies, 2015.

PEREIRA, R. A Geopolítica do Ártico e a Estratégia de Segurança Energética da União Europeia. Dissertação de Mestrado. **Programa de pós-graduação em Estratégia**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2012.

PERRY, C. ANDERSEN, B. New Strategic Dynamics in the Arctic Region: Implications for National Security and International Collaboration. **The Institute for Foreign Policy Analysis**. Washington DC, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POLAR SCIENCE CENTER. PIOMAS Arctic Sea Ice Volume Reanalysis. University of Washington. Disponível em: <http://psc.apl.washington.edu/research/projects/arctic-sea-ice-volume-anomaly/>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SANTOS, M. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós- Constituinte. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Volume 40, nº 3, pp. 335-376. Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, L. **Revolução Tecnológica, Internet e Socialismo: A Informação após a virada Cibernética**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, V. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. Campinas.

VI Colóquio Internacional Marx e Engels. UNICAMP, 2009.

SCHRIJVER, N. Managing the global commons: common good or common sink?. **Third World Quarterly**, 37:7, pp. 1252-1267, doi: 10.1080/01436597.2016.1154441. 2016.

SCOTT, J. VOM HAU, M. HULME, D. (2010). **Beyond the BICs:** identifying the 'emerging middle powers' and understanding their role in global poverty reduction. The University of Manchester. BWPI Working Paper 137.

SHEEHAN, M. **International Security:** an analytical survey. London: Lynne Rienner Publishers, 2004.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações.** Coleção: Os Economistas. Volumes 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOVEREIGN LIMITS. Canada–Denmark (Greenland) Boundary Brief. [2018]. Disponível em: <https://sovereignlimits.com/boundaries/canada-denmark-greenland>. Acesso em: 3 mar. 2019

STEDMAN, A. ALIAKBARI, E. Canada's North shows great promise for mining but policy reforms are crucial. **Fraser Institute**. Publicado em março de 2019. Disponível em: <https://www.fraserinstitute.org/article/canadas-north-shows-great-promise-for-mining-but-policy-reforms-are-crucial>. Acesso em: 1 jun. 2019.

STEINBERG, P. Europe's 'Others' in the Polar Mediterranean. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**. Vol. 107, No. 2, pp. 177–188. Royal Dutch Geographical Society, 2015.

STĘPIEŃ, A. Internal Contradictions and External Anxieties: One 'Coherent' Arctic Policy for the European Union?. In: ALFREDSSON, G. KOIVUROVA, T. **The Yearbook of Polar Law**. Volume 7, 2015. Leiden, Brill. pp. 249-289.

STEPHEN, M. Rising Regional Powers and Internacional Institutions: The Foreign Policy Orientations of India, Brazil and South Africa. **Global Society**, vol. 26, nº 3, pp.289-309. 2012.

STRANGE, S. **States and Markets.** An Introduction to International Political Economy, Oxford, Basil Blackwell Publishers, 1988.

STRANGE, S. **The retreat of the state:** The diffusion of power in the world economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

STUDIN, I. Ten Theses on Canadian Foreign Policy. **Global Brief**. Disponível em: <https://globalbrief.ca/2016/02/ten-theses-on-canadian-foreign-policy/>. Acesso em: 11 set. 2019.

TAMNES, R. OFFERDAL, K. (eds). **Geopolitics and Security in the Arctic:** Regional dynamics in a global world. London, Taylor & Francis Group, 2014.

TAYLOR, F. W. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1982.

TAUILE, J. R. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo**: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

THE ARCTIC BIODIVERSITY DATA SERVICE.

Boundaries of the geographic area covered by the Arctic Biodiversity Assessment. [2001]. Disponível em:

<http://geo.abds.is/geonetwork/srv/eng/catalog.search#/metadata/f0eb86a7-e408-4138-9432-dedb991f13d1>. Acesso em: 12 dez. 2018

THE MINING ASSOCIATION OF CANADA. **Canadian Mining Contributions Abroad**. Disponível em: <https://mining.ca/our-focus/international-csr/canadian-mining-contributions-abroad/>. Acesso em: 17 nov. 2018.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

TISCHHAUSER, M. **A Strategic Partnership? Canadian and Russian relations in the Arctic**. Canadian Forces College: 2016.

TMMK: Toyota Motor Manufacturing, Kentucky, Inc. Official Website of Toyota Motor Manufacturing. About TMMK: History. Disponível em: <http://toyotaky.com/history.asp>. Acesso em janeiro de 2017.

TOFFLER, A. **A Terceira Onda**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

VANS, G. NEWNHAM, R. **The Penguin Dictionary of International Relations**. London: Penguin, 1998.

VELLA, K. MOGHERINI, F. Why the Arctic matters to Europe. An EU policy for sustainable development and cooperative security. **European Commission**. 2016. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/commissioners/2014-2019/vella/blog/why-arctic-matters-europe-eu-policy-sustainable-development-and-cooperative-security-federica_en. Acesso em: 7 abr. 2018

VILLA, R. D.; REIS, R. R. A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: um balanço da teoria tradicional e das novas agendas de pesquisa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n° 62, 2º sem./2006, pp. 19-51. São Paulo, 2006.

VROMEN, A. The Challenge of Research Design. In MARSH, D. STOKER, G. **Theory and methods in political science**. pp. 255-266. Palgrave Macmillan, 2010.

WALLACE, R. The Arctic is Warming and Turning Red: Implications for Canada and Russia in an Evolving Polar Region. Canadian Global Affairs Institute. Calgary, 2019.

WALLERSTEIN, I. **The modern world system**. Nova York: Academic Press, 1974.

WALTZ, K. **O homem, o Estado e a Guerra**: Uma análise teórica. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

WANG, H. FRENCH, E. Middle Range Powers in Global Governance. **Third World Quarterly**, 2013. vol. 34, nº 6, pp.985-999.

WANG, S. Total population change in the Arctic. **Nordic and European Research Centre -NORDREGIO**. [2019]. Disponível em: <https://www.nordregio.org/maps/total-population-change-in-the-arctic/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

WENDT, A. Collective identity formation and the international state. *The American Political Science Review*. Vol. 88, No. 2, pp. 384-396. 1994.

WIKIMEDIA COMMONS. World map with arctic circle. [2009]. Disponível em: [\]https://commons.wikimedia.org/wiki/File:World_map_with_arctic_circle.svg#filehistory](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:World_map_with_arctic_circle.svg#filehistory). Acesso em: 3 jul. 2019.

YOUNG, O. Governing the Arctic: From Cold War Theater to Mosaic of Cooperation. *Global Governance*, vol. 11, no. 1, pp. 9–15. Disponível em: www.jstor.org/stable/27800550. Acesso em: 12 nov. 2005.

ZHANG, J. ROTHROCK, D. STEELE, M. Projections of an Ice- Diminished Arctic Ocean - Retrospection and Future Projection. **Polar Science Center**. Washington University of Washington. Disponível em: <http://psc.apl.uw.edu/research/projects/projections-of-an-ice-diminished-arctic-ocean/>. Acesso em: 3 jul. 2017. e